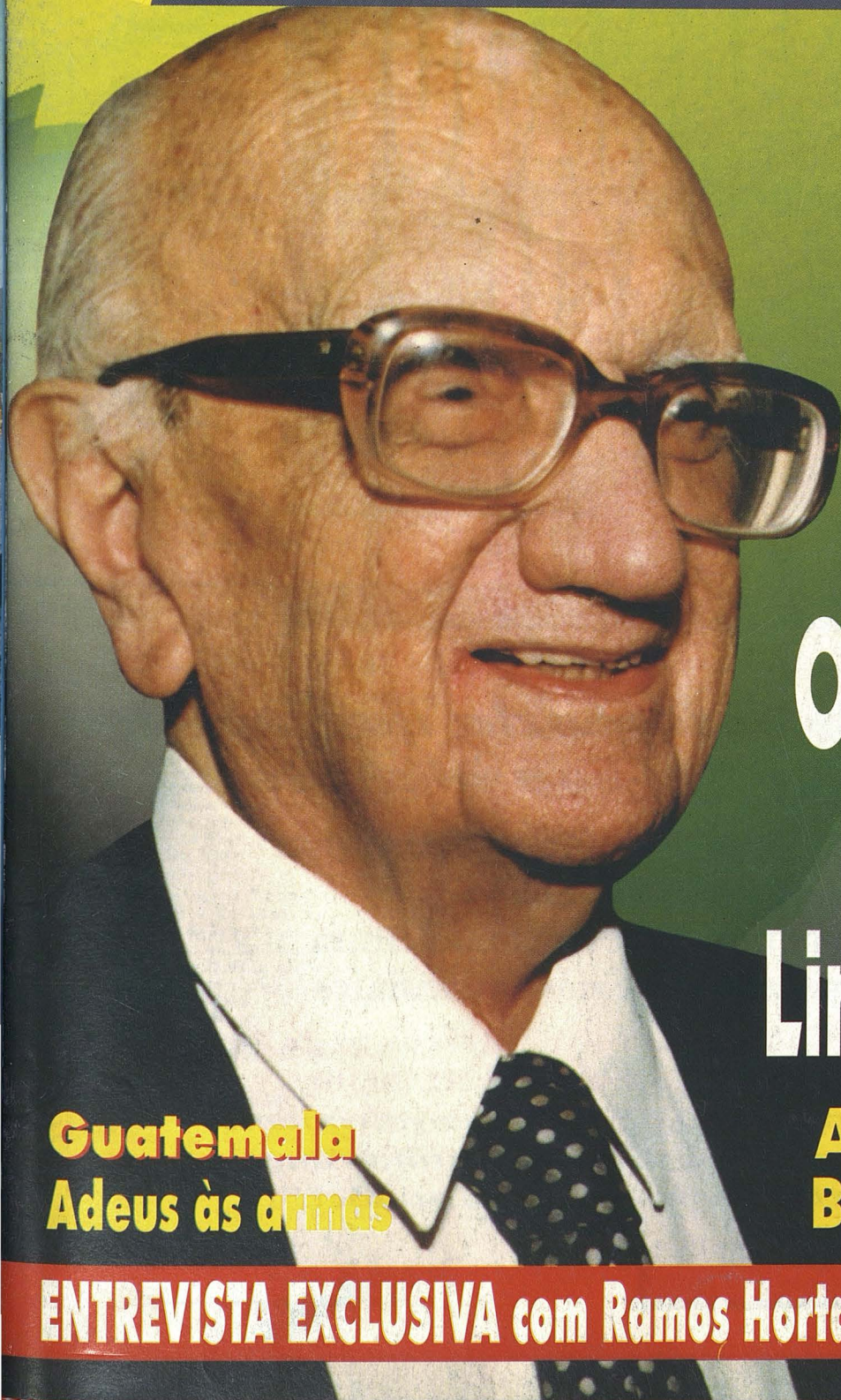


ISSN 0101-7993- R\$ 5,50

CADERNOS

198

DO TERCEIRO MUNDO



O século de Barbosa Lima Sobrinho

Guatemala
Adeus às armas

**As lutas por um
Brasil soberano**

ENTREVISTA EXCLUSIVA com Ramos Horta, Nobel da Paz 1996

1997/1998

ALMANAQUE BRASIL



Lançamento: abril

***O livro de referência que não
pode faltar em sua biblioteca***

A mais rica fonte de pesquisa e consulta
para estudantes

Indicada por professores como leitura
complementar aos textos curriculares

**Faça já o seu pedido e ganhe um desconto de 20%
no preço de capa! Pague só R\$ 20,00**

*Assine Cadernos, Ecologia e Desenvolvimento
ou Mercosul-Revista de Integração Latino-Americana
e receba o Almanaque como brinde!*

Promoção por tempo limitado



EDITORA TERCEIRO MUNDO

DIRETOR FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA EXECUTIVA: Beatriz Bissio
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993 N° 198 Fevereiro / Março 1997

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORES: Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro.
CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Beth von Zuben (Rio), Roberto Bardini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Valdenir Peixoto
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie J. de Sousa (diretora), Marco André Ballousier, Mônica Pérez, Sílvia Arruda e Leila Câmara
ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno N. de Souza
RESPONSÁVEL WEB: Macário Costa
GERENTE COMERCIAL: Euler Sathler
GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva

ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora), Francisca Antonia, Carlos Alberto de Souza (circulação), Hilário Brambilla e Sidnei de Souza
Tel: (5521) 221-7511/Fax: (5521) 252-8455
E-mail: caderno@ax.apc.org

SUCURSAL EM LISBOA:

DIRETOR: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200
Tel.: 32-0650. Telex: 42720 CTM-TE-P

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: Africa News (EUA), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

FOTOS: Agence France Presse (AFP)

NÚMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

DISTRIBUIÇÃO

Fernando Chinaglia Tel: (021) 232-7502 e 577-2142

EDITORA TERCEIRO MUNDO

Rua da Glória, 122, Grupos 105/106, Glória
CEP: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: PABX: (5521) 221-7511/Fax: (5521) 252-8455
E-Mail: caderno@ax.apc.org
Internet: <http://etm.netune.com.br>

Filiada à

ANER

Associação Nacional de Editores de Revistas

Ao
leitor

Um centenário, um Nobel, duas lições de vida

Neste primeiro número do ano de 1997, oferecemos aos leitores uma matéria de capa sobre os 100 anos do Dr. Barbosa Lima Sobrinho. Registrar o centenário de uma personalidade como ele constitui não somente um compromisso com a notícia, mas, sobretudo, uma homenagem a um dos mais admiráveis brasileiros da história contemporânea. Como jornalistas, nós, da equipe dos **cadernos do terceiro mundo**, nos inspiramos nos seus ensinamentos para sermos, a cada dia, mais dignos no exercício desta profissão que exige coerência e ética para lidar com a informação.

Esta edição está enriquecida, ainda, por uma entrevista exclusiva de José Ramos Horta, dirigente da Resistência de Timor Leste, Prêmio Nobel da Paz de 1996 junto com o bispo de Dili, Dom Carlos Filipe Ximenes Belo. No carro do cônsul de Portugal no Rio, enquanto deixava o compromisso com o Grupo Tortura Nunca Mais e se dirigia ao Real Gabinete Português de Leitura e, logo a seguir, ao aeroporto rumo a Lisboa, Ramos Horta contou a **cadernos** como o reconhecimento do Comitê do Prêmio Nobel influirá nos destinos de Timor Leste e de que forma ele antevê o que acontecerá em seu país nos próximos anos.

Publicamos, também, entre outras matérias de interesse, um variado grupo de artigos sobre a América Latina, que prioritariamente focaliza a questão institucional, tomando o caso da transição a uma etapa de paz na Guatemala, a crise dos reféns no Peru e os desafios da guerrilha no México e na Colômbia.

Desejamos a todos uma boa leitura e convidamos aqueles que navegam pela Internet a visitar o nosso site: <http://etm.netune.com.br> e a nos fazer chegar suas impressões. Contamos com o apoio de todos para fazer com que ainda em 1997 voltemos a circular com periodicidade, uma reivindicação dos assinantes e uma aspiração de toda a nossa equipe.

Beatriz Bissio

SUMÁRIO

Fevereiro / Março 1997 - Nº 198 - Ano XXII

Capa

Um século chamado Barbosa Lima Sobrinho

A prioridade do interesse nacional marca a vida desse homem público que está sendo homenageado em todos os estados brasileiros 6

Um século de brasilidade

Biógrafo resgata a coerência nacionalista já na juventude de Barbosa Lima Sobrinho 8



Perspectiva

Brasil altera a linha de ação no setor elétrico

Governo federal prevê maior participação das fontes térmicas na matriz energética 14

Comportamento

Viagem à origem do riso

Médicos defendem que rir pode ser uma terapia eficaz contra dores da alma e do corpo, apesar de não existir uma explicação definitiva de como o humor influencia no metabolismo humano 16

Saúde

Exemplo a ser seguido

Tese de mestrado defende que orientação das mães através de consultas de enfermagem pode acelerar o desenvolvimento psicomotor da criança 20

Cultura

Um milhão de melodias

A Rádio Nacional fez a fusão de diferentes estilos musicais valorizando novos artistas regionais do país 26



Literatura

Um novo paradigma econômico

Estudo propõe o fortalecimento da cidadania redefinindo o papel do ser humano perante a economia e a própria sociedade 32

América Latina

ESPECIAL

Entre a paz e a guerra 33

Guatemala: Começa uma nova etapa
Com a assinatura da paz definitiva, a guerrilha e o governo selam um acordo histórico que poderá deixar para trás quase 40 anos de guerra civil **34**

Peru: Sem senso de realidade
Invasão da residência do embaixador japonês em Lima pelo MRTA demonstra falhas graves no esquema de segurança do governo peruano e indica que Fujimori está longe de controlar a situação **39**

México: A rebelião dos esquecidos
Camponeses que pegam em armas em busca da terra e a volta de grupos armados demonstram que o sistema político do país está ultrapassado **42**

Colômbia: Governo acuado
Narcotráfico, guerrilha e uma crescente onda de rejeição à sua política econômica tornam a ameaçar a continuidade do presidente Samper **43**

Equador: Catecismo neoliberal derruba Bucaram
Na pior crise política da história equatoriana, o Congresso empossa o seu presidente para mandato interino após greves e manifestações de rua contra o plano de ajuste **45**

Cuba: Vida nova depois da crise
Após sete anos da implementação de mudanças que assegurem a sobrevivência econômica da ilha, os cubanos confiam que em 1997 conseguirão atingir índices de crescimento semelhantes aos do passado **46**

CARTAS 4

PINGPONG 22

ESPAÇO DO LIVRO

Viagem no texto: Henfil - O eterno rebelde **28**

Com a palavra, o autor:

Luciana Hidalgo: Loucura genial **29**

Ásia

ENTREVISTA:

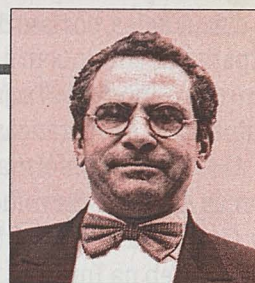
José Ramos Horta

Timor Leste:

A língua é a nossa pátria

Prêmio Nobel da Paz 1996,

José Ramos Horta, líder da Resistência timorense, defende a expansão do português em seu país como a única forma de preservar a identidade cultural **51**



África

Gana: Dupla vitória

Reeleição do presidente e escolha de Kofi Annan para substituir Boutros-Ghali são comemorados em Acra, capital de Gana **56**

Burkina: Ponto da bancada do batom

Considerada uma vitória das mulheres no congresso, uma nova lei pune em Burkina Faso quem praticar a mutilação feminina **59**

Somália: À beira de uma nova crise

Vítima das rivalidades dos clãs que ainda controlam áreas do país, os somalis necessitam com urgência da ajuda humanitária **60**

Austral: Violência gera violência

Herança trágica da guerra, as armas ligeiras constituem o novo desafio à estabilidade política da região **62**

CARTAS

Farc na Internet

Desejo muito êxito em todas as atividades da revista **cadernos do terceiro mundo** cuja função de gerar e orientar opinião é altamente positiva.

Sei que todos os trabalhos de vanguarda passam por momentos de dificuldades, por isso desejo força para que continuem a lutar. Espero que o ano de 1997 seja cheio de êxitos, lutas e esperanças.

Gostaria de informar que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) já têm uma página Web na Internet, onde estão disponíveis os últimos comunicados e despachos de guerra da atual ofensiva, assim como os anteriores, e também a revista *Resistência*. O endereço é:

<http://www.farc-ep.org/>

O E-mail das Farc-EP é: elbarcino@laneta.apc.org

Oliverio Medina

Representante das Farc no Brasil

Árabes e judeus

Parabenizo a revista **cadernos do terceiro mundo** pela publicação das matérias sobre os conflitos no Oriente Médio na edição 195.

Lastimável que muitos árabes e judeus ainda se matem, seguindo uma mentalidade retrógrada baseada no fanatismo religioso.

Leonardo Silva Horta

Belo Horizonte - MG

Congratulações

Parabenizo todos que trabalham na Editora Terceiro Mundo. Adoro a revista **cadernos**. Mas não tenho possibilidade de adquiri-la porque aqui em Cuba ela não é vendida. A publicação é muito interessante e a linha editorial das matérias e ilustrações me traz, ao virar cada página, mais esperança, a vida se torna mais fácil e os dias da minha existência bem melhores.

Sou técnica em Higiene e Epidemiologia, tenho 27 anos de idade e trabalho em um Centro de Higiene em Morón.

Lien Piloto Fernández

Morón - Cuba

Che Guevara

Sou leitora de **cadernos** há dois anos e gostaria de parabenizá-los pelas excelentes reportagens. Li o artigo, da edição nº 186, sobre os últimos momentos de Che Guevara e, como tenho muito interesse no tema, queria solicitar bibliografias e pessoas que eu poderia consultar.

Eduarda Pimentel de Gusmão

Rio de Janeiro - RJ

Resposta

Você poderá obter mais informações entrando em contato com a publicação *Casa de las Américas*, em Cuba. Os telefones são (537) 32-3587 e 32-3589. O endereço do correio eletrônico é casa@timored.cu



Municípios

Interessante e oportuna a edição 196 de **cadernos do terceiro mundo**. A administração municipal encontra-se deteriorada. Existe hoje uma classe de pessoas - poucas - que comandam os municípios, visando em primeiro plano sempre seus anseios pessoais. Para as pessoas que interessam dá-se tudo; ao restante, o rigor da lei.

Vemos inescrupulosos administradores que ao preço de seu "sucesso" esmagam toda e qualquer idéia ou projeto interessante para a população. Lutam pelo bem próprio, principalmente o monetário - a qualquer preço.

A população sofrida e entristecida deste país mal sabe que o administrador que lhe afaga é o mesmo que lhe submete a um calvário. A miséria, a marginalização, a falta de perspectiva nas cidades aumentam gradativamente conforme a ganância desses "políticos". De que adianta falarem de modernidade se pensam e agem de forma arcaica e mesquinha.

Se não mudar a linha de pensamento desses administradores, estamos condenados a assistir ao bem-estar de uns poucos e à marginalização de muitos.

Renildo Bontorin

Colombo - PR

Políticas afirmativas

O artigo "Políticas Afirmativas", da revista **cadernos do terceiro mundo**, edição 197, me fez pensar: de um lado, vêm se confirmando as previsões da Abimaq de desindustrialização, o que aprofundará a dependência. De outro, está a flagrante contradição entre a gritaria dos empresários e o entusiástico apoio da Fiesp à reeleição, o que significará mais quatro anos de não-política industrial.

Voltando na história, que candidato preferiam os industriais em 1994, se não o próprio FH? E antes dele? Collor. É possível observar que, por suas alianças, os empresários de bens de capital têm direta responsabilidade pelo estado de coisas contra o qual agora vociferam.

Concluindo, não posso deixar de concordar com os professores Maria Angélica Borges e João Ildebrando Bocchi, da PUC de São Paulo, para quem nossas classes dominantes são caudatárias atávicas do capital internacional. Por isso, se perdida a metalúrgica, continuarão felizes tocando alguma dessas franquias que andam por aí.

Paulo Martins
Brasília - DF

Canal comunitário

Gostaria de informar aos leitores da revista **cadernos do terceiro mundo** que através de uma luta de seis anos o Fórum pela Democratização dos Meios de Comunicação conseguiu espaço comunitário nas televisões a cabo.

A coordenação do Fórum e a Net entraram em acordo, através de uma lei, que possibilita a criação de um canal comunitário nas cidades em que houver a prestação de serviços da Net.

A exploração do canal comunitário se dá através da organização de várias entidades civis que poderiam usar o espaço para veicular os seus programas.

O canal comunitário é aberto à participação de ONGs, associações de moradores, associações de classes etc. Estes podem apresentar o material de trabalho aos responsáveis pela veiculação dos programas da emissora comunitária.

Embora seja um espaço restrito, o canal comunitário de TV a cabo é um avanço na luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Julio Cesar de Freixo Lobo
Rio de Janeiro - RJ

O site da Editora

Estivemos navegando na *home-page* da Editora Terceiro Mundo: é fantástica. Com certeza iremos visitar muitas outras vezes. Parabéns e sucesso nos projetos para 1997.

Denise Martins Araujo
Escola de Natação Viva Água
São Luís - MA

INTERCÂMBIO

☒ **Niurra Pérez Ortueta**
Ave 5 e/ 8 y 10 # 804
Caibarién - C.P. 52 610
Villa Clara - Cuba

☒ **Merlyn Rodríguez Castro**
Calle 9na # 63 e/ Orlando
Gómez y Caledos
Cumanayagua - C.P. 57 600
Cienfuegos - Cuba

☒ **Lien Piloto Fernández**
N. Lopez # 344
Morón - C.P. 67 210
C. Avila - Cuba

☒ **Marisol Sarduys**
Ed. D, apto 11
La Parra - Cumanayagua
Cienfuegos - Cuba

☒ **João Luiz da Silva**
Rua Guilherme Sathler, 179
Alto Jequitibá - Leste -
M G - Brasil - CEP 36976-000

☒ **Ana Lucia Ribeiro
Pereira**
Quadra 17, casa 24
Anjo da Guarda - São Luís
MA - Brasil - CEP 65085-810

☒ **Yanet Dominguez**
Calle 32, C.P. 32800 - Janco
Habana - Cuba

☒ **Marlorys Alvarez
Castellon**
Calle 220 # 12901 % 129 y 131
Playa - Mantanzas - Cuba

☒ **Edel Morales Rodriguez**
Apartado Postal 341
Santa Clara 1 C.P. 50100
Villa Clara - Cuba

CAPA Um século chamado Barbosa Lima Sobrinho

A prioridade do interesse nacional marca a vida desse homem público que está sendo homenageado em todos os estados brasileiros

Procópio Mineiro

A visão em profundidade e o senso de futuro, a experiência, a cultura, o patriotismo, a invariável coerência – estas qualidades associadas costumam gerar homens especiais. Eles se tornam iluminações que orientam ou vozes que aconselham e advertem os contemporâneos.

Muitas vezes passam à história. Quando atuam num acontecimento dramático, onde vencem ou sucumbem, costumam ser chamados de heróis. Quando sobrevivem às intempéries políticas, mantendo coerência e inalterado ânimo de combate, viram oráculos ou cidadãos exemplares a quem vale conhecer e admirar.

No século passado, quando se forjou o Brasil independente, eles foram vários – oráculos, cidadãos exemplares, heróis –, pela ação e pelo pensamento. O maior talvez tenha sido José Bonifácio de Andrada e Silva, uma figura típica de pai da pátria.

Neste século, um punhado de nomes é facilmente identificado ao longo das lutas pelo desen-

volvimento nacional, outro fundamental impulso de construção da nação soberana.

Mas, só um atravessa o século inteiro, deixando suas marcas de estudioso de nossa realidade e de voz incansável em prol dos interesses brasileiros, desde os anos 20, ainda República Velha, até esta quase virada de milênio – passando pela Revolução de 30, pela fase de industrialização e modernização da sociedade, pelo trauma político do regime militar, e chegando às lutas da redemocratização e do combate à onda neoliberal colonizante.

Barbosa Lima Sobrinho é esse nome, longo na idade, no pensamento e na ação pelo Brasil, segundo atestam os admiradores que tornaram seu centenário um acontecimento político nacional.

A defesa da Vale do Rio Doce, o combate mais conhecido de hoje, se insere nessa linha de coerência

Um país que entrega suas riquezas está condenado ao sofrimento e





'Impeachment' de

Collor: Barbosa Lima

Sobrinho na iniciativa do

protesto que mobilizou

o país inteiro

Em cada momento das definições do Brasil moderno, viu-se a opinião serena, firme e sempre altamente informada de Barbosa Lima Sobrinho, considerando as melhores conveniências para o futuro do Brasil, isto é, de seu povo.

Algumas de suas lutas mais recentes incluem a palavra e a ação pela redemocratização, seja transformando a ABI como templo de resistência democrática, seja engajando-se na

ao não-futuro, diz Barbosa Lima Sobrinho. Nas frequentes análises sobre o avanço do pensamento e das práticas neoliberais, demonstra o perigo a que lançam o Brasil os defensores do livre mercado e do chamado Estado mínimo, teorias que restabelecem situações do início do século, afetam o interesse público e minam a segurança do desenvolvimento brasileiro.

Formado em Direito, autor de 50 livros, mas, sobretudo, jornalista, Barbosa Lima Sobrinho é ainda presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e imortal da Academia Brasileira de Letras, depois de ter sido deputado federal em três legislaturas e governador de seu estado, Pernambuco.

"Acima de tudo, sou um jornalista", costuma definir-se, com razão, pois em mais de 80 anos de atividade foi colaborador, chefe de redação e articulista, tendo escrito mais de 4 mil artigos, a maioria no *JB*.

Jornalismo de reflexão e combate

O jornalismo de Barbosa Lima Sobrinho caracterizou-se, desde o começo, pela preocupação com a análise da realidade nacional. São temas políticos, econômicos e sociais que ocupam sua pena, distinguindo-se por defender os grandes interesses nacionais, sempre escudado nas mais sólidas argumentações.

Dois de seus primeiros livros discutiam os problemas da economia canavieira, setor a que seria mais tarde chamado a ordenar, como se explica nas matérias seguintes. A nacionalização das atividades do seguro também mereceram sua decisiva atenção, já como parlamentar. As questões do desenvolvimento e da soberania foram tema, em grande parte, de seu estudo sobre o Japão, publicado como "*Japão, o capital se faz em casa*", dos anos 70.

candidatura presidencial de protesto, como vice de Ulisses Guimarães na chamada anticandidatura, que ajudou a espantar o torpor que se abatera sobre o brasileiro eleitor, nos anos 70.

Mais recentemente, com a iniciativa de mobilizar a sociedade pelo *impeachment* de Fernando Collor, livrou o país de um embuste político comprometido com a entrega da nação aos apetites neoliberais.

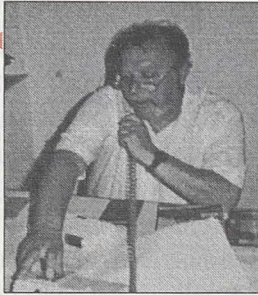
Hoje, Barbosa Lima Sobrinho mantém sua prioridade nacionalista na luta contra o neoliberalismo assumido por Fernando Henrique Cardoso. É a luta contra as privatizações irracionais, que representam doações do patrimônio público para lucro de grupos privados, especialmente internacionais.

A campanha pela preservação da Companhia Vale do Rio Doce é apenas a batalha mais recente do cidadão exemplar, que já é, há muito, um oráculo do sentimento de brasilidade.



Getúlio e a Revolução de 30: a entrada do país no século XX com as reformas e a industrialização

Um século de brasilidade



José Augusto Ribeiro

Biógrafo resgata a coerência nacionalista já na juventude de Barbosa Lima Sobrinho

Se o sentimento nacionalista é uma das marcas da trajetória humana e política de Barbosa Lima Sobrinho, esta preocupação com o desenvolvimento social e econômico e com a soberania do país vem de muito longe. Talvez tenha nascido nos bancos escolares de sua terra, onde a história do Brasil se aprende como a luta sangrenta pela afirmação nacional, iniciada já no século XVI contra o intruso francês; logo depois, no século XVII, na guerra contra os holandeses e, no século XIX, nas revoluções republicanas (1817, 1824, 1848).

O jornalista José Augusto Ribeiro, que está elaborando uma cuidadosa biografia de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, captou manifestações de nacionalismo já nos primeiros escritos do ainda imberbe homem de imprensa e recém-formado advogado recifense. José Augusto destaca uma particularidade: o nacionalismo de Barbosa Lima Sobrinho não é xenófobo, não vive de praticar a recusa, mas de saber entender o progresso dos outros e desejá-lo intensamente para seu próprio povo, com soberania.

A seguir, um depoimento do biógrafo, que antecipa para os leitores de **cadernos do terceiro mundo** alguns aspectos das pesquisas que está completando.

Uma vida inteira dedicada à causa do Brasil independente

“Já estou trabalhando há um ano nesse livro. Naturalmente, a biografia do Dr. Barbosa Lima Sobrinho tem que ser também política e intelectual. Não teria cabimento falar do jornalista que ele é, sem tocar em tudo o que ele escreveu. Dos 50 livros que publicou ao longo de 75 anos, o primeiro foi em 1922 e o último, no fim de 1996.

Barbosa Lima Sobrinho gosta de se referir mais freqüentemente a três obras. A primeira é “*Presença de Alberto Torres*”, que ele escreveu em 1967/68, logo que se aposentou e passou a freqüentar em tempo integral a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico, o Arquivo Nacional, pesquisando. Cita muito também o livro “*Japão, o capital se faz em casa*”, que escreveu em 1973, quando se tentava impingir ao Brasil uma cópia falsa do milagre japonês, pois o que aqui ocorria era a fusão de grandes grupos financeiros e o domínio crescente deles sobre o parque produtivo do país.

Outro livro ao qual costuma se referir é “*Desde quando somos nacionalistas*”. É um trabalho pequeno, que escreveu quase de improviso, em 1962 e 63, na época das grandes lutas nacionalistas, no governo do presidente João Goulart. Barbosa Lima Sobrinho sempre disse que somente se tornou nacionalista em 1937, quando era deputado federal por Pernambuco, membro da Comissão de Finanças da Câmara e relator de uma mensagem do governo, que propunha regulamentar um artigo da Constituição de 1934.

O artigo determinava a gradativa nacionalização da indústria de seguros – que era quase toda estrangeira, na época, e provocava intensa evasão de dinheiro para as matrizes estrangeiras. Estabelecia a criação do Instituto de Resseguros do Brasil, para que o governo, por este mecanismo, começasse a ter um mínimo de controle sobre a atividade seguradora.

Com a seriedade que dedica a tudo que faz, foi estudar muito a questão dos seguros. E preparou um parecer que era um verdadeiro livro, que merecia ser publicado, em que ele apoiava a nacionalização da indústria de seguros e a criação do IRB e dava sugestões para melhorar o projeto original do governo.

CAPA

"As ambições do imperialismo norte-americano parecem ser a causa de toda essa agitação" ("A liberdade dos mares", 1918)

Mas, no meu trabalho, tive que pesquisar tudo o que ele havia escrito antes de 1937. E fui ver os artigos de jornal. O primeiro sobre tema político, ele publicou em 1915, com 18 anos. Foi uma defesa de seu tio, o primeiro Alexandre José Barbosa Lima, na ocasião já ex-governador de Pernambuco e exercendo o mandato de deputado federal, acusado injustamente de mandante de um crime de morte.

Logo depois, começou também a colaborar com jornais do Rio. No correr da Primeira Guerra Mundial,

nação livre e como império colonial."

Quem ameaçava a Inglaterra, se a Alemanha fora praticamente destruída, obrigada à capitulação incondicional? Veja como prosseguia Barbosa Lima Sobrinho, então com 21 anos:

"O idealismo não é motivo inspirador da posição dos Estados Unidos nessa questão capital. As ambições do imperialismo norte-americano parecem ser a causa de toda essa agitação. Ele despertou cheio de voracidade no cenário europeu, abandonando o palco insignificante do México e da Colômbia, pelas ribaltas feéricas do Velho Mundo. Desse entreechoque de interesses não se podem prever as repercussões e as consequências na conferência de paz."



De forma surpreendente, Fernando Henrique Cardoso manteve e aprofundou o projeto neoliberal lançado por Collor, com estardalhaço



havia estudado muitos aspectos jurídicos do confronto europeu, por causa das atrocidades ali cometidas. A guerra terminou com o armistício em 11 de novembro de 1918. No dia 18 de dezembro, ele publicou no *Jornal do Commercio* do Rio a primeira colaboração.

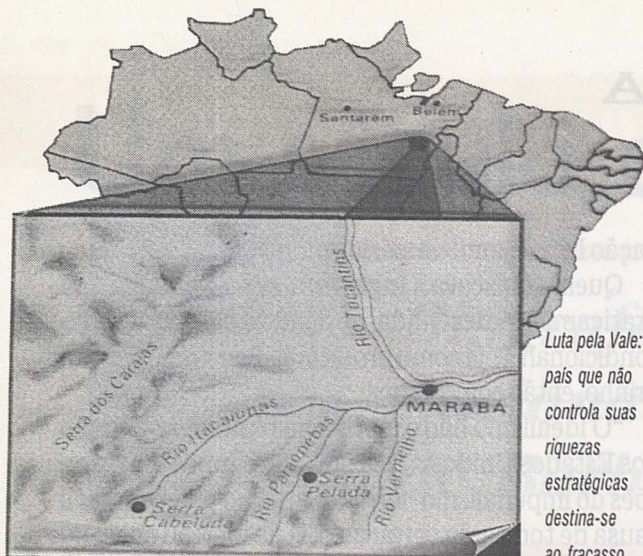
Era um artigo chamado "A liberdade dos mares", sobre os tratados de paz, o que o mundo faria depois dos horrores da Primeira Guerra. Dizia o seguinte: "Não creio em milagres. A Liga das Nações afigura-se uma experiência muita problemática, por maior que seja a amplitude do seu plano de realizações. E a Inglaterra tem tais interesses em jogo, que seria leviandade entregar-se de mãos atadas a essa duvidosa tentativa. Sem a hegemonia naval, e desde que a Liga fraquejasse na sua eficácia, a Inglaterra ver-se-ia mal em dois pontos essenciais: sua existência como

"Quando toda a gente pede indenizações à Alemanha, parece que nós temos vontade de pagar-lhe alguma coisa" ("A era requisicional", 1920)

Acho que está aí a primeira manifestação do pensamento nacionalista de Barbosa Lima Sobrinho, pois constata que há, próximo, um país mais forte que o seu, que ameaça os vizinhos. É a consciência de defender o Brasil contra a intervenção indevida de qualquer nação estrangeira.

A manifestação seguinte, eu encontrei em 1920, se bem que seus escritos, entre 1918 e 1920, sejam coerentes com essa posição. Em 1920, escreveu três artigos muito irônicos sobre uma decisão que o governo brasileiro estava adotando.

O Brasil, durante a guerra, fora atacado pela Ale-



Luta pela Vale: país que não controla suas riquezas estratégicas destina-se ao fracasso

manha, o que o levou às hostilidades e até a enviar contingente militar para o teatro de operações na Europa. Como todos os beligerantes, o governo apresou navios alemães ancorados em portos brasileiros. Mas, na ocasião, não sei se por cochilo, não se configurou na papelada burocrática a palavra apresamento, mas requisição. Quando terminou a guerra, apesar do Brasil ser vitorioso, a França e a Inglaterra começaram a pressionar o governo a devolver os barcos. O presidente Epitácio Pessoa, eleito em 1919, curvou-se às pressões.

Barbosa Lima Sobrinho escreveu, então, os três artigos, condenando a capitulação do governo. (Aliás, Epitácio Pessoa foi o mesmo que fez as grandes concessões ao grupo Itabira Iron, para exploração das reservas de Itabira e de outras do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.) Assim, em 1º de fevereiro de 1920, foi publicado o artigo "A era requisicional", no *Jornal do Recife*.

"Quando toda a gente pede indenizações à Alemanha, parece que nós temos vontade de pagar-lhe alguma coisa. O Brasil sempre foi um país original. Colaborou na guerra. Agora, depois da paz, é provável que precise, na qualidade de vencedor, pagar alguma coisa à Alemanha. Só assim é que seremos tidos como um país admirável."

No último desses artigos, ele termina dizendo que o presidente Epitácio, que era um jurista, participara de conferências internacionais e gozava de prestígio enorme, não teve a visão do que era o interesse nacional naquele momento.

Barbosa Lima Sobrinho encerra a série de artigos caprichando na ironia: "Politicamente, nada podemos fazer e somos daquele desinteresse, espírito de renún-

CAPA

cia. Se não nos aparecer por aí um protetor, a França vende esses navios alemães a Tio Sam e ainda fica com o dinheiro."

E Barbosa Lima Sobrinho dava seu fecho: "Eis por que, para não terminar ocamente, sem projetos, proponho a publicação na imprensa mundial do anúncio clássico: *Uma nação modesta e jovem, de bons costumes, deseja um cavalheiro em boa situação que a proteja ocultamente.*"

"Há muitos teóricos que sustentam que o nacionalismo é a causa das guerras. Eu não concordo com isso" ("A Ilusão do Direito de Guerra", 1922)

Mas, quando ele usa a palavra *nacionalismo* pela primeira vez? Logo depois de 1922, no primeiro livro, chamado "A ilusão do Direito de Guerra".

O livro resultou do projeto de ser professor da Faculdade de Direito do Recife, onde se formara como aluno laureado, o primeiro da turma. Quando ele se formou (1917, aos 20 anos) havia uma vaga na cadeira de Direito Constitucional e Internacional. Ele ganhou um prêmio em dinheiro, que permitia ao estudante fazer uma viagem para o país que desejasse, para se especializar e voltar melhor preparado na área desejada.

Preferiu usar o dinheiro para encomendar livros na Itália e França, para fazer a tese para este concurso. O tema da tese foi o Direito de Guerra, um assunto muito discutido naquele período de conflito mundial, onde houve guerra submarina, aérea, química. Só não houve guerra bacteriológica, porque a ciência ainda



Olhando o mundo, pensando o Brasil

Desde muito jovem, Barbosa Lima Sobrinho viu-se chamado a analisar a realidade política nacional e internacional. Tinha o exemplo do tio, de quem recebera o nome, e uma guerra mundial a estimular a meditação de um jovem ávido por conhecimentos.

O tio, o primeiro Alexandre José Barbosa Lima – abolicionista e republicano de primeira hora, companheiro de Benjamin Constant, professor na Escola Militar, deputado constituinte em 1890, governador de Pernambuco, deputado federal – foi um modelo a inspirar os passos do sobrinho.

Este completava a adolescência envolvido nos estudos, dando os primeiros passos no jornalismo e tendo a Primeira Guerra Mundial como pano de fundo da cena internacional. Forma-se com brilho em Direito e a primeira tese que desenvolve é sobre Direito Internacional, um gosto pela grande visão mundial que marcará também seu estilo de jornalismo.

Barbosa Lima Sobrinho muda-se para o Rio de Janeiro, em 1921. Trazia uma carta de recomendação do conde Pereira Carneiro, o que lhe assegurava emprego no *Jornal do Brasil*: o caminho estava traçado.

Mas, não foi fácil. O diretor de redação do *JB* ficou indeciso quanto à capacidade daquele rapaz tão novo. Mas, certa entrevista, logo no primeiro mês de trabalho, mudou o rumo das coisas. Ele foi encarregado de ouvir um médico brasileiro que voltava de temporada de atualização na Alemanha.

O especialista descreveu os progressos da ciência médica da França e da Alemanha: "A Alemanha foi devastada pela guerra, mas em três anos reorganizou seu serviço de saúde pública e, sobretudo, seus projetos de pesquisa científica. E agora está tomando a dianteira em relação aos países vencedores da guerra."

Barbosa Lima Sobrinho termina o texto da entrevista chamando a atenção para o

esforço bem orientado de uma nação, capaz de refazer setores vitais tão rápido.

O diretor percebeu, então, que o rapaz era um jornalista maduro e o promoveu a redator. Logo depois, Barbosa Lima passou a cobrir as atividades do Congresso.

A visão ampla da política internacional ele já expressara em outro artigo, em 1918, sobre as negociações de paz. Dizia, profético, que era um risco permitir que a potência vencida se reorganizasse sob a hegemonia da Prússia: "Se os aliados permitirem a reorganização da Alemanha sob a hegemonia da Prússia, vamos ter uma outra guerra."

Ao longo da vida, o interesse pelos assuntos mundiais foi um instrumento de análise e aprendizado logo aplicado ao Brasil. Daí sua clara defesa de um Brasil soberano, inserido na cena internacional como protagonista que tem condição de ser.

Barbosa Lima Sobrinho sempre olhou o mundo, para ser mais brasileiro.

não tinha criado oportunidades para isso.

A opinião de Barbosa Lima Sobrinho era que o Direito de Guerra não passava de uma ilusão: o que é preciso é evitar a guerra. Faz propostas e examina as que estavam sendo feitas na conferência de paz.

Neste momento é que fala em nacionalismo, explicitamente, pela primeira vez. Ele diz: "Há muitos teóricos que sustentam que o nacionalismo é a causa das guerras. Eu não concordo com isso. Até mesmo por-

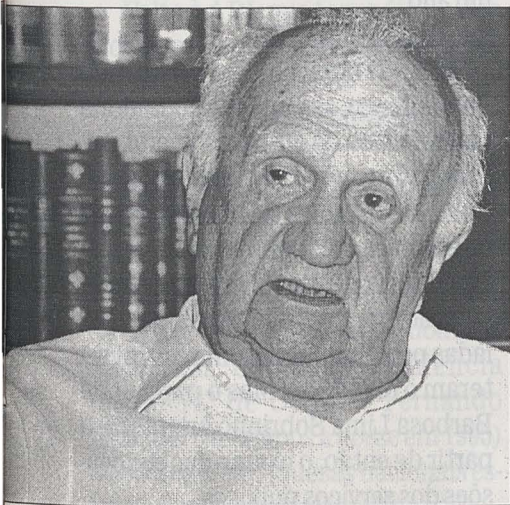
que antes do surgimento do que chamamos nações, as tribos, as comunas, os grupos humanos se enfrentavam. Acho, ao contrário, que o nacionalismo poderá ser um grande instrumento em defesa da paz e não em favor da guerra."

É claro que estava examinando o nacionalismo do ponto de vista particularíssimo da questão bélica. O nacionalismo, como ele desenvolveu depois para o caso brasileiro, já é um desdobramento.

Outro dia, um amigo meu perguntou, até de boa-fé, se "esse nacionalismo tão fora de moda, tão ultrapassado, será que não é uma coisa de velho?"

No caso de Barbosa Lima Sobrinho, não. Foram sentimento e convicção de toda a vida: de jovem, de homem maduro e nos 100 anos que está completando agora. Nunca cedeu a nenhum modismo, menos ainda ao modismo contemporâneo de ser contra o nacionalismo. Tanto que aí está, aos 100 anos de idade, lutando por um Brasil nacionalista e independente, contra as correntes que se julgam modernas, mas que, na verdade, querem um Brasil dependente e em retrocesso político e econômico", completa o jornalista e biógrafo José Augusto Ribeiro.

Entrevista concedida a Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro



Com o deputado Ulisses Guimarães, Barbosa Lima Sobrinho encarnou a anticandidatura presidencial contra o regime militar, percorrendo o país na pregação pela redemocratização

Cronologia Sumária

1897, 22/01

Nasce no Recife Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho

1915

Primeiro artigo político, publicado no *Diário de Pernambuco*, em defesa do tio, o ativista republicano e abolicionista, constituinte de 1890, deputado e ex-governador Alexandre José Barbosa Lima, injustamente acusado de mandante de um crime de morte

1918

Publica no *Jornal do Commercio*, do Rio, a propósito do fim da Primeira Guerra Mundial, artigo sobre "A liberdade dos mares", debatendo aspectos dos tratados de paz e antecipando o futuro imperialista dos Estados Unidos, a partir do claro declínio da Inglaterra. Neste artigo, seu biógrafo, José Augusto Ribeiro, identifica a primeira manifestação nacionalista de Barbosa Lima Sobrinho

1920

Publica três artigos irônicos no *Jornal do Recife*, analisando o caso dos navios alemães apresados pelo Brasil durante a guerra e que os aliados agora querem que o país devolva, graciosamente, à Alemanha

1921

Muda-se para o Rio, trazendo recomendação do conde Pereira Carneiro para emprego no *Jornal do Brasil*, onde inicialmente é tratado como principiante, mas logo reconhecido e promovido a redator e setorista político na Câmara Federal e no Senado

1922

Elabora seu primeiro livro - *A ilusão do Direito de Guerra* - inicialmente uma tese a ser defendida em concurso para cadeira na Faculdade de Direito do Recife. O concurso não chega a se realizar, pois o filho do juiz fe-

deral local é nomeado antes. Os estudos sobre o direito de guerra cristalizam seu pensamento nacionalista

1924

É promovido a redator-chefe do *Jornal do Brasil*

1927

Assume pela primeira vez a presidência da Associação Brasileira de Imprensa

1930

Descrê dos rumos modernizadores da Revolução de 30, pois considerava que Getúlio Vargas, líder político do movimento, era apenas mais um representante das elites no poder. Modifica seu pensamento logo depois, ao identificar a novidade social, política e econômica que representa o movimento

1934

Após a Constituinte, são realizadas eleições suplementares para a Câmara Federal, a que concorre por insistência do conterrâneo e amigo Agamenon Magalhães, nome influente do ministério getulista. Barbosa Lima Sobrinho é eleito deputado federal por Pernambuco e passa a líder da bancada de seu estado

1934/1937

Como deputado federal, atua na Comissão de Finanças, onde se torna relator do projeto sobre o setor de seguros, assunto em cujo estudo aprofundou suas convicções nacionalistas. Consegue aprovar seu parecer na Comissão de Finanças, quando sobrevém o Estado Novo e o Congresso é dissolvido. Já na fase ditatorial, Getúlio cria o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), respeitando o parecer de Barbosa Lima Sobrinho aprovado na Comissão de Finanças da Câmara

1939

De novo, por solicitação de Agamenon, passa a presidir o Instituto do Açúcar e do Alcool, onde elabora o Estatuto da Lavoura Canavieira

(1941), primeira experiência de reforma agrária e sindicalização rural. Getúlio o aprova integralmente, em 48 horas, sem aceitar pressões

1944

Getúlio começa a articular a redemocratização ante o fim próximo da Segunda Guerra Mundial. A guerra congelara os governos não só do Brasil, mas também dos Estados Unidos, com sucessivas reeleições de Franklin Roosevelt, e da Inglaterra, com a permanência de Churchill à frente do governo. No Brasil, entre os preparativos para a redemocratização, estava a criação de partidos. Barbosa Lima Sobrinho redige os estatutos do Partido Social Democrático (PSD), legenda a que se filiara por se identificar com a filosofia da social-democracia e por lhe relembrar um PSD regional, pelo qual se candidatara a deputado em Pernambuco, dez anos antes

1945

Barbosa Lima Sobrinho é eleito deputado constituinte pelo PSD de Pernambuco

1947

No Congresso, bancada do PSD pernambucano vota contra cassação da bancada do PCB. Barbosa Lima Sobrinho é eleito governador de Pernambuco, mas inúmeros recursos atrasam sua diplomação e posse por um ano

1951

Ao deixar o governo de Pernambuco, assume a Procuradoria da Prefeitura do Distrito Federal, iniciando luta contra abusos da Light. Seu parecer contra os lucros ilegais da empresa canadense obteve na justiça vitória de 8 a 1. Numa segunda votação, pressões poderosas manipuladas pela riquíssima empresa inverteram o resultado. Mas o parecer de Barbosa Lima Sobrinho orientará, a partir de então, o exame das concessões dos serviços públicos

1954

Retoma carreira parlamentar como deputado federal, reelegendo-se em 1958. Abandona a vida parlamentar em 1962, aos 65 anos de idade

1964

Sob regime militar, teve a casa invadida e é incurso em três inquéritos militares

1973

Contra a tendência do regime militar de promover o desenvolvimento com empréstimos externos (os petrodólares), lança o livro *Japão, o capital se faz em casa*, alertando contra o risco do endividamento, que viria, de fato, a paralisar o desenvolvimento brasileiro e a deflagrar intensa crise social nos anos 80

1974

Anticandidatura presidencial: como vice, forma chapa com o presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), deputado Ulisses Guimarães, para disputar a presidência da República contra a chapa militar encabeçada pelo general Ernesto Geisel, na eleição indireta a ser decidida pelo Congresso. A candidatura "quixotesca" de Ulisses e Barbosa Lima serviu à pregação antiditatorial, resultando na ressurreição eleitoral opositorista no pleito seguinte

1978

Volta à ABI, que torna fórum dos movimentos pela redemocratização.

1987/88

Ação sobre a Constituinte

1992

Ação pelo impeachment do presidente Fernando Collor

1991/97

Ação nos movimentos em torno da defesa dos interesses econômicos nacionais contra a tendência neoliberal de Collor e Fernando Henrique (este após a posse em 1995) de entregarem riquezas nacionais estratégicas ao controle estrangeiro

O centenário de Barbosa Lima Sobrinho

Neiva Moreira*

A 22 deste mês, o Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho completou cem anos. Ele desfruta de uma vida saudável, exerce uma atividade exemplar e atua e decide com a lucidez, a dignidade e o patriotismo que são característicos de sua ação pública e privada.

Não é fácil chegar a essa idade possuidor de tantos atributos e rodeado pelo respeito e a admiração do povo. Não vamos resumir nestas palavras a extraordinária história desse grande brasileiro, 64 anos da qual vividos ao lado de sua esposa, D. Maria José, companheira de todos os momentos. O Brasil inteiro conhece Barbosa Lima, o homem público, o jornalista, o cidadão, o lutador sem pausa e sem medo pelos interesses nacionais. É uma referência obrigatória em qualquer campo em que esteja em jogo o país, a sua independência, sua soberania, os direitos democráticos do nosso povo e a sua cidadania.

A essa idade, quando as raras pessoas que a atingem buscam a paz do lar sem as incomodidades, os tropeços e os desafios da vida pública, Barbosa Lima está à frente de grandes movimentos patrióticos e democráticos, preside com toda eficiência, dedicação e desvelo a Associação Brasileira de Imprensa, escreve semanalmente seus artigos no *Jornal do Brasil* e atende numerosos compromissos em que sua presença é exigida. Agora mesmo está na luta contra o programa de



Neiva Moreira homenageou o centenário nacionalista

privatizações selvagens do governo, sobretudo em defesa da Vale do Rio Doce, contra o desmantelamento da indústria nacional e a abertura entreguista da economia do nosso país. Mais ainda: tem dado, nos seus artigos e conferências, testemunhos e depoimentos notáveis sobre a história brasileira, demonstrando o retrocesso político e antidemocrático que significaria a reeleição nos termos em que está sendo impulsionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em artigo recente, Barbosa Lima Sobrinho chamou a atenção para os riscos e perigos de um processo de reeleição que significasse a instituição de "uma ditadura vitalícia, que continua a ser aspiração de todos os governantes, deslumbrados com a publicidade, o gozo e as regalias do poder, com que se fascinam vaidosos que consideram quase como deposição o término dos mandatos".

Numa homenagem da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a esse notável brasileiro, a deputada Miriam Reid disse que se poderia considerar o tempo em que vivemos como "o século de Barbosa Lima Sobrinho". Em muitos aspectos, ele será, sem dúvida, a referência maior do nosso século tornando o seu centenário uma data da história contemporânea do Brasil. ♦

* Discurso proferido na Câmara dos Deputados

Brasil altera linha de ação no setor elétrico



Governo federal prevê maior participação de fontes térmicas na matriz energética

Em qualquer plano estratégico do Brasil com vistas ao século XXI, um aspecto fundamental é o suprimento de energia. O aumento da taxa de desenvolvimento e do total de postos de trabalho está condicionado diretamente à maior oferta energética. Para cada ponto percentual de crescimento do PIB, é necessário incremento médio de 1,2% na oferta de energia elétrica.

O setor energético é um dos únicos a trabalhar com cenários estratégicos, analisando as possibilidades de demanda conforme projeções de crescimento do mercado e as formas mais indicadas para atender ao consumo.

Com a matriz energética baseada maciçamente na energia gerada por hidrelétricas (96,8%), técnicos brasileiros do setor já admitem que o país precisará ampliar a participação térmica no século XXI diante da redução do potencial hidrelétrico economicamente aproveitável.

Segundo o Plano 2015 da Eletrobrás, que define as linhas de planejamento do setor nos próximos 18 anos, “pode-se admitir o decênio 2010/2020 como o de esgotamento do potencial hidráulico nacional aproveitável, incluindo parte do recurso hidrelétrico amazônico”.

O grande potencial hidrelétrico brasileiro está na Amazônia. O aproveitamento desse recurso é dificultado por fatores sociais, ambientais e econômicos, como a necessidade de inundar grandes extensões de terra, podendo atingir reservas indígenas e comunidades rurais, o que exigiria o deslocamento dos habitantes. Outra dificuldade é a construção de linhas de transmissão extensas, o que aumenta o custo do projeto e o risco de perda de energia pelo trajeto.

Para suprir essas dificuldades,

as principais fontes térmicas analisadas são o carvão e o gás natural. O carvão continua sendo a principal fonte energética do Planeta (40% da energia gerada no mundo), mas no Brasil seu uso é residual (1,2%). Pelo Plano 2015, o carvão “deverá ter uma participação expressiva no contexto econômico-energético nacional a partir de 2005/2010, quando a geração com este combustível deverá se expandir de forma substancial e competitiva”.

Essa opção energética apresenta problemas, como alto potencial de contaminação do ar e o baixo rendimento energético do carvão nacional. O Plano 2015 prevê, a longo prazo, o uso de carvão importado nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Vários especialistas consideram um risco um país depender de fontes energéticas externas.

A dependência externa também é argumento contrário à opção pelo gás natural. Sem reservas suficientes que atendam as suas necessidades, o país precisaria importá-lo

A mola propulsora da industrialização moderna

Empresário afirma que o Brasil não pode abrir mão de uma indústria eletroeletrônica forte e que o governo parece ainda não ter percebido essa necessidade

da Bolívia, principalmente.

A opção nuclear também está presente no projeto. A entrada em operação de Angra II está prevista para 1999 e a de Angra III, para 2005. Apesar de o país deter grandes reservas de urânio e dominar a tecnologia de produção do combustível, a opção ainda é encarada por estrategistas do setor elétrico como secundária, devido ao maior custo de geração do quilowatt/hora em comparação com outras fontes.

A Eletrobrás também inclui no Plano 2015 o desenvolvimento e aproveitamento das chamadas fontes alternativas, como solar, eólica e, principalmente, a biomassa.

Ao lado da ampliação térmica, uma mudança significativa na área energética brasileira é a abertura para o capital privado. Para atender à necessidade de ampliação da capacidade de produção em 3 mil megawatts por ano, são necessários US\$ 6 bilhões anuais. Segundo representantes do governo, o Estado somente tem condições de investir a metade desse montante. O restante teria que ser desembolsado pela iniciativa privada.

Mas, para um membro do setor de planejamento da Eletrobrás, o Estado terá que assumir "o papel de viabilizar os investimentos em geração" por um prazo de pelo menos três anos, até que investidores privados decidam atuar no mercado. Um dos empecilhos é a inadimplência de distribuidoras estaduais de energia. Sem a certeza do pagamento da energia fornecida, "o setor privado não investe em geração sem garantias do Tesouro", diz a fonte. (Marcelo Monteiro)

Apesar do apoio de entidades empresariais ao presidente Fernando Henrique, vários líderes industriais demonstram preocupação com a política econômica do governo, baseada na abertura comercial e na sobrevalorização do câmbio, com o conseqüente incentivo indireto às importações. Um dos setores mais atingidos por essa política é o de eletroeletrônicos.

Em 1990, as importações eram equivalentes a 14% do faturamento do setor. Em 1995, essa proporção subiu para 34,2%. As exportações subiram bem menos: de 8% em 1990 para 9,8% em 1995.

"Esses números demonstram uma forte tendência à desindustrialização, mas não espelham completamente a realidade, agravada pelo contrabando, compras de viajantes no exterior etc.", afirma Eduardo Magalhães, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Para o empresário, a indústria eletroeletrônica tende a se tornar no século XXI o principal setor industrial, superando o automobilístico. "Será a mola propulsora da moderna industrialização, pela penetração nos mais diversos produtos, pela aplicação na robótica, reduzindo os custos de produção".

Diante do aumento da importância do setor em futuro próximo,

Eduardo Magalhães afirma que o Brasil não pode prescindir de uma indústria eletroeletrônica nacional que abasteça grande parte do mercado brasileiro, possa exportar em quantidade significativa e tenha capacidade inovadora, desenvolvendo produtos para os diversos segmentos industriais.

O vice-presidente da Fiesp diz que o governo federal parece ainda não estar consciente da importância estratégica de o país manter forte o setor eletroeletrônico nacional. "As indústrias brasileiras da área vêm deixando de serem verticalmente integradas, com a produção de matérias-primas, componentes e montagem de produtos finais, para se limitarem à função de meras montadoras de produtos finais".

Magalhães propõe que o Brasil ofereça condições para que indústrias de componentes desenvolvam tecnologia em território nacional. Uma das medidas que poderia incentivar essa fixação seria o aumento dos investimentos em educação básica, profissionalizante e científica, ampliando a qualidade da mão-de-obra nacional. Pesquisa feita por empresa de consultoria norte-americana com 250 executivos de multinacionais indicou que 60% consideram essencial que um mercado tenha mão-de-obra qualificada e treinada, o que influiria na decisão sobre o local onde o investimento vai ser realizado. (MM)



Viagem à origem do *riso*

Médicos defendem que rir pode ser uma terapia eficaz contra dores da alma e do corpo, apesar de não existir uma explicação definitiva de como o humor influencia no metabolismo humano

O riso é uma das características que diferenciam o ser humano dos outros animais. Durante os últimos 2.500 anos cerca de 200 teorias sobre origem do riso foram esboçadas por neurologistas, psiquiatras, psicólogos, escritores, poetas e filósofos, que tentam desvendar o enigma baseando-se nos critérios de suas artes ou ciências.

Os fisiologistas conseguiram descrever os movimentos e as contrações musculares que ocorrem no corpo durante o ato de rir; dramaturgos e escritores aperfeiçoaram técnicas cênicas e literárias, capazes de fazer com que o mais circunspeto dos homens solte uma gargalhada, enquanto sociólogos e psicólogos analisaram as circunstâncias nas quais se produz o riso, suas conseqüências e repercussões. No

entanto, ninguém conseguiu esclarecer o que é o riso.

Apesar de tudo, há 25 séculos vigora o princípio de Aristóteles: "Rimos ao constatar uma coisa que nos é apresentada e a maneira como nos é apresentada." Desde então alguns termos da explicação variaram, mas na essência quase todas as teorias posteriores dizem o que já tinha sido descoberto pelo sábio grego: no humor há dois ele-

mentos, de cuja inter-relação surge o riso. No século XVIII, o filósofo inglês Thomas Hobbes acrescentou mais dois ingredientes à fórmula: surpresa e contradição; e, no final do século XIX, o filósofo alemão Emmanuel Kant incorporou outro elemento: o desenlace inesperado, ao refletir sobre a origem das piadas.

Outro filósofo alemão, Artur Schopenhauer, afirmou que o riso “se origina na incongruência percebida repentinamente entre um conceito e o objeto real”. Foi a primeira vez que se utilizou a expressão “incongruência” aplicada ao estudo do riso, hoje matéria-prima para diversas teorias dos chamados “humorólogos”.

Apesar da dinâmica da vida moderna, que apenas nos dá tempo para rirmos nos dias de festa, durante os últimos 30 anos foram realizados mais estudos filosóficos, psicológicos, psiquiátricos e literários sobre o humor que em todos os séculos anteriores, e os resultados são tão variados quanto contraditórios.

O acúmulo de tantas pesquisas sobre o assunto está delineando, segundo os estudiosos, uma espécie de nova ciência sobre a conduta humana: a “humorologia”, sobre a qual especulam *alegremente* mais intelectuais do que se pensa, demonstrando que o riso é algo muito sério.

O filósofo francês André Gluksmen afirma que “o riso libera aniquilando o que ameaçava aniquilar”, que pode muito bem ser aplicado às piadas que circulavam clandestinamente sob as ditaduras, demonstrando que ainda nas circuns-

tâncias mais difíceis o ser humano apela para o humor como válvula de escape. Talvez por isso ensaístas como o italiano Umberto Eco afirmem que “necessitamos rir porque antes e depois do riso talvez tenhamos que chorar”.

Contrações e relaxamento de músculos

Do ponto de vista fisiológico, o riso resulta da coordenação do trabalho de cerca de 25 músculos. Sob o aspecto neurológico e psicológico, o humor é a única forma de co-

Os bons comediantes sabem levar a platéia a uma escalada de riso, fazendo com que o público chegue ao ponto de saturação e passe a rir com qualquer piada

municação na qual um estímulo complexo produz uma resposta prevista e estereotipada.

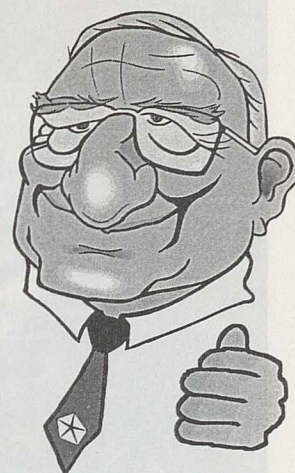
Não rimos igual em todas as idades, pois embora os bebês comecem a sorrir a partir da sétima semana de vida e a rir aos quatro meses, as maiores mudanças na apreciação e qualidade do humor se produzem entre os três e os sete anos. A partir daí, já estão praticamente definidas todas as características fisiológicas da capacidade de rir no organismo, mas estas são modifica-

das posteriormente devido a causas culturais e sociais.

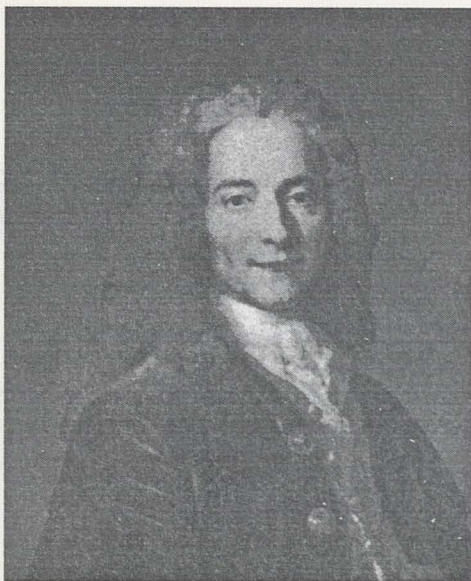
Esta teoria é discutida com frequência pelos partidários em transmitir piadas de duplo sentido nos meios de comunicação de massa, alegando que a criança capaz de rir com elas não está descobrindo nada de novo, pois já deve saber muita coisa para sua idade. Alguns especialistas afirmam que a capacidade de apreciar o humor se perde com a idade.

Tampouco há conclusões precisas sobre outros fenômenos que suscitam o riso, como as cócegas, que não estão necessariamente vinculadas ao humor. A explicação mais aceita é que as pessoas quando submetidas a cócegas riem por um ato reflexo, uma reação defensiva vinculada à tentativa de se evitar um “ataque” a áreas vulneráveis. No entanto, ninguém pode provocar risos fazendo cócegas em si mesmo, de maneira que poderíamos considerar esse ato sensível como um dos únicos estímulos psicofisiológicos com características sociais.

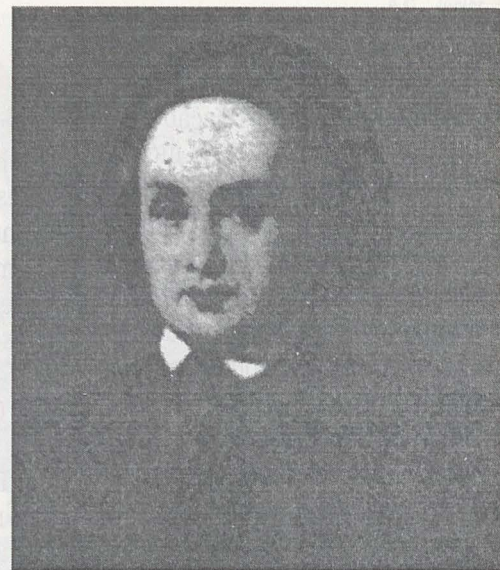
Os cientistas têm diversas explicações sobre a relação entre esse estímulo tão complexo e intelectual que é o humor e a reação física que desencadeia. O iugoslavo Branko Bokun, fisiólogo e aficionado pelo estudo do humor, estabelece uma aproximação médico-antropológica. “*O homo sapiens* através-



Lee Iacocca



No Renascimento, o francês Voltaire (à esquerda) ficou conhecido com o rei da sátira social. O estilo foi adotado até mesmo por escritores austeros, como Victor Hugo (à direita)



sa uma fase de hiperseriedade que conferiu supremacia ao sistema metabólico simpático – que regula as reações ante ameaças e situações excepcionais – sobre o sistema parassimpático, que coordena as funções habituais. O humor é a válvula que permite aliviar a sobrecarga do primeiro”, afirma.

A hipótese pode ter muitas leituras, mas a mais imediata implicaria o fato de o *homo sapiens* do século XX estar se tornando cada vez mais primitivo e emocional, talvez como defesa diante das tensões da vida cotidiana.



David Letterman

Hábito noturno

Outros aspectos do riso podem estar relacionados com o tempo. Sabe-se que em geral somos mais propensos a rir à noite do que durante o dia e quase ninguém ri logo que

acorda. Por outro lado, embora uma piada provoque reações individuais, qualquer um pode comprovar facilmente que rir com outras pessoas aumenta o volume e frequência do riso, que pode até contagiar.

Isso explica os “ataques de riso” sofridos por grande parte do público em shows humorísticos, quando dezenas de pessoas riem convulsivamente e o animador dispara uma piada atrás da outra. De fato, o segredo dos bons comediantes não está só na graça das piadas, mas em saber levar a platéia a “uma escalada de riso” até um ponto de saturação, quando se torna contagioso e o público tende a gargalhar com qualquer palhaçada.

Os médicos estão descobrindo que o riso pode ser remédio ou paliativo para diversas doenças mentais e até físicas, enquanto seus pacientes também buscam desafogo na gargalhada. As aplicações médicas do riso são tão antigas como as primeiras meditações sobre sua origem. Desde o século IV a.C. o pai da medicina grega,

Hipócrates, tentou compreender o temperamento humano a partir do que chamou “humores do corpo” e a partir de então se estendeu o termo “humor” a tudo que se relaciona com o riso.

No século XII, a Escola Salernitana de Medicina, uma das primeiras da Europa, recomendava como fórmula para uma vida saudável manter a “mente alegre, repouso e dieta”. E na *Bíblia* se pode ler que “um coração alegre é como uma boa medicina, mas um espírito deprimido seca os ossos.” Esse saudável critério dos primeiros cristãos não impediu que durante a era medieval os teólogos da Inquisição qualificassem o riso como instrumento do diabo e estendessem sobre a Europa uma onda de austeridade.

Com o Renascimento e o Século das Luzes, o riso voltou a surgir fresco, inesgotável e como veículo para expressões de humor político e sátira aos quais continua vinculado até os nossos dias.

O rei da sátira social foi o fran-

cês Voltaire, conhecido por suas obras trágicas e filosóficas e por suas pujantes frases. Ao que parece, muitos romancistas famosos ficaram aficionados pela difícil arte da sátira; um deles foi o austero Victor Hugo. Quando um colega lhe comentou que um conhecido estava falando mal dele, respondeu: "Me estranha muito, porque nunca lhe fiz um favor." Nessa pequena frase há um universo de inferências lógicas que podem mover ou não ao riso segundo as referências de quem escuta.

Existem, ainda, registros de raros resultados terapêuticos do riso, como o caso do famoso humorista anglo-saxônico Joseph Grimaldi, que viveu durante o século XVIII. Ele teria devolvido a audição e a voz a um surdo-mudo que falou e ouviu depois de muito rir presenciando uma de suas peças baseadas em mímicas. Pela mesma época, se conta que um médico inglês conhecido como "O risonho doutor Bettie" salvou a vida de uma paciente com histórico de várias tentativas de suicídio, graças a uma terapia de piadas que lhe devolveram a alegria de viver.

Há cerca de 30 anos se começou

*No século XVIII,
médico inglês teria
salvo a vida de um
suicida potencial
graças a uma terapia
baseada em piadas,
que lhe devolveu
a alegria de viver*

a investigar o riso com maior profundidade. Em sua obra clássica, *A piada e sua relação com o inconsciente*, Sigmund Freud assinala que, assim como os sonhos, as piadas são instrumentos privilegiados para sondar o inconsciente. Elas dão a quem as conta uma espécie de licença para romper as normas sociais sem ser penalizado, descarregando assim tensões reprimidas.

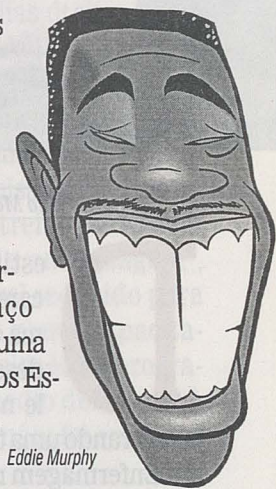
O discípulo de Freud e também brilhante psicanalista, Carl Gustav Jung, explica o mecanismo das piadas de "duplo sentido", afirmando que tem duas fontes inter-relacionadas: uma descarga de desejos mais ou menos proibidos (sensuais, agressivos ou infantis) e um jogo

de palavras, com um poder de brincar que perdemos com a infância.

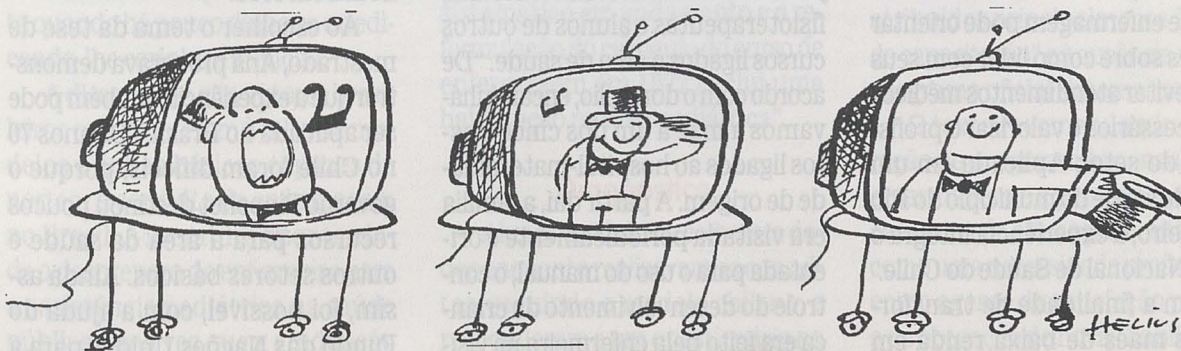
No livro *O humor como terapia*, o sérvio Vikto Bokun assegura que o riso pode curar o alcoolismo, alergias, artrites, resfriados, vício da droga e até ejaculação precoce.

Com pretensões mais práticas e audaciosas, o norte-americano Raymond Moody, em sua obra *Poderes curativos do riso*, propõe nada menos que criar cursos e conferências de humor nas faculdades de medicina e incorporar aos históricos clínicos perguntas sobre o humor dos pacientes. Moody realizou "estudos especializados" nos cursos para palhaço organizados por uma escola de artes dos Estados Unidos, convertendo-se no primeiro médico do mundo que, além do título de doutor em medicina, tem o de "palhaço graduado".

(Ricardo Potts)



Eddie Murphy



As chargens são parte importante dos jornais, estando entre as seções mais apreciadas pelos leitores

Exemplo a ser seguido



Tese de mestrado defende que orientação das mães através de consultas de enfermagem pode acelerar o desenvolvimento psicomotor da criança

Paulo Marinho

Destinado a crianças carentes, um programa de saúde pública desenvolvido no Chile nos anos 70 acabou gerando uma tese de mestrado em Enfermagem na Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio). A dissertação *Programa de Estimulação e Avaliação Psicomotora da Criança de zero a um ano*, defendida pela enfermeira chilena Ana Maria Fernández, demonstra como a consulta de enfermagem pode orientar as mães sobre como lidar com seus filhos, evitar atendimentos médicos desnecessários e valorizar o profissional do setor. Aplicada em um posto de saúde do município do Rio de Janeiro, a experiência integra o Plano Nacional de Saúde do Chile.

Com a finalidade de transformar as mães de baixa renda em agentes estimuladores dos filhos, o

Centro de Estudos de Desenvolvimento Psicomotor elaborou dois programas piloto voltados para crianças chilenas de famílias carentes. Vinculado ao Serviço Nacional de Saúde do Chile, o centro integrado por psicólogos e psiquiatras desenvolveu ainda 24 manuais ilustrados, que, conforme a idade da criança, eram entregues aos responsáveis durante a consulta de enfermagem.

A então estudante Ana Maria Fernández atuou no projeto desenvolvido em seu país natal (1977/79), junto com acadêmicos de medicina, fisioterapeutas e alunos de outros cursos ligados à área de saúde. “De acordo com o domicílio, encaminhávamos a mãe a um dos cinco postos ligados ao hospital-maternidade de origem. A partir daí, a família era visitada periodicamente e orientada para o uso do manual; o controle do desenvolvimento da criança era feito pela enfermeira na visita mensal”, lembra ela.

Passados os dois anos de teste, constatou-se que o grupo apresentava desenvolvimento psicomotor pleno, enquanto as crianças não-orientadas, e procedentes do mesmo meio social, tinham um desempenho abaixo do esperado. Com os bons resultados, já no início dos anos 80, as atividades do projeto foram incorporadas ao Programa Nacional de Saúde da Criança do país andino. Formada em enfermagem pela Universidade do Chile, em 1980, Ana Fernández viajou para o Brasil em 1992.

Ao escolher o tema da tese de mestrado, Ana procurava demonstrar que a experiência também pode ser aplicada no Brasil. “Os anos 70 no Chile foram difíceis, porque o governo Pinochet destinou poucos recursos para a área da saúde e outros setores básicos. Ainda assim, foi possível, com a ajuda do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e de ONGs, pros-

seguir com o projeto. A saúde preventiva no posto de saúde não requer o número de médicos e a quantidade de equipamentos necessários para o tratamento de doenças em hospitais”, afirma.

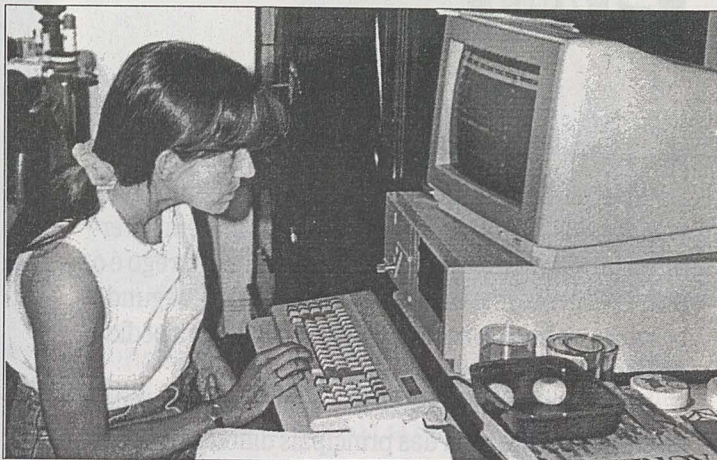
Experiência brasileira

A pesquisa descrita na tese teve a participação de 11 alunos de enfermagem da Uni-Rio, durante estágio no Posto de Assistência Médica (PAM) São Francisco Xavier, na Zona Norte do Rio. Após uma capacitação prévia, os agentes aplicaram o modelo de investigação chileno, que supriu a falta de um programa local voltado para o desenvolvimento psicomotor da criança.

Os dados colhidos revelaram que a falta de informação das mães pode vir a ser superada com o aprimoramento da consulta de enfermagem. “A dificuldade no desenvolvimento infantil não se deve apenas à pobreza e desnutrição. Experiências anteriores demonstraram que a deficiência persiste mesmo quando a carência alimentar é suprida. Por isso, é importante que o responsável seja orientado a estimular o filho, seja respondendo aos primeiros sons emitidos pelo bebê, confeccionando brinquedos com sucata quando há pouco dinheiro e dedicando-lhe carinho e atenção.”

A dissertação cita autores brasileiros que se referem à falta de modelos e linhas básicas capazes de nortear a consulta de enfermagem no Brasil. A literatura aponta ainda o despreparo do enfermeiro para a assistência pediátrica na saúde pública, uma vez que a graduação privilegia o ensino voltado para do-

Na opinião de Ana Maria Fernández, uma consulta de enfermagem bem-feita pode até dispensar a visita ao pediatra



enças, com maior tempo de estágio no setor hospitalar. A conseqüente escassez de programas de educação continuada acaba provocando sérias distorções na atuação do profissional de postos de saúde.

“A consulta que também contempla o lado psicomotor permite a identificação do problema da criança e da família e a formulação do programa de ação adequado. Já o encontro entre mãe e enfermeira que se limita a verificar peso, altura, vacinação contribui para manter a criança no que chamamos de retardo mental sociocultural”, afirma Ana Fernández.

Na opinião da especialista, a consulta de enfermagem, em muitos casos, pode tornar desnecessária a visita ao pediatra. “Este é um procedimento previsto pelo Ministério da Saúde. Mas não há algo de sistemático em andamento e a reformulação do currículo do curso de enfermagem em 1972 exclui uma habilitação na área pediátrica”.

Diagnóstico

Alunos da Uni-Rio colheram dados enquanto realizavam as consultas, seguindo o modelo chileno, e responderam a um questionário no qual avaliaram os resultados do pro-

grama. As consultas ocorreram de 7h30 às 12h, no setor de Puericultura da unidade de saúde. O programa durou dez dias úteis e foram atendidas cerca de 150 crianças diariamente.

Dentre as principais dificuldades para a implementação do programa, os pesquisadores apontaram a “falta de treino para realizar consulta de enfermagem”, tempo disponível reduzido para cada consulta e pouca capacitação prévia em relação ao programa. O tempo médio destinado à orientação das mães foi entre dez e 15 minutos.

Sobre os fatores que transformam a consulta de enfermagem em um acompanhamento limitado (exclusivo ao crescimento físico da criança), todos os estudantes citaram o pouco interesse dos profissionais, atribuídos principalmente à “falta de capacitação” e à ausência “de um programa oficial sistematizado”.

O texto recomenda a incorporação do programa às consultas de enfermagem e a promoção de mecanismos de educação continuada como uma necessidade profissional, como agente de satisfação pessoal e de obtenção de novas habilidades e conhecimento. ♦

PING PONG

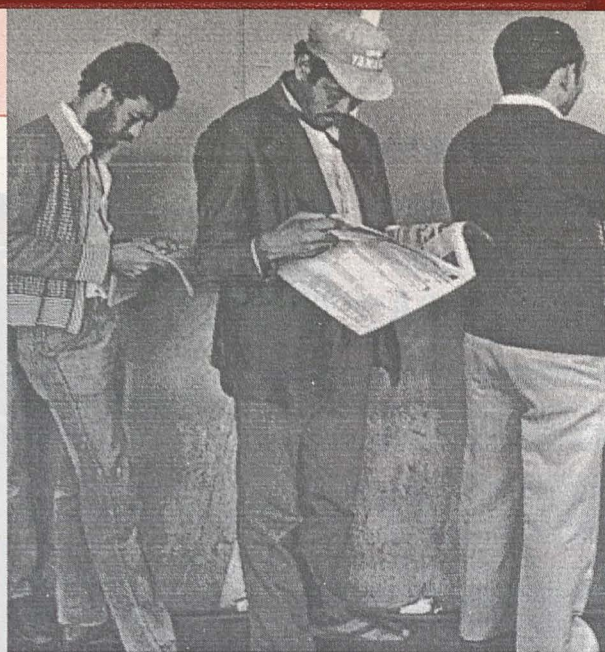
Desemprego

No momento em que a reestruturação tecnológica vem reduzindo o total de postos de trabalho em determinados setores, como o industrial, o desemprego é o principal problema brasileiro da atualidade, segundo pesquisa elaborada no final de 1996 pelo Ibope a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Dos 2 mil entrevistados, 59% consideraram a falta de emprego com uma das principais dificuldades dos habitantes do país, 5% a mais do que o verificado em enquete realizada em março de 1995.

O item foi o único apresentar crescimento em relação à pesquisa de 1995. A maior redução do nível de preocupação ocorreu em relação à situação dos aposentados, que caiu à metade entre 1995 e 1996: de 22% para 11%. Outra diminuição significativa foi em relação à inflação: de 12% para 6%.

Logo após o desemprego, aparece a saúde, com citações de 45% dos entrevistados. Apesar da progressiva piora da qualidade do serviço de saúde pública do



país, o índice de preocupação é menor do que o medido em 1995 (53%).

Uma das principais surpresas da pesquisa foi o item drogas, considerado o terceiro maior problema brasileiro, com 35%. Em seguida, apareceram o salário dos trabalhadores (28%), educação (25%) e menores abandonados (24%).

Apesar do propalado aumento da preocupação ambiental da sociedade, a defesa do meio ambiente ficou em último lugar na pesquisa. Apenas 2% dos entrevistados citaram o problema.

Globalização industrial

Os resultados obtidos pela indústria automobilística brasileira em 1996 refletem com clareza a tendência das empresas na era da globalização: aumento de produtividade acompanhada de redução do pessoal empregado.

No ano passado, as montadoras instaladas no Brasil bateram o recorde na produção de veículos automotores, com 1,813 milhão de unidades (dado preliminar) – 11,35% a mais do que em 1995, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O aumento foi verificado na produção de veículos leves (automóveis e comerciais leves). O total de caminhões e ônibus fabricados no ano passado foi inferior ao de 1995.

Já o nível de emprego caiu 3,09% na comparação entre dezembro de 1996 e o mesmo mês de 1995. Em dezembro passado, 111.652 pessoas estavam empregadas nas montadoras nacionais (dado preliminar).



Outro dado significativo é a redução da produção de carros a álcool e da participação de importados. Em meados da década de 80, mais de 90% dos veículos que deixavam as fábricas eram movidos a álcool. Em 1996, apenas 0,5% dos veículos vendidos no país utilizam o combustível. Já a participação dos veículos importados caiu de 23,2% em 1995 para 11,3% em 1996 (janeiro a outubro), resultado do aumento da alíquota de importação.



☞ *Lâmia em liberdade*

Depois de 11 anos e 11 meses detida, a brasileira Lâmia Maruf Hassan foi solta pelo governo de Israel, após intensa mobilização de brasileiros e palestinos por sua liberdade. Lâmia foi condenada em 1986 à prisão perpétua pela participação na operação que resultou no assassinato do sargento israelense Davis Manos, em novembro de 1984.

Lâmia usou seu passaporte brasileiro para alugar o veículo que dirigiu durante o seqüestro do militar. Seu marido, Taufic Ibrahim Mohammed, foi o autor do disparo que matou o sargento e continua preso. A libertação da brasileira e de outras 30 prisioneiras é parte das negociações de paz entre o governo de Israel e a Autoridade Nacional Palestina.

Antes de ser deportada para o Brasil, Lâmia afirmou que o acordo de paz fez com que a luta dos palestinos pelos seus direitos deva adotar novos métodos.

"Terminou a fase da luta armada, se bem que ainda existe humilhação e ocupação. Yasser Arafat está negociando; a opção armada se tornou inviável."

Mas a brasileira não se arrepende de sua atuação no passado, lembrando que as ações armadas foram importantes para que Israel aceitasse negociar. "Sem a opção armada, nada disso (o processo de paz) teria acontecido. A Autoridade Palestina admite que está nos territórios autônomos graças aos 3.800 combatentes que estão na prisão. Eles são a nata da resistência palestina", disse. A partir de agora, Lâmia Maruf pretende se dedicar à luta pela libertação de seu marido e aspira a ser porta-voz da causa palestina no Brasil, trabalhando em prol da paz.

☞ *Solidariedade*

No dia 6 de dezembro de 1996, Tauê, de apenas cinco anos de idade, foi mais uma vítima dos casos de violência extrema que ocorrem periodicamente na cidade do Rio de Janeiro.

Tentando fugir após um assalto no bairro do Cachambi (Zona Norte carioca), marginais arrancaram com o carro da mãe de Tauê, apesar do menino estar preso à lataria do carro pelo cinto de segurança. Arrastado por mais de 400 metros, o menino teve um de seus braços decepado. O reimplante não foi bem-sucedido, devido à rejeição pós-operatória.

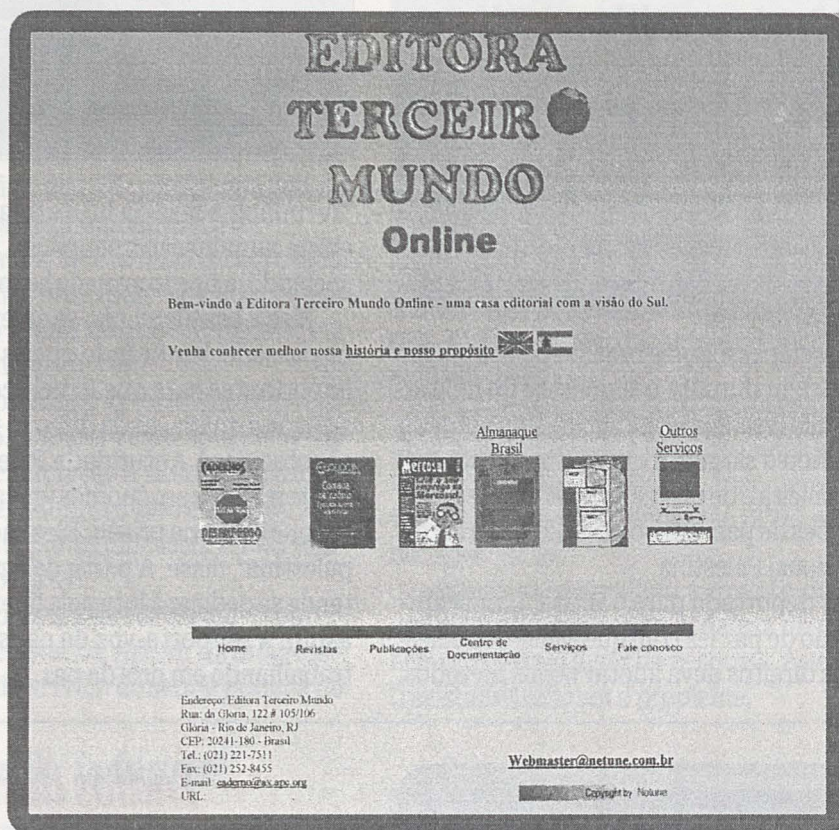
A família de Tauê está buscando recursos para custear os gastos com hospital, fisioterapia, medicamentos e, no futuro, uma prótese. Quem quiser colaborar pode depositar qualquer quantia no Banco Real, c.c. n.º 12241685-2, agência 02674 (Riachuelo), em nome de Tauê Moura do Lago.

☞ *Índios desnutridos*



Apesar do aumento da população indígena brasileira verificado nos últimos anos, as condições de vida de boa parte dela permanecem precárias. Segundo relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário, entidade ligada à Igreja Católica, um terço dos índios do país sofre de desnutrição. O total de desnutridos entre a população indígena passou de 17 mil em 1993 para 106 mil em 1995. Em 1994 e 1995, período analisado pelo estudo, a entidade verificou a ocorrência de 75 assassinatos de índios e 276 tentativas.

Editora Terceiro



Visite o nosso site

Desde dezembro passado, a Editora Terceiro Mundo tem um *site* na Internet. Fruto da parceria com a equipe da provedora Netune (ver **cadernos** número 197), esse *site* coloca à disposição dos navegantes da rede mundial de computadores as informações básicas sobre a nossa editora e os nossos produtos: as revistas **cadernos do terceiro mundo**, *Revista do Mercosul* e *Ecologia e Desenvolvimento* e o

livro de referência *Almanaque Brasil*, publicado a cada dois anos.

Na página dedicada ao *Guia do Terceiro Mundo*, os visitantes ficam conhecendo a história desse outro livro de referência da Editora e têm a opção de, através de um *link*, visitar o *site* do Chasque, sediado no Uruguai, que pertence ao Instituto do Terceiro Mundo, responsável pelas edições em espanhol e inglês do *Guia*.

Mundo on-line

<http://etm.netune.com.br>

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

12 NÚMEROS MAIS RECENTES

Esses números podem ser obtidos junto a
ou através do formulário de pedidos

E Edições
I Informações editoriais
A Assinatura
Ex Expediente
S Seus comentários

Home Revistas Publicações Centro de Documentação Serviços Fale conosco

Webmaster@netune.com.br Copyright by Netune

na Internet

O site oferece ainda informações sobre diferentes serviços da Editora, como o Centro de Documentação; permite assinar as publicações via Internet; enviar comentários e sugestões e ler artigos publicados nos últimos 12 números de cada revista, assim como conhecer o sumário da edição que está nas bancas.

Entre as nossas metas a médio prazo está oferecer aos interessa-

dos pesquisas *on-line* sobre temas afins aos de nossos produtos.

Em breve, para tornar o site mais dinâmico, vamos incluir um serviço de *chat* – conversa – com os editores. Eles informarão sobre a linha editorial, os artigos publicados e as fontes utilizadas em cada número, e estarão abertos ao intercâmbio de idéias sobre as matérias e sugestões sobre o nosso trabalho futuro.

Um milhão de melodias



A Rádio Nacional fez a fusão de vários estilos musicais, valorizando artistas regionais do país.

Beth von Zuben

“Ser negro já é carregado de preconceito; negro de chinelo de dedo não irá conseguir espaço em lugar nenhum. Então o negro que canta comigo terá que usar sapato lustrado e gravata social.”

Paulo da Portela, nos anos 30, quando membros de camadas populares começavam a ascender através da música.

Divulgando desde os chorinhos de Pixinguinha ao baião de Luiz Gonzaga, a Rádio Nacional reuniu em sua programação diferentes estilos musicais, ajudando a construir uma nova linguagem radiofônica que trouxe

ao país uma identidade popular.

A importância desse veículo de comunicação para a sociedade brasileira é relatada na tese de mestrado *Quando canta o Brasil (1936-1945)*, da historiadora Cláudia Oliveira. “A Rádio Nacional definiu os padrões culturais atuais da sociedade. Foi um veículo de experiência do que o mercado consome hoje em dia”, explica a historiadora.

A Rádio Nacional surgiu em 1936 e possibilitou a artistas de várias regiões do país expressarem o seu cotidiano, a sua realidade. Nos

anos 30, as camadas sociais no Brasil eram bem delineadas, os ricos e os pobres. Através do futebol, da música, do rádio, membros das camadas populares começaram a progredir socialmente, conseguindo um lugar ao sol.

A Rádio Nacional passou a ser o “palco de heróis do cotidiano”. Artistas regionais, até então desconhecidos, passaram a brilhar ao se apresentarem na emissora. Muitos entraram para a história musical brasileira, casos de Herivelto Martins, Orlando Silva e vários outros.

O programa *Um milhão de melodias*, que foi ao ar em 1942, produzido por Paulo Tapajós e Almirante e com direção musical do maestro Radamés Gnattali, é característico da nova tendência que estava sendo criada. O ator Paulo Gracindo narrava as atrações da noite, que iam desde canções folclóricas, marchinhas, samba do morro até foxes do cinema norte-americano em versão nacional. Era uma mistura da forma importada com ritmos brasileiros que estavam sendo descobertos. *Um milhão de melodias* foi o musical de maior sucesso da Rádio Nacional, permanecendo no ar por 13 anos.

O programa foi substituído pelo *Quando canta o Brasil*, elaborado nos mesmos moldes do predecessor e com a mesma equipe, com Fernando Lobo (pai de Edu Lobo) na produção. “Uma nova linguagem atingia o público, a inflexão dos artistas, a interpretação, a liberdade de expressão”, diz Cláudia Oliveira.

Outras rádios, como a Mayrink Veiga, Tupi, Cajuti, tinham perfil semelhante ao da Rádio Nacional.

Várias cantoras se tornaram verdadeiras rainhas do rádio, como Linda Batista (ao lado), Emilinha Borba e Marlene (página anterior)



“Mas nenhuma delas foi tão inovadora quanto a Nacional, que reuniu muitos artistas que se destacaram. A maioria deles não tinha uma educação artística formal, o que permitia desenvolver uma arte mais espontânea e que até refletia a realidade cotidiana de várias camadas sociais”, relata a historiadora.

Em 1940, a Nacional foi estatizada pelo governo de Getúlio Vargas, o que fortaleceu a programação popular do veículo, já que a política na época era valorizar as manifestações culturais brasileiras. Apesar de a rádio ter se transformado em um veículo estatal, não foi utilizada como instrumento de ideologia do Estado Novo, segundo Cláudia Oliveira.

A linha de programação do veículo proporcionou novas manifestações não só na música, mas também na dramaturgia, com adaptações radiofônicas de textos teatrais, e no humor. Os programas humorísticos revelaram artistas como Lamartine Babo, Lauro Borges, Castro Barbosa, Silvino Neto e duplas caipiras. A programação da Rádio Nacional incluía também programas de calouro com auditórios populares, empregando maestros, arranjadores e orquestras inteiras.

Na tese, para caracterizar a ver-

satilidade presente nas criações individuais, Cláudia destacou artistas como Orlando Silva, a dupla de humoristas-caipiras Jararaca e Ratinho, o maestro Radamés Gnattali e o cantor-apresentador Almirante. A historiadora fez uma reconstituição da vida desses “menestréis da voz radiofônica”, como define.

Orlando Silva foi um dos primeiros artistas contratados da Rádio Nacional, se apresentando no dia da inauguração do veículo. De família muito pobre do bairro de Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio, e sem ter estudado canto lírico, o cantor desenvolveu o seu talento naturalmente. Orlando foi aperfeiçoando a sua performance ainda pequeno em casa, quando Pixinguinha e outros se reuniam para cantar com seu pai. “O Rei da Voz” trabalhou como trocador de ônibus e cantava nos pontos finais os grandes sucessos da época, o que agradava muitos os passageiros. Orlando Silva iniciou a carreira depois de ser apresentado a Francisco Alves no Café Nice (Centro do Rio), em 1934. Foi o primeiro a gravar o choro *Carinhoso*, de Pixinguinha.

No trabalho acadêmico, Cláudia Oliveira destacou o período de 1936 a 1945. Para a pesquisadora, na década de 40 ocorreu o ápice de

criatividade da Rádio Nacional, que se tornou a maior expressão radiofônica brasileira na época.

“O país passou a ter uma homogeneidade nos costumes musicais. Desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas, as pessoas escutavam a programação eclética da Rádio Nacional”, afirma.

Nesse período, comenta Cláudia, o modelo popular-comercial se sobrepôs ao modelo erudito. A historiadora faz um paralelo entre dois modelos musicais dos anos 30. A Rádio MEC, que surgiu no mesmo ano que a Nacional, tinha, e tem até hoje, um papel educativo e de difusão da música erudita.

“A rádio nunca aceitou patrocinadores e tudo que transmitia era voltado ao público erudito. A MEC vai perdendo os seus ouvintes, pois o povo quer ouvir Francisco Alves e não apenas Bach”, explica a autora da tese.

A pesquisadora, na obra, se restringiu até o ano de 1945, porque a partir daí começa a ser inaugurada uma nova era, os anos de ouro. “A Rádio Nacional abre espaço para as criações populares, mas ao mesmo tempo acaba sucumbindo a esse modelo que ela mesma constrói que é usurpado pelo mercado radiofônico. É justamente em 1945 que isso começa a acontecer”, reflete Cláudia Oliveira.

A popularização da música no Brasil faz aparecer artistas criados pela indústria radiofônica. Surgiram, então, cantores como Cauby Peixoto. “Esse novo modelo sufocou o antigo. Os artistas pararam de criar, já que tinham que se adaptar aos padrões do mercado”. ♦

O eterno rebelde

Crítico das injustiças do país, Henfil foi também uma vítima do descaso das autoridades ao contrair o vírus da Aids durante uma transfusão de sangue



Último cartum de Henfil, cujo traço revelava a gravidade da doença do autor

Mônica Pérez

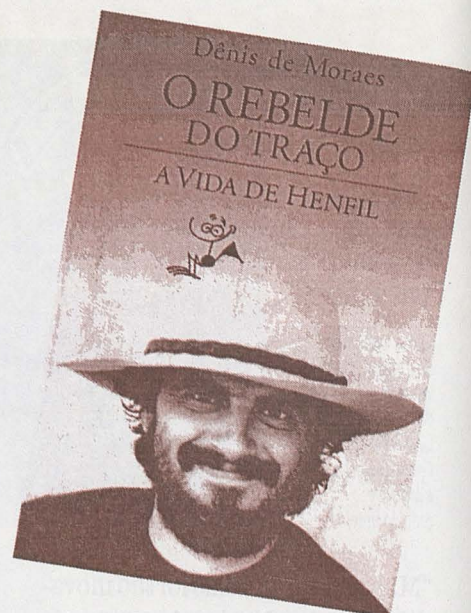
Durante dois anos e meio, o jornalista e escritor Dênis de Moraes pesquisou em acervos públicos e particulares, folheou livros e teses e recolheu depoimentos de 145 artistas, intelectuais e amigos no rastro de informações que pudessem reconstituir a trajetória de um dos maiores cartunistas brasileiros de todos os tempos. O livro *O rebelde do traço - A vida de Henfil* é o resultado desta bem-sucedida empreitada.

Publicado pela José Olympio Editora e fartamente ilustrado com fotografias, cartuns e desenhos, o livro revive a irreverência e o humor cáustico do mineiro Henrique de Souza Filho, o Henfil, ou Henriquinho, para os mais íntimos, que teve sua carreira

precocemente interrompida aos 43 anos. Em janeiro de 1988, o cartunista perdeu sua última batalha contra o vírus da Aids, contraído em uma transfusão de sangue, a que se submetia periodicamente por ser hemofílico, assim como seus irmãos - o músico Chico Mário, já falecido, e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Intensidade e ousadia não faltaram na vida de Henfil e de suas personagens, através das quais cutucou artistas, políticos e intelectuais. Os Fradinhos, criados ainda em Minas Gerais e recriados com doses de sadismo em o *Pasquim*, retratam a dualidade do artista: o frade Cumprido era o Henfil conservador e carola e o endemoniado Baixinho encarnava o Henfil revolucionário e anarquista.

No *Jornal dos Sports*, fez sucesso com o Urubu, o Bacalhau e o Pó de Arroz, que se tornaram símbolos de



três torcidas (Flamengo, Vasco e Fluminense). A turma da caatinga, Zeferino, Graúna e Bode Francisco Orelana, fez muito sucesso no *Jornal do Brasil* em plena ditadura, ao se esquivar dos censores sem deixar de pregar severas críticas sociais.

O livro prima por uma rica descrição do panorama sociocultural do país nas décadas de 60, 70 e 80, sem o que seria difícil contar a história de Henfil. Mais do que pano de fundo, a ebulição cultural e o autoritarismo militar da época traçaram caminhos na vida pessoal e profissional do cartunista. Caminhos marcados por constantes questionamentos, forte senso de justiça e, sobretudo, pela rebeldia, presentes em sua obra.

ANISTIA!



Graúna, Zeferino e Bode Francisco Orelana, personagens famosos criados por Henfil

Loucura genial

Livro revela a trajetória de Arthur Bispo do Rosario, que produziu obras de arte confinado em um hospício



Se atualmente ganha força a tese de que a internação por tempo indefinido não traz melhoria para pessoas com problemas psiquiátricos, no passado recente os que eram considerados fora dos padrões aceitáveis de comportamento eram segregados, sendo submetidos a condições de vida degradantes.

Mas para dentro dos muros dessas colônias de rejeitados também havia manifestações artísticas, que hoje são reconhecidas como de qualidade. Um exemplo é a produção de Arthur Bispo do Rosario, que durante meio século (1939-1989) viveu, até morrer, na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá (Zona Oeste do Rio).

Seus bordados, estandartes e miniaturas, feitos com sucata, linha desfiada do seu uniforme de paciente e sobre cobertores, representaram o Brasil na Bienal de Veneza de 1995 e despertaram o interesse de centros de cultura do exterior.

A jornalista Luciana Hidalgo (foto) revela a trajetória desse "louco genial" no livro *Arthur Bispo do Rosario - O senhor do labirinto*. Um artista que não considerava como arte o que fazia e que inicialmente se dizia São José e que depois passou "para o papel de protagonista", segundo a autora, se considerando o próprio Jesus Cristo. (MM)

• **Como surgiu o interesse por Arthur Bispo do Rosario?**

Luciana Hidalgo - Sempre me interessei pela realidade de locais fechados, como conventos, prisões e hospícios. Também sempre senti atração pelo tema loucura. Descobri Bispo através do documentário produzido em 1982 pelo psicólogo e cineasta Hugo Denizart, que revelou Arthur Bispo para fora dos muros da Colônia Juliano Moreira.

• **Como ele via o que produzia?**

LH - Arthur Bispo nunca se disse um artista plástico. Não considerava aquilo que fazia como arte e sim como um universo em miniatura que apresentaria a Deus quando estivesse diante dele. Bispo trabalhava movido pela sua fé mística, não com a intenção de ser um artista. Chegou a recusar que suas obras fossem expostas num andar inteiro do MAM do Rio.

• **Como o trabalho de Arthur Bispo era encarado dentro da Colônia?**

LH - Por ser "xerife", substituindo os funcionários no trabalho de lidar com outros pacientes, gozava de certa influência junto aos empregados. Até por isso, tinha facilidade para criar, mais do que devido ao reconhecimento da qualidade das obras. Eram consideradas mais como um trabalho exótico. O trabalho de Bispo era uma exceção dentro da Juliano Moreira, caracterizada pelas más condições de tratamento aos pacientes.

• **No livro, você destaca o caso de Rosângela Maria, estagiária de psicologia que foi aceita por Bispo. Como ele encarava o tratamento?**

LH - Com rebeldia total. A psicanálise somente chegou à Juliano Moreira na década de 80; algo que Freud havia desenvolvido no início do século. O que existia até então era pura psiquiatria; eram prescritos choques, lobotomia, a disciplina era militar. Já na fase da psiquiatria, Rosângela insistiu em tratar de Bispo, que acabou

se afeiçoando a ela. Ele mantinha uma idealização mística em relação às mulheres: ou eram puras ou ao contrário, estariam como "contaminadas".

• **A partir de que momento Arthur Bispo passou a preparar suas obras?**

LH - Mesmo antes de ser internado, já tinha feito peças em madeira. Colhi testemunhos de que durante eventuais saídas da Colônia para passar algum tempo com a família para a qual antes trabalhava, ele ia a armazéns e lojas para adquirir material para fazer as obras. Basicamente usava sucatas geradas na colônia, canecas, galochas, rótulos de sabonete.

• **Bispo seria um caso exemplar de louco genial?**

LH - Acho que sim. Arthur Bispo do Rosario não quis ficar na pintura e escultura tradicional. Sempre buscava coisas novas. O seu trabalho era uma espécie de *pop art*, de arte contemporânea, um novo realismo; não era um trabalho ingênuo.

INFORMAÇÃO

O maior compromisso que as publicações da

cadernos do terceiro mundo

Em 1997, cadernos do terceiro mundo completa 23 anos. Desde o primeiro número, ela busca contribuir para a formação de homens e mulheres aptos para o pleno exercício da cidadania. A sua informação nacional e internacional não se encontra em nenhuma outra publicação brasileira.



Complete sua coleção



Complete sua coleção

Revista do Mercosul

Deseja conhecer as ações governamentais, a política econômica, as oportunidades de negócios no Mercosul? Leia a nossa publicação especializada, onde esses temas são tratados com imparcialidade. Focalizamos em particular os interesses dos pequenos e médios empresários do bloco, criando uma linha direta entre quem compra e quem vende: uma verdadeira "roda de negócios".



Complete sua coleção

**Lançamento
Almanaque
Brasil 97/98
em abril de 97**

Almanaque Brasil

Um livro de consulta imprescindível: o Almanaque Brasil constitui uma valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos. Em abril, será lançado o Almanaque Brasil 1997/1998 e, como de hábito, a nova edição não se limitará a atualizar dados estatísticos, abordando temas importantes da realidade brasileira.

Na compra antecipada do Almanaque Brasil 97/98 ganhe um desconto de 20%

COM QUALIDADE

Editora Terceiro Mundo têm com os seus leitores

SUPER PROMOÇÃO: DESCONTOS + BRINDES

Ganhe mais 3 edições em cada assinatura de uma de nossas revistas, **Cadernos**, **Ecologia** ou **Mercosul** e ainda receba de brinde um **Almanaque Brasil 97/98**.

Obs.: A promoção do Almanaque Brasil é válida até esgotar a edição e a sua entrega será feita após o mês de abril de 1997.

PREENCHA O CUPOM E ENVIE HOJE MESMO PARA

Editora Terceiro Mundo - Dept. de Assinaturas
 Rua da Glória 122 grs. 105/106 CEP 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ
 Se preferir envie pelo fax: (021) 252-8455 ou telefone: (021) 221-7511

ASSINALE SUA OPÇÃO

Revista	Edições	A vista	parcelado	prazo
<input type="checkbox"/> Ecologia + Almanaque 97/98	06	36,00	2X18,00	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Ecologia + Almanaque	09	54,00	2X27,00	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Ecologia + Almanaque	12	72,00	2X36,00	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Cadernos + Almanaque	06	33,00	2X16,50	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Cadernos + Almanaque	09	49,00	2X24,50	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Cadernos + Almanaque	12	66,00	2X33,00	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Mercosul + Almanaque	06	33,00	2X16,50	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Mercosul + Almanaque	09	49,00	2X24,50	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Mercosul + Almanaque	12	66,00	2X33,00	1+1 (30d)
<input type="checkbox"/> Almanaque Brasil 97/98	—	25,00	2X12,50	1+1 (30d)

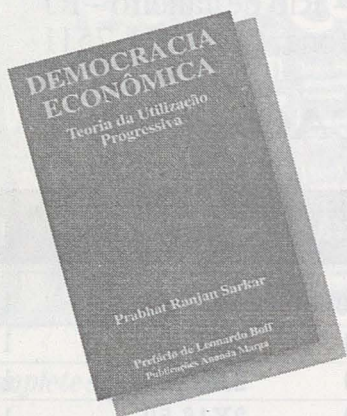
NOME: _____
PROFISSÃO: _____ **DATA DE NASC:** / / **SEXO:** M F
ENDEREÇO: _____ **BAIRRO:** _____
CIDADE: _____
ESTADO: _____
CEP: _____ **TEL: (DDD)** _____
NOME DO CARTÃO DE CRÉDITO: _____
VALIDADE: _____ **NÚMERO:** _____
 _____ / _____ / _____
Assinatura *Data do pedido*

OPÇÕES DE PAGAMENTO

Depósito bancário (comprovante anexo) Banco Bradesco Ag. 2545-3, c/c Nº 152-P
 Reembolso Postal Pagarei quando receber meus livros nos Correios
 Cheque nominal a Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Autorizo o débito em meu Cartão de crédito
 American Express Credicard
 Visa Solla

Um novo paradigma econômico

Estudo propõe o fortalecimento da cidadania e define o papel do ser humano perante a economia e a própria sociedade



No momento em que o neoliberalismo predomina no mundo, uma nova teoria econômica chega ao Brasil, o sistema denominado Prout - abreviação em inglês de Progressive Utilization Theory (Teoria da Utilização Progressiva). É uma alternativa ao atual modelo político vigente que propõe uma nova sociedade, na qual se assegure a todos oportunidades de conseguir a auto-suficiência econômica, individual e coletiva.

Elaborada pelo indiano Prabhat Ranjan Sarkar (1921-1990) que durante 30 anos a desenvolveu através de pesquisas e experiências práticas em comunidades carentes do nordeste da Índia, a teoria é revela-

da no livro *Democracia econômica*. Além da apresentação do estudo, a obra contém discursos de Sarkar sobre economia.

Longe de ser uma utopia, a teoria defende, com base em fatos concretos, a possibilidade de se abrir as portas para uma vida melhor e mais saudável para todos, através de uma sociedade *proutiana*, um sistema que atenda às necessidades básicas do ser humano - alimentação, educação, saúde, vestuário e habitação.

Entre as várias características dessa sociedade, está a adoção de medidas como a garantia do poder de compra através da geração de emprego, cooperativismo industrial e agrícola, descentralização econômica, reforma agrária e o desenvolvimento de indústrias estratégicas, administradas pelo governo, sob o lema "sem lucros, sem prejuízo". Seriam estatais, entre outros, os setores de petróleo, eletricidade, transporte e comunicação. São propostos, também, tetos mínimos e máximos de salários para a população e a utilização adequada dos recursos materiais.

"O sistema Prout prega a máxima utilização e distribuição racional dos recursos para o benefício de todos. A população teria uma constante melhoria no padrão mínimo de vida, já que nenhum indivíduo poderia acumular riqueza material sem a aprovação do corpo coletivo (liderança popular de cada região) e o excedente seria distribuído", explica um dos tradutores do livro, Niels Gudme, formado em engenha-

ria de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Antes de se deparar com esse trabalho, Niels garante que nunca se sentiu motivado em abraçar qualquer causa política, pois considerava todas as lutas inglórias.

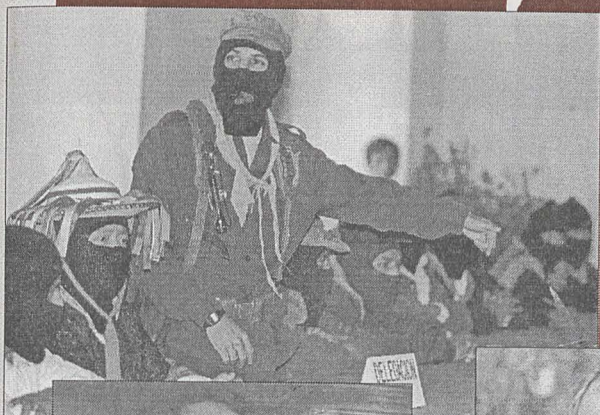
Para o teólogo Leonardo Boff, que escreveu o prefácio da publicação, "o sistema é uma abordagem humanística da economia e funciona como crítica ao sistema econômico imperante". No ponto de vista do frei, o capitalismo não consegue satisfazer as necessidades do ser humano, é opressivo e ofende os direitos de cidadania. "É um quadro dramático que estamos vivendo, por isso devemos saudar todos os ensaios, como a teoria Prout, que tentem ajudar o ser humano a recolocar a questão da economia política", afirma.

O método Prout procura mostrar a importância do ser humano viver em equilíbrio com o que é chamado de *prama* - o estado físico, mental e espiritual. Somente com a harmonia dessas três dimensões é que há o desenvolvimento, define Leonardo Boff, pois, ao contrário, "o desenvolvimento produzirá injustiças e muitas vítimas".

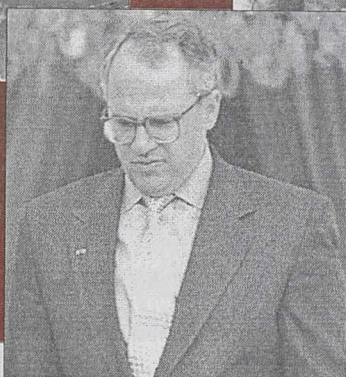
Prabhat Sarkar, que sempre se dedicou a divulgar os ensinamentos do yoga, é considerado um guia espiritual. Já escreveu mais de 200 livros de diferentes temáticas e é fundador da organização sócio-espiritual Ananda Marga, que desenvolve atividades sociais. Prabhat Sarkar foi prisioneiro político no período de 1971 a 1978. *(Beth von Zuben)* ♦

América Latina

Entre a paz e a guerra



Fotos:AFP



Após os anos que ficaram conhecidos como *década perdida*, pela estagnação econômica e os altos índices inflacionários, a América Latina entrou nos anos 90 num período de tímido crescimento, economia estabilizada - conquistada a partir de drásticos planos de ajuste - e institucionalidade democrática. Nos países em que existia, se conseguira, salvo poucas exceções, incorporar a guerrilha à vida legal ou aniquilá-la.

Longe ainda dos invejáveis indicadores dos Tigres Asiáticos, muitos países latino-americanos passaram a ser apresentados pela mídia mundial como os próximos dragões do desenvolvimento (apesar da pobreza ainda atingir 45% da população).

A contenção da hiperinflação provocou, inclusive, uma certa tolerância coletiva com alterações questionáveis das Cartas Magnas. A sua flexibilização ao sabor de conveniências ocasionais dos dirigentes, como aconteceu com Fujimori e Menem quando arrancaram do Congresso a autorização para introduzir mudanças na Constituição que lhes permitiram disputar e obter um segundo mandato, não teve contestação

nas ruas. O mesmo aconteceu recentemente no Brasil.

Mas essa lua-de-mel com os receituários mais ortodoxos do neoliberalismo foi sendo quebrada por movimentos sociais como as greves que convulsionaram a Bolívia e a Argentina e pela irrupção de grupos armados, como aconteceu no Peru e no México. Muitas vezes apresentados como anacrônicos pela mídia, esses movimentos encontraram eco em camadas sociais marginalizadas pelo modelo.

Diante da perda de popularidade dos diferentes governos - o caso mais extremo é o de Abdalá Bucaram, que acabou perdendo a presidência diante da reação popular às suas medidas econômicas - insinua-se no futuro uma fase mais reflexiva: a imposição dos pacotes neoliberais a qualquer custo estaria agora cedendo lugar a uma etapa em que a pressão popular colocaria limites à abertura econômica irrestrita anterior. A agenda social passaria a estar em primeiro plano, daqui em diante. Parte dessa complexa conjuntura é abordada nas várias matérias que publicamos a seguir focalizando prioritariamente o fenômeno da relação entre os movimentos armados e os governos constitucionais latino-americanos, nos anos 90.



Micaela Ramada

O histórico início de um processo de paz, após 36 anos de conflito armado, marcou o primeiro ano de governo do presidente da Guatemala, Alvaro Arzú, apesar de ainda persistirem pesados desafios, sobretudo no terreno econômico.

mês anterior, dos acordos de paz. “Eles puseram fim a uma longa guerra e iniciaram uma nova etapa da história guatemalteca”, disse.

O presidente reconheceu que no primeiro ano de governo não teve condições de trabalhar em todos os projetos apresentados na sua plataforma eleitoral, mas anunciou que “1997 será o ano do investimento e do desenvolvimento”.¹ No primeiro escalão da administração de Arzú

Começa uma nova etapa

Com a assinatura em dezembro da paz definitiva, a guerrilha e o governo selam um acordo histórico que poderá deixar para trás quase quatro décadas de guerra civil

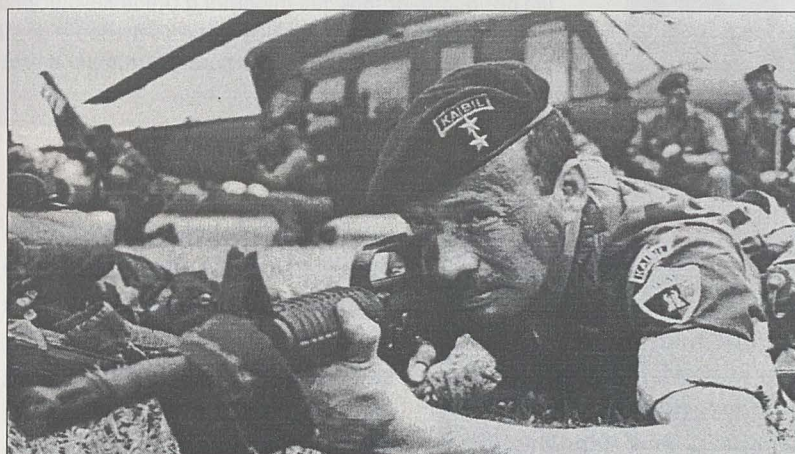
No início de janeiro, no primeiro informe perante o Congresso, no aniversário de sua chegada ao poder, Arzú disse que se orgulhava do progresso registrado no país a partir da assinatura, no

há vários dirigentes de esquerda, a maioria deles amigos de infância do presidente.

Um longo processo

Para se chegar ao estágio atual da vida política da Guatemala, quando se ensaiam os primeiros passos da convivência realmente democrática, foi necessário um longo processo. A primeira reunião, sem resultados, entre a guerrilha e o governo com o objetivo de pôr fim à guerra mais prolongada da América Latina, aconteceu em Madri, em outubro de 1987. Mas só em 1991 o diálogo começou a progredir.

Desde então foram estabelecidos vários acordos, que culminaram em 29 de dezembro com a assinatura, na cidade da Guatemala, do documento que oficializa a paz. Após quase quatro décadas de guerra, com um saldo de mais de 150 mil



A população guatemalteca, na sua maioria indígena, pagou um alto preço pelos mais de trinta anos de guerra civil, que parecem chegar ao fim com os acordos de paz selados em dezembro passado entre o governo e os grupos armados

mortos, um milhão de refugiados internos e 45 mil exilados, finalmente a população guatemalteca vislumbra uma etapa não-violenta. Do lado do governo, a assinatura dos tratados coube a uma Comissão de Paz (Copaz); pela guerrilha, à União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), entidade que reúne todos os grupos armados.

Em 1994 tinham sido assinados um convênio sobre direitos humanos e outro de reassentamentos de populações deslocadas pela guerra civil. Um ano depois foi a vez dos

tratados sobre identidade e direitos dos povos indígenas² e de reformas sócioeconômicas, seguidos, em 1996, do acordo sobre o fortalecimento do poder civil e a função do exército em uma democracia.

O México foi a sede de quase todas as reuniões nos cinco anos que duraram as negociações. Durante esse tempo, a Guatemala recebeu o apoio dos chamados Países Amigos do Processo de Paz (Venezuela, México, Colômbia, Espanha, Noruega e EUA).

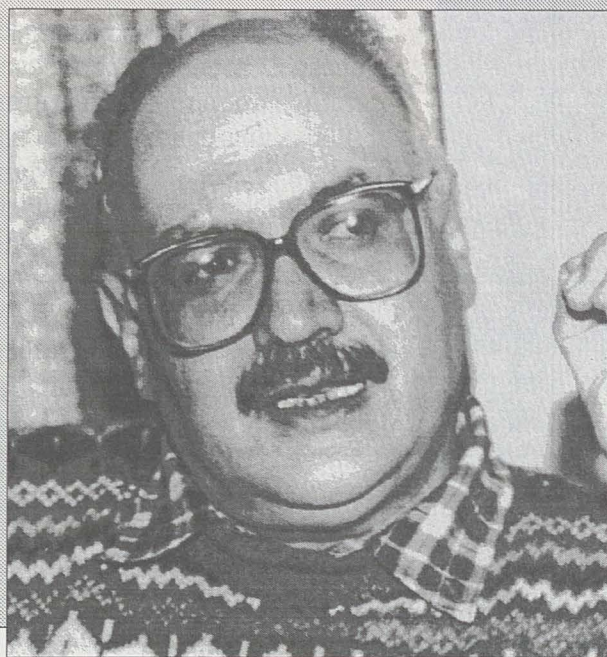
As negociações sofreram um

duro golpe em outubro passado, após a descoberta da participação da Organização do Povo em Armas (Orpa), uma das facções que integram a URNG, no seqüestro da milionária Olga Novella. As conversações foram suspensas, só sendo possível a sua retomada quando o máximo dirigente da Orpa, comandante Gaspar Ilom (Rodrigo Astúrias), renunciou à equipe que representava a guerrilha nas negociações. Gaspar Ilom assumiu a responsabilidade política do seqüestro, apesar de não ter participado da ação (ver quadro "Celebrando à distância").

Superado o episódio, no dia 4 de dezembro foi assinado em Oslo o acordo para o cessar-fogo definitivo; três dias mais tarde, em Estocolmo, o de reformas constitucionais e sistema eleitoral; e, dia 12, em Madri, foram definidas as bases para a desmobilização, o desarmamento e a incorporação à vida legal de todos os guerrilheiros.

Esse último acordo, complementado com uma lei de anistia – chamada de "Reconciliação Nacional", votada dias depois pelo Congresso –, foi aplaudido na Europa mas muito criticado na Guatemala, já que exime de responsabilidade penal tanto os guerrilheiros quanto os militares (ver quadro "As veias abertas da Guatemala").

Na capital espanhola também foi acertada a criação de uma comissão para esclarecer como aconteceram as violações aos direitos humanos cometidas durante os 36 anos de guerra interna, prevendo a reparação pelo Estado às vítimas dos abusos.



Celebrando à distância

O líder guerrilheiro guatemalteco Rodrigo Astúrias co-memorou na Europa, longe de seus companheiros, a assinatura do cessar-fogo. "Não estar presente no momento culminante do processo no qual tanto participei me dói, mas ao mesmo tempo sinto uma grande alegria, pois 36 anos de guerra chegaram ao fim", disse Astúrias, de 57 anos, 25 deles na guerrilha.

Impulsionador do processo de paz, o dirigente rebelde abandonou a negociação para não prejudicá-la, pouco antes da assinatura da paz definitiva, em 29 de novembro.

A sua retirada das negociações aconteceu após ter assumido o custo político do seqüestro realizado em outubro pela Organização Revolucionária do Povo em Armas (Orpa), um dos quatro grupos que integram a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG). Astúrias acusou o governo de tê-lo utilizado como "pretexto para interromper o proces-

No preâmbulo do documento de Madri, a origem do enfrentamento armado interno é atribuída ao "fechamento dos espaços políticos de expressão e participação democrática" e à "adoção de medidas represivas contra as pessoas e organizações vinculadas ao regime deposto em 1954".

Naquele ano, o governo constitucional, nacionalista e democrático encabeçado pelo coronel Jacobo Arbenz foi derrubado por um golpe de Estado liderado pelo general Carlos Castillo Armas com o apoio dos Estados Unidos.

Assim, a letra dos acordos justifica a ação guerrilheira, ao admitir o direito dos povos à busca das transformações democráticas necessárias "para enfrentar uma situação de injustiça social econômica e a negação sistemática dos direitos e garantias individuais e sociais".

Medidas preventivas

O processo de reincorporação dos guerrilheiros à vida democrática foi dividido em várias etapas, que serão supervisionadas por uma Autoridade de Verificação. Inicialmente, essa autoridade estará a cargo das Nações Unidas mas a responsabilidade poderá ser transferida para a Organização dos Estados Americanos.

Uma força especial integrada por ex-combatentes da URNG protegerá a vida dos guerrilheiros após se reintegrarem à vida civil. Uma centena desses combatentes passou a formar parte da equipe do Ministério de Gobernación (Interior) para zelar pela integridade física dos seus dirigentes. Os acordos prevêem que o governo deve assegurar o direito à vida e à segurança de todos os membros da URNG.

Outros processos de paz celebrados na América Latina foram

frustrados pela ação de grupos paramilitares ou de ultradireita contra ex-guerrilheiros que tinham sido reincorporados à vida civil. Na lista elaborada pela URNG, são 3.095 os combatentes que estão entregando as armas e reintegrando-se à legalidade desde 29 de dezembro.

O profundo enraizamento da violência na sociedade guatemalteca nas últimas décadas justifica o empenho em se adotarem todas as medidas preventivas para assegurar uma paz firme e duradoura. O próprio ministro de Gobernación, Rodolfo Mendoza, admitiu que o problema da falta de segurança não pôde ser resolvido no primeiro ano de governo devido às firmes raízes da violência.

Nas semanas que antecederam à assinatura do acordo final de paz, em dezembro, numerosos corpos foram encontrados à beira das principais estradas do país, gerando um

so", e explicou que decidiu retirar-se "num gesto político que permitiu avançar rumo à paz".

O guerrilheiro é conhecido pelo codinome de Gaspar llo, protagonista do livro *Homens de milho*, escrito por seu pai, o Prêmio Nobel de Literatura Miguel Angel Astúrias. Ele acusou as forças "paleolíticas" representadas na Frente Republicana Guatemalteca de ter utilizado o seqüestro da empresária Olga Novella, de 86 anos, em favor de sua estratégia de boicotar a paz. Novella foi raptada por um comando da Orpa e libertada pouco depois em troca de um guerrilheiro, numa negociação que envolveu o próprio presidente Arzu e acabou interrompendo o processo de paz, em fins de outubro. O fato inclusive provocou a abertura de um processo judicial contra o presidente guatemalteco.

Segundo Astúrias, o seqüestro de Novella foi um ato unilateral, não-discutido com a direção, e teve a intenção de resolver uma situação econômica difícil dentro de sua organização. "Obviamente foi um problema sério na negociação, mas não tinha

nem as implicações nem a gravidade a que as forças contrárias à paz, inclusive alguns militares, se referiram", assinalou.

Falando do futuro, Astúrias disse que espera participar ativamente na construção do partido político da URNG. Afirmou, ainda, não se arrepende de ter dedicado tantos anos à luta armada, pagando o preço do cárcere e do exílio e causando sérios problemas familiares. O nome de Gaspar llo foi adotado por Astúrias ao fundar a Orpa, no início da década de 70, em homenagem a um personagem – um índio que se rebelou em demanda de terra – criado por seu pai.

Astúrias é considerado um provável candidato presidencial com grandes possibilidades. Os militares moderados da Guatemala, que atualmente têm a hegemonia nas Forças Armadas, aparentemente não teriam restrições ao nome de Astúrias ou de qualquer outro dirigente guerrilheiro na corrida presidencial. Com dificuldade, após todos esses anos de negociações, desenvolveram um sentimento de respeito pelos seus antigos inimigos.

clima de pânico entre a população. O fato foi adjudicado pelo governo a ajustes de contas internos entre grupos paramilitares de direita, em função da proximidade da paz. David Stephen, diretor da Missão da ONU para a Verificação dos Direitos Humanos na Guatemala, afirmou que a insegurança dos cidadãos aumentou significativamente em 1996, apesar dos avanços no respeito às liberdades individuais.

O procurador de Direitos Humanos, Jorge Garcia Laguardia, acredita que ainda há um longo caminho a percorrer, já que "a insegurança em que vive a população é alarmante".

Mas, na sua opinião, o primeiro ano de governo de Arzú foi positivo. "O presidente sabe mandar, toma decisões e resolve problemas e essa atitude é muito necessária num processo de transição", disse. A debilidade da Presidência no passado te-



O presidente Arzú (esquerda) deu continuidade ao processo de paz iniciado pelos seus antecessores, que teve como interlocutores os grupos guerrilheiros unificados na URNG, um deles dirigido pelo comandante Pablo Monsanto (direita)



ria permitido que decisões importantes fossem tomadas por grupos de pressão ou pessoas alheias à administração pública.

Mario Polanco, da organização humanitária Grupo de Apoio Mútuo, que reúne familiares de desaparecidos, acredita que houve importantes mudanças no respeito aos direitos humanos, mas faltou vontade política para combater a

impunidade. Consultado sobre suas previsões para 1997, o influente arcebispo metropolitano Próspero Penados afirmou que a insegurança, os seqüestros e o narcotráfico serão alguns dos desafios na nova fase que se inicia na Guatemala.

O comandante Pablo Monsanto acha que a etapa empreendida em dezembro exigirá ainda mais atenção e cuidados do que todas as ne-

As veias abertas da Guatemala

AMÉRICA LATINA
Entre a guerra e a paz
Guatemala

A aprovação, a portas fechadas no Congresso, em dezembro passado, da Lei de Reconciliação Nacional foi recebida pelos setores sociais e humanitários da Guatemala com decepção. Eles a qualificaram de "disfarçada anistia geral" porque determina a extinção total da responsabilidade penal tanto dos guerrilheiros quanto dos militares pelos delitos cometidos durante o enfrentamento armado interno, que durou mais de três décadas.

Foram isentos de responsabilidade os autores, cúmplices e acobertadores dos delitos contra a segurança do Estado, contra a ordem institucional e contra a administração pública.

Também se aprovou a inimputabilidade penal dos funcionários, militares ou insurgentes que tiverem cometido delitos políticos, no marco do enfrentamento armado.

No entanto, a lei esclarece que "a extinção de responsabilidade penal não será aplicável aos delitos de genocídio, tortura e desaparecimento forçado, assim como aqueles delitos que resultarem imprescritíveis".

A Comissão para o Esclarecimento Histórico das Violações aos Direitos Humanos (Comisión de la Verdad) cabe definir os meios destinados a possibilitar o conhecimento e reconhecimento da verdade histórica durante o enfrentamento, com o objetivo de evitar que fatos como esses possam se repetir. A lei foi aprovada com os votos de 65 parlamentares do Partido de Avanzada Nacional (PAN), da Frente Republicana Guatemalteca (FRG), da Democracia Cristã e outros grupos minoritários. Só a Frente Democrática Nova Guatemala (FDNG, de esquerda) e a União de Centro Nacional, cujo líder, o jornalista Jorge Carpio, foi assassina-

do em 1993 supostamente por militares, negaram-se a votar a lei por considerar que ela leva à impunidade. Porém, esses grupos só contam com oito votos no Parlamento. A Frente Democrática Nova Guatemala é uma coligação fundada em 1995, constituída principalmente de indígenas. O grupo obteve 8% dos votos na última eleição.

Durante a discussão da lei, integrantes da Aliança contra a Impunidade (ACI) e outros grupos humanitários realizaram uma manifestação nas portas do Congresso já que foram proibidos de ingressar nas galerias. A militante dos direitos humanos e deputada da FDNG, Nineth Montenegro, afirmou que a lei "não vai permitir recompor o tecido social nem sarar as feridas das vítimas e viúvas do conflito armado interno". Para ela, os crimes de um e outro lado não podem ser comparados.

O Colégio de Advogados criticou a forma como a lei foi redigida, porque a confusão de termos em relação aos delitos políticos e comuns "conduzirá a valorizações subjetivas que dificultarão a reconciliação". Os setores populares pretendiam uma anistia política só para a guerrilha, considerando que o Exército atuou durante o conflito como parte do Estado.

Organizações de direitos humanos e diversos setores sociais do país centro-americano acham que se trata de "uma anistia disfarçada" e reivindicam que sejam os familiares das vítimas a decidir se desejam ou não perdoar as atrocidades cometidas durante a guerra. A lei, no entanto, permitiu superar o último obstáculo para

a assinatura da paz, no dia 29 de dezembro, que pôs fim a 36 anos de

gociações anteriores. Monsanto, que fez parte da delegação da URNG que negociou a paz, advertiu a comunidade internacional de que seria um erro considerar que com a assinatura dos acordos está tudo concluído.

"Verificou-se o silêncio das armas, mas a construção da paz não é automática. Ela inclui a reinserção política dos guerrilheiros como parte de um processo que deverá estar sustentado na plena vigência dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, no desenvolvimento econômico e social e na equidade para todos os cidadãos", lembrou o dirigente da URNG.

Monsanto é o comandante-em-chefe das Forças Armadas Revolucionárias (FAR), organização que iniciou a guerrilha em 3 de novembro de 1960, quando dois tenentes do Exército, Turcios Lima e Yon Sosa, pegaram em armas à frente de um grupo de soldados. As FAR integram a URNG junto com o Exército Revolucionário dos Pobres (ERP), a Orpa e o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), de ideologia comunista. ♦



enfrentamento armado interno.

¹Arzú qualificou de "modestos, porém significativos", os progressos em matéria econômica durante seu primeiro ano de governo, destacando uma inflação de 10,8%, um aumento de 21% da receita fiscal e um crescimento do PIB de 3,1%.

A depuração do Exército e do Poder Judiciário, o saneamento das finanças públicas e o combate à delinquência foram outros feitos do governo destacados por Arzú. Eles teriam contribuído para melhorar a imagem do país.

²Os maias constituem mais de 60% dos 10,5 milhões de guatemaltecos, uma comunidade historicamente excluída do poder político e do bem-estar econômico. Certos passos para restaurar o equilíbrio foram dados com a assinatura dos acordos, que incorporaram o uso dos 21 dialetos maias nos processos judiciais.

AFP



A Cruz Vermelha dá atenção aos reféns do MRTA na residência do embaixador japonês em Lima, enquanto não surge uma saída

Sem senso de realidade

Invasão da residência do embaixador japonês em Lima pelo MRTA demonstra falhas graves no esquema de segurança do governo peruano e indica que o presidente Alberto Fujimori está longe de controlar a situação

Marcelo Monteiro

Os presidentes de alguns países latino-americanos vêm usando "bandeiras" para garantir a aprovação popular às suas gestões. Na Argentina, apesar dos efeitos sociais devastadores da política econômica, o fim da inflação falou mais alto e o presidente Carlos Menem conseguiu a reeleição. No Brasil, Fernando Henrique Cardoso também usou a estabilidade econômica e a queda da inflação para se eleger em 1994 e tudo indica que repe-

tirá os argumentos em 1998, após a aprovação da emenda constitucional que autoriza a reeleição dos ocupantes de cargos executivos.

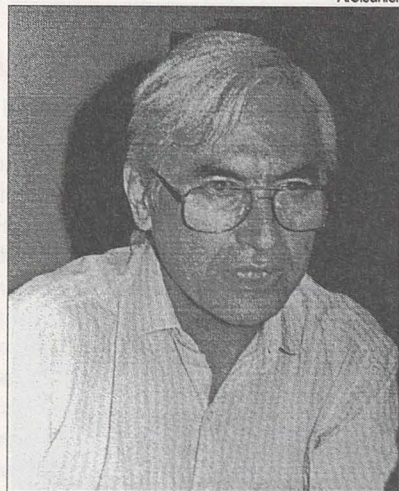
No Peru, ao lado da redução dos índices inflacionários, o presidente Alberto Fujimori usou uma bandeira muito significativa para obter apoio popular ao autogolpe de abril de 1992 e a sua reeleição no mesmo mês de 1995: o combate implacável e a quase desarticulação de grupos armados, como o Sendero Luminoso.

A prisão de Victor Polay, dirigente do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA), e especialmente de Abimael Guzmán, líder

quase mítico do Sendero, foram usadas pelo governo como exemplo da vitória contra o terrorismo.

Entretanto, esse aparente sucesso foi abalado com a invasão da residência do embaixador japonês em Lima, em 17 de dezembro passado. A espetacular ação de um comando do MRTA demonstrou que o esquema de segurança do governo tinha falhas graves, ao ponto de ter permitido que cerca de 600 pessoas ficassem sob o poder dos guerrilheiros do MRTA, incluindo a mãe e um irmão do presidente da República, ministros e o próprio chefe da agência de combate ao terrorismo.

A.C. Júnior



Béjar diz que o regime "inescrupuloso" de Fujimori poderá se valer de atentados para se manter no poder

A ação do MRTA serviu também para ressuscitar um movimento que era considerado extinto com a prisão de grande parte de seus ativistas. Uma das reivindicações iniciais dos invasores da residência oficial japonesa era a libertação dos 458 membros do MRTA detidos, muitos em condições subumanas.

Depois de dois meses de ocupação da residência, o interesse da imprensa mundial pelo caso diminuiu. Uma charge distribuída por uma agência dos EUA demonstra esse fato. O desenho retrata um grupo de jornalistas diante da residência envolvidos em teias de aranhas, diante do impasse no caso. O noticiário em espanhol da CNN, que entrava ao vivo da porta da residência em janeiro, colocou o caso como uma notícia a mais dentro de sua cobertura em meados de fevereiro.

O prolongamento da crise também reduziu os efeitos do caso sobre o governo Fujimori. O presidente pôde até deixar o país, viajando aos Estados Unidos, obtendo o apoio do presidente Bill Clinton à posição de não ceder às exigências dos membros do MRTA, e mesmo à

Europa para tentar provar aos investidores que o país se mantém como uma boa opção.

Se numa avaliação inicial a ousada ação do MRTA seria uma catástrofe para os planos de Fujimori, os efeitos acabaram sendo outros na opinião do jornalista peruano Héctor Béjar, diretor da ONG Centro de Estudos para o Desenvolvimento e a Participação. Para o analista – um chefe guerrilheiro nos anos 60, que cumpriu longa pena até ser anistiado pelo general Velasco Alvarado – a posição do governo de não ceder às exigências do MRTA fortaleceu “momentaneamente” o presidente peruano. Pesquisas realizadas em janeiro mostravam um empate entre a aprovação e desaprovação a Fujimori (45% para cada). Antes, a popularidade do presidente era inferior a 40%.

Béjar considera que o fortalecimento é momentâneo porque o mal-estar gerado pela situação econômica é muito grande e um amplo setor da opinião pública que antes apoiava o presidente agora está mudando de posição. “Assim, é provável que esse processo (de desgaste) continue depois que terminem os acontecimentos na embaixada”.

O Movimento Revolucionário Tupac Amaru e o Sendero Luminoso manterão sua atuação no Peru “já não mais como uma opção de poder mas sim como um elemento de violência que coexistirá com a vida política legal do país durante um período indefinido”, diz Béjar.

Segundo o analista, as organizações armadas sobrevivem devido à falta de uma ação política efetiva que permita a melhoria das condi-

ções de vida da população mais necessitada. “Mas como a maioria das pessoas continua optando pela paz e pela ordem, não creio que esses grupos possam sair de uma situação, de certa forma, marginal na política peruana”, afirma.

Apesar da detenção de seu líder máximo – Abimael Guzmán, o Sendero Luminoso vem reconstituindo sua estrutura e está muito ativo em bairros pobres, sindicatos e na floresta, lembra Béjar. Já o MRTA, considerado bem menos violento do que o Sendero, tem menor número de militantes mas costuma realizar ações que chamam mais atenção. O caso da invasão da residência do embaixador japonês em Lima seria um exemplo, segundo Héctor Béjar.

A posição pacifista da maioria dos peruanos ficou evidenciada, para o jornalista, no episódio da ação do MRTA: pesquisas demonstraram o apoio a uma saída negociada, mas, ao mesmo tempo, que não aceitasse a libertação de pessoas presas por participação em atentados ou seqüestros.

Já o governo Fujimori, na opinião de Héctor Béjar, desejava uma solução militar para o caso, com a provável invasão da residência. Mas a pressão do governo japonês e da própria opinião pública peruana teriam dificultado essa linha de ação.

Além do reaparecimento de uma questão que parecia extinta – a ação de grupos armados – e dos problemas econômicos enfrentados pelo país, o Peru enfrenta um dilema político: Alberto Fujimori poderá ou não se candidatar pela terceira vez ao cargo de presidente da República nas eleições do ano 2000?

AFP



Orgulhoso da suposta vitória sobre o terrorismo, Fujimori foi surpreendido pelo ataque do MRTA

O Tribunal Constitucional do país considerou "inaplicável" a Fujimori a lei que permite a reeleição, considerando que o presidente já foi beneficiado pelo direito à nova candidatura no pleito de 1995. No entendimento de parlamentares governistas, no entanto, o atual mandato seria o primeiro sob as novas regras e, portanto, Fujimori teria direito a uma segunda candidatura.

Béjar lembra que a decisão final caberá ao Juizado Nacional de Eleições. "O governo procurará encontrar formas de trocar os integrantes durante os próximos meses e subjulgá-lo, como fez com o Congresso e o Judiciário".

Apesar de tudo, o jornalista não acredita que a desejo de Fujimori de concorrer a um novo mandato se torne realidade, devido aos complicadores legais e à falta de base política. Béjar vê como obstáculos o descontentamento popular, o descontrole financeiro do Estado e as divergências dentro do governo. O analista acredita que possam surgir grupos de oposição que questionem a linha de ação do governo.

"Mas como se trata de um regime inescrupuloso, podemos esperar atentados contra os opositores, chantagens. Posso equivocarme, mas um regime imoral e capaz de tudo como o de Fujimori não terminará bem. Tem muito inimigos e perdeu a noção da realidade", diagnostica Héctor Béjar.

AMÉRICA LATINA
Entre a guerra e a paz
PERU

CHILE

Resgate cinematográfico

A invasão da residência do embaixador japonês em Lima pelo Movimento Revolucionário Tupac Amaru não foi a única operação no final de 1996 de um grupo guerrilheiro sul-americano considerado quase desarticulado. No Chile, em 30 de dezembro, uma ação cinematográfica resgatou quatro membros da Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR) da prisão anexa à Penitenciária Santiago, de segurança máxima.

Um helicóptero invadiu o espaço aéreo da penitenciária e resgatou numa cesta Ricardo Salamanca, Mauricio Hernández, Pablo Hoffman e Patricio Montenegro. Salamanca e Hernández tinham sido condenados à prisão perpétua pelo assassinato do senador conservador Jaime Guzmán. Os quatro integram a cúpula da FPMR, grupo armado considerado quase extinto por autoridades chilenas.

Além de demonstrar a fragilidade da polícia, o resgate deu margem para que a oposição conservadora ampliasse as suas críticas à gestão do presiden-

te Eduardo Frei. Os partidos opositores questionam a capacidade do governo de combater o terrorismo. O ex-ditador Augusto Pinochet, comandante do Exército, criticou indiretamente o governo, ao afirmar que os militares não entrariam na investigação do resgate dos membros da FPMR porque não lhes foi solicitado auxílio pelo Executivo.

A ação da Frente Patriótica Manuel Rodríguez despertou o governo para um problema adormecido: a existência de grupos armados no Chile pós-ditadura Pinochet. E levou o governo Eduardo Frei a se voltar para a busca de "um consenso nacional em torno de uma política nacional contra o terrorismo". A meta a curto prazo é evitar o uso político da crise gerada com a fuga dos condenados.

A FPMR foi formada por um grupo de orientação comunista de oposição ao regime Pinochet e realizou várias ações armadas durante a ditadura. A mais ousada foi o atentado fracassado contra o próprio Pinochet em 7 de setembro de 1986. (MM) ♦

A rebelião dos esquecidos

Camponeses que se lançam à luta armada em busca de terra e grupos armados que ressurgem demonstram que o sistema político mexicano está ultrapassado

AFP



A ofensiva zapatista em Chiapas mostrou que o México está longe de ter resolvido os seus problemas sociais

O primeiro dia de 1994 estava destinado a entrar na história do México. Em princípio, era a data em que o país alcançaria um patamar superior de desenvolvimento, se colocando lado a lado dos Estados Unidos e do Canadá, dois dos países mais ricos do mundo, ao formalizar o ingresso no tratado de livre comércio entre as três nações da América do Norte (Nafta).

Entretanto, esse 1º de janeiro ficou registrado na história mexicana como a data em que foi deflagrada a luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), uma revolta onde a maioria dos protagonistas é formada por camponeses e índios que lutam pela posse da terra, e que deixou evidente o muito que ainda falta para o México ser uma nação desenvolvida.

Mais de três anos após o início do levante, os membros do exército zapatista mantêm-se abrigados na região de Chiapas, uma das mais miseráveis do país, mas as suas reivindicações e formas de luta são conhecidas no mundo inteiro, pelo uso eficaz que o movimento faz dos espaços que obtém na mídia e a utilização das tecnologias mais modernas, entre elas a Internet, para divulgar os seus objetivos.

O conflito com o governo vive atualmente uma fase de trégua armada e de expectativa de acordo entre as partes. Exemplo da relativa tolerância do governo em relação ao EZLN, após a violenta reação inicial, foi o I Encontro Continental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado nas montanhas de Chiapas dominadas pelo EZLN entre 27 de julho e 3 de agosto de 1996. A pre-

sença de 3 mil representantes de 43 países foi admitida pelo Exército mexicano.

O processo de negociação da paz, com a possível transformação do EZLN em partido político, seguindo o exemplo de grupos rebeldes de outros países, vem sendo coordenado pela Comissão de Concórdia e Pacificação, composta, entre outros, por representantes dos três principais partidos do país: PRI (Revolucionário Institucional, situação), PRD (Revolução Democrática, centro-esquerda) e PAN (Ação Nacional, direita).

Assim como os demais movimentos guerrilheiros latino-americanos, o EZLN questiona a política neoliberal, do qual o México foi um dos expoentes até a crise econômica de dezembro de 1994, e o tratamento discriminatório aos indígenas mexicanos.

Além dos zapatistas, opera no México o Exército Popular Revolucionário (EPR), grupo armado que iniciou suas atividades no estado de Guerrero em junho de 1996 e já realizou ataques em outros estados. Criado após um massacre de camponeses locais por soldados, o EPR defende uma ação incisiva contra o governo, criticando indiretamente os métodos do EZLN.

Um dos líderes do EPR chegou a afirmar que a revolução não se faz com "poesia", numa alusão clara ao subcomandante Marcos, líder dos zapatistas que costuma apre-

sentar suas teses em textos bem elaborados.

O Exército Popular Revolucionário manifestou solidariedade aos membros do Movimento Revolucionário Tupac-Amaru (MRTA), que invadiram a residência do embaixador japonês em Lima. O Comandante Hermenegildo, um dos líderes do EPR, afirmou que não está descartada a hipótese do grupo realizar em território mexicano uma ação semelhante à do MRTA.

Diante da ação de dois movimentos armados antigoverno, o Exército mexicano ampliou seus quadros e vem procurando uma maior integração militar com os Estados Unidos. Em outubro de 1995, antes do início da ação do EPR, o secretário norte-americano de Defesa, William Perry, esteve no México, na primeira visita oficial do titular da pasta de defesa dos Estados Unidos ao país vizinho desde 1948, quando o cargo foi criado.

Na ocasião, Perry afirmou que a segurança nacional era "o terceiro plano" em que Estados Unidos e México atuariam para solidificar suas relações, depois da obtenção de "fortes bases nas esferas política e econômica".

No plano de Perry estariam a modernização do equipamento militar mexicano, auxílio no combate ao tráfico de drogas, melhoria da vigilância do espaço aéreo e naval, capacitação de pessoal e ajuda à população civil.

Após a visita, foi citada pela primeira vez a possibilidade de ações militares conjuntas entre soldados dos dois países.

(Marcelo Monteiro)

AFP



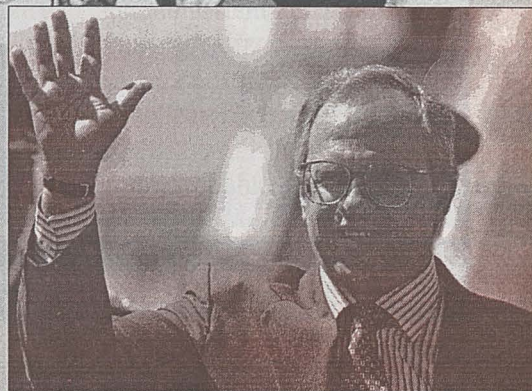
O povo na rua pede a renúncia do presidente Samper (dir.)

Governo acuado

Narcotráfico, guerrilha e uma onda de rechaço à sua política econômica tornam a ameaçar a continuidade do governo Samper

Gabriela Rodriguez

A Colômbia talvez seja o caso mais representativo dos problemas que enfrenta a América Latina nos anos 90: por um lado está o narcotráfico que, mesmo atingido pela política de combate implementada pelo governo do presidente Ernesto Samper, ainda desafia a institucionalidade democrática, constituindo um fator permanente de desestabilização. De outro, estão os segmentos organizados da sociedade, em particular os sindicatos e amplos setores do empresariado, inconformados com o programa de ajuste econômico lançado pelo governo. Todos concordam que o recente pacote fiscal provo-



cará sérios efeitos recessivos na economia e se mobilizam para combatê-lo.

Finalmente, está a guerrilha, uma das mais antigas do continente. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que dizem ter atualmente 15 mil homens armados e operar em 60 frentes, existe há 32 anos. O seu dirigente máximo já se tornou uma lenda na Colômbia. Manoel Marulanda, conhecido como "Tijó Fijo" (tiro certo), devido à sua excelente pontaria, está hoje com 66 anos, mais da metade passados na clandestinidade. O Exército de Libertação Nacional (ELN) também opera há décadas.

O acuado governo da Colômbia já afirmou que aceitaria um diálogo

AMÉRICA LATINA
Entre a guerra e a paz
Colômbia

de paz com a guerrilha, inclusive com mediação internacional, mas exige de antemão um gesto de boa vontade dos rebeldes: a libertação de 69 soldados que estão em seu poder.¹ Membros do governo até lamentaram que os jovens *retidos* desde meados de 1996 pelas Farc, “por serem mais anônimos” que os seqüestrados da residência do embaixador do Japão em Lima, não tenham atraído a solidariedade internacional. Por outro lado, a libertação dos soldados foi prejudicada

pela negativa do governo em retirar as tropas do exército da localidade de Remolinos del Caguan, como exigem as Farc.²

A curto prazo, o desgaste maior do governo está sendo causado pela decisão dos sindicatos de paralisar o país em protesto pela privatização de



Os enfrentamentos entre a guerrilha e o exército se intensificaram em 1996, deixando dezenas de mortos

empresas estatais e por aumento salarial de 21,5%. “Nosso objetivo não é destituir o presidente Samper e sim acabar com a sua política neoliberal”, declarou Luis Garzán, presidente da Central Única de Trabalhadores (CUT). Declarada ilegal pelo presidente Samper, a greve – a maior nos últimos 20 anos – começou em 11 de fevereiro, com o apoio das três centrais sindicais colombianas.

Os 800 mil funcionários públicos que deflagraram a paralisação – entre eles professores, médicos, empregados do setor de petróleo, telecomunicações, energia elétrica – contam com a simpatia de 72% da população, que consideram a medida “justa”. O governo decretou um aumento salarial de 13,5%, sete pontos abaixo da inflação (21,63%), como parte do plano de ajuste que busca reduzir o déficit fiscal de US\$ 4 bilhões.

Cabeça de paramilitares também tem preço

Com o anúncio em dezembro de uma recompensa de US\$ 1 milhão pela cabeça do chefe paramilitar Carlos Castaño Gil, o governo da Colômbia deu uma guinada na sua política em relação aos grupos que lideraram a guerra suja contra a guerrilha. A recompensa, anunciada pelo ministro da Defesa, Juan Carlos Esguerra, coloca os chefes paramilitares no mesmo nível que os capos do narcotráfico e os comandantes guerrilheiros, por cujas capturas também se oferecem recompensas em dinheiro. Especula-se que um dos objetivos da medida é propiciar a devolução de soldados que estão em poder da guerrilha. O seqüestro dos soldados após um ataque das Farc à base militar Las Delicias, no departamento meridional de Putumayo, em 31 de agosto, converteu-se num divisor de águas da atual crise política.

A decisão de colocar preço à cabeça de Castaño Gil foi qualificada pelo grupo paramilitar Autodefesas Camponesas de Cordoba y Uraba (Accu) como “uma vitória dos grupos guerrilheiros que durante longo tempo perseguiram esse objetivo”. Carlos Castaño é, segundo o ministro Esguerra, o chefe supremo dos movimentos de autodefesa que vinham operando à margem da lei. Desde 1981, quando seu pai, um rico fazendeiro, foi seqüestrado pela IV Frente das Farc e assassinado apesar da família ter pago o resgate, Carlos Castaño Gil e o seu irmão Fidel – que o exército diz ter sido morto recentemente –, se erigiram em verdadeiros deuses vingadores. Às vezes também agiram como anjos protetores. Nos últimos anos, os Castaño Gil repartiram terras entre as viúvas dos camponeses que eles mesmos tinham mandado matar, acusando-os de colaborar com o Exército Popular de Libertação (EPL) e as Farc.

Em novembro e dezembro de 1996, de acordo com dados oficiais, as Accu teriam assassinado 90 pessoas que presumidamente colaboravam com a guerrilha nos departamentos sob o seu domínio. E a organização militar fundada pelos Castaño reivindicou o seqüestro de pelo menos seis familiares de membros do secretariado das Farc, em represália pela retenção dos soldados. (Maria Isabel García)

¹ A guerrilha colombiana também mantém seqüestrados há mais de seis meses dois engenheiros brasileiros da construtora Andrade Gutiérrez, Demétrio Mendonça Duarte e Eduardo Batista Resende. O Itamaraty não participa das negociações para libertá-los a pedido da construtora.

² No início de fevereiro, o presidente Samper lançou uma ofensiva – que incluiu ataques aéreos – contra a guerrilha das Farc, em San Juanito, a apenas 60 km de Bogotá. Pelo menos 30 pessoas, de ambos os lados, morreram e dezenas ficaram feridas no pior confronto entre exército e guerrilha nos últimos meses.

Catecismo neoliberal derruba Bucaram

Na pior crise política da história equatoriana, o Congresso empossa o seu presidente para mandato interino

Célia María Miranda

As turbulências políticas que levaram em fevereiro passado à destituição do presidente Abdalá Bucaram por “insanidade mental” surgiram em dezembro, quando o governo decretou aumentos de 300 a 600% nas tarifas públicas e anunciou a privatização de estatais, no melhor estilo da cartilha neoliberal.

O presidente deposto pelo Congresso havia prometido governar para os desfavorecidos. Porém, em menos de seis meses, impôs um rígido ajuste econômico elaborado com a assessoria de Domingo Cavallo, ex-ministro da Economia da Argentina, e perdeu a sua base social. Os equatorianos mais pobres ficaram revoltados sobretudo pelos reajustes de 500% nas tarifas de eletricidade dos bairros populares, contra 78% de aumento para as áreas de classe média.

No início de fevereiro foi lançada pelas centrais sindicais uma greve geral contra a política econômica, que contou com a adesão dos partidos de oposição e chegou a ser apoiada pelo próprio Abdalá

Abdalá Bucaram perdeu o cargo diante da revolta popular contra o seu plano econômico

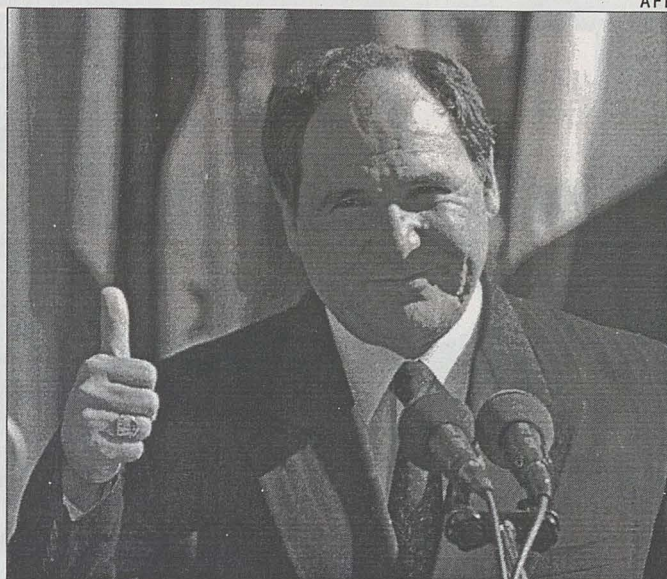
Bucaram, num dos gestos excêntricos, que lhe deram o apelido de “el Loco”. Nos choques dos grevistas com a polícia morreu um estudante, a primeira vítima do caos em que o país mergulhara. Depois de algumas bravatas, Bucaram acabou por acatar a decisão do Congresso que o declarou impedido de exercer a presidência. Em 7 de fevereiro abandonou o Palácio Carondelet, sede do governo, refugiando-se em Guayaquil, sua cidade natal.

Mas a crise continuou: a Constituição equatoriana tem um artigo que aponta o vice como substituto em caso de ausência temporária do presidente, mas é omissa sobre a sucessão quando o afastamento do titular é definitivo. Quando por 44 votos a 34 (com duas abstenções) o Poder Legislativo destituiu Bucaram, criou-se um vazio de poder que deu margem à insólita situação que prevaleceu por alguns dias, de três pessoas reivindicarem o direito de assumir a presidência: o próprio Bucaram, que não reconhecia no Congresso o poder de

destituí-lo; Rosalía Arteaga, a vice-presidente; e Fabián Alarcón, presidente do Parlamento.

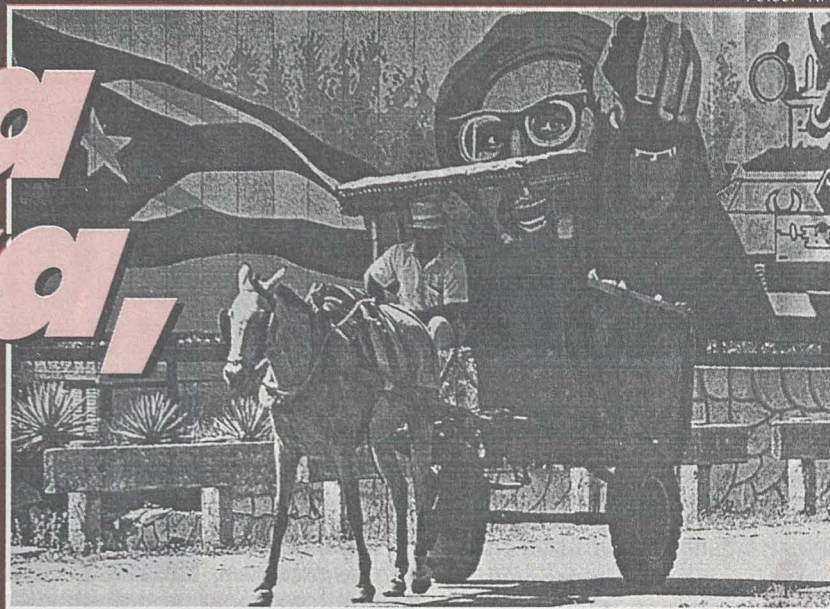
Os sindicatos apoiavam a permanência de Rosalía Arteaga no poder – ela assumiu temporariamente e renunciou para ceder o lugar a Alarcón – e ainda exigiam o julgamento político do ex-presidente. Mas a falta de apoio nas Forças Armadas para manter-se no Palácio Carondelet levaram a vice-presidente, que é advogada e jornalista, a abandonar as suas aspirações continuístas.

Finalmente, em 12 de fevereiro, o deputado Fabián Alarcón, um advogado de 50 anos, foi eleito pelo Congresso para ocupar interinamente a presidência. Na mesma sessão, foi empossado para um mandato que termina em agosto de 1998, com eleições em fevereiro. A saída foi negociada com os militares, que se transformaram na maior garantia da continuidade institucional. Alarcón, um ex-aliado de Abdalá Bucaram, prometeu um governo de conciliação. ♦



AFP

Vida nova, depois da crise



Após 38 anos de revolução e sete de implementação de mudanças que garantam a sobrevivência econômica da ilha, os cubanos confiam que este ano conseguirão atingir índices de crescimento semelhantes aos do passado

Flávio Roberto Jesus Lopes

Na noite de 31 de dezembro, os cubanos não comemoraram apenas a chegada de um novo ano, mas também o aniversário da Revolução de 1959: há 38 anos, guerrilheiros liderados por Fidel Castro, apoiados pelo povo, puseram fim à ditadura de Fulgencio Batista e surpreenderam o mundo ao dar início a um processo revolucionário de definição socialista. Até então, Cuba era uma espécie de "ilha de diversões", para onde iam os turistas norte-americanos em busca de sol e dos prazeres do jogo e da prostituição.

Depois de uma etapa de auge que durou até os anos 80, que converteu Cuba numa referência para as forças progressistas do mundo,

a situação econômica começou a agravar-se no início dos anos 90. A crise veio em consequência da desestruturação da União Soviética, aliada estratégica do governo de Fidel Castro. Os produtos da URSS e do Leste Europeu, incluindo alimentos, peças de vestuário e combustíveis, chegaram a abastecer 85% do mercado interno cubano. A partir da desagregação da URSS, isso acabou, inclusive os subsídios – sob a forma legal de contratos de compra do açúcar cubano a preços especiais –, que chegavam a US\$ 5 bilhões por ano.

O que não mudou desde então são as pressões dos Estados Unidos (ver coordenada). Ao contrário, a tradicional política norte-americana de hostilidade aberta em relação a Cuba se viu agravada com a aprovação pelo Congresso dos EUA em 1992 da Lei Torricelli, que

proíbe o comércio das filiais de empresas norte-americanas em outros países com Cuba. A lei, que leva o sobrenome do deputado que a propôs, o democrata Robert Torricelli, impede também que navios estrangeiros que tenham aportado em Cuba o façam nos Estados Unidos por um período de seis meses.

A luta dos EUA para alterar o regime cubano teve mais um capítulo no final de janeiro, quando foi divulgado um plano do governo Bill Clinton para uma Cuba pós-Fidel. No caso da saída do poder do atual presidente e de seu irmão, Raúl Castro, e se o país "avançasse para uma democracia pluralista", os EUA se comprometeriam a encerrar o embargo comercial, investindo US\$ 8 bilhões anuais no país. O plano exige também a redução do orçamento das Forças Armadas, adoção da

linha imposta pelo FMI e devolução das propriedades confiscadas após a Revolução de 1959.

A proposta foi veemente recusada por Fidel Castro. "É indigno imaginar que a liberdade e a dignidade possam ser comprados e é indigno que alguém pense que sereamos novamente escravos", afirmou.

Apesar do fim da Guerra Fria, do reatamento de relações diplomáticas com o antigo inimigo Vietnã e da manutenção de excelentes relações comerciais com a maior nação comunista do mundo, a China, os Estados Unidos insistem em manter inalterada a relação com o regime cubano. Atualmente, além dos EUA, apenas quatro nações do continente não mantêm relações diplomáticas com o governo cubano: Costa Rica, República Dominicana, Guatemala e Honduras. Porém, Cuba permanece excluída da Organização dos Estados Americanos.

Diante da crise, Fidel Castro flexibilizou a política econômica. A

posse de dólares deixou de ser proibida, aumentou o incentivo ao investimento estrangeiro e o trabalho autônomo passou a ser permitido. Os *paladares*, restaurantes populares autorizados a funcionar dentro das casas e que não podem ter mais de quatro mesas e 12 cadeiras, são cada vez mais comuns. Porém, uma refeição em um *paladar* chega a custar US\$ 10, enquanto o salário médio do país é de US\$ 12.

A indústria do turismo substituiu o açúcar como a principal atividade econômica, gerando uma receita anual de US\$ 1 bilhão. Outra novidade é o Imposto de Renda, pago por quem ganha em dólar. Aqueles que tenham uma renda de até US\$ 2.400, pagam 10% de imposto. A taxação cresce progressivamente até a faixa de US\$ 60 mil, com o respectivo desconto de 50%. Os assalariados, que recebem em pesos, estão isentos.

Outras modificações deverão ser adotadas. Serão criados impos-

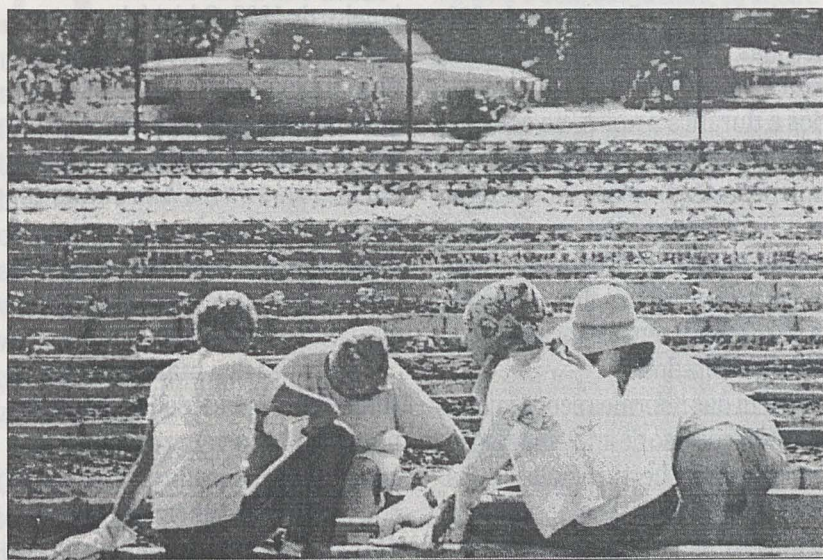
tos sobre o aluguel de residências, transporte de passageiros e carga, assim como sobre a renda obtida pelos que exercem atividades autônomas e cobram em pesos. O governo abrirá também casas de câmbio, onde se poderá trocar dólares por pesos a taxas de mercado, e permitirá que os cubanos recorram a empréstimos bancários.

Melhor desempenho

Os primeiros resultados das reformas já começaram a surgir. A economia cresceu cerca de 2% em 1995. Foi o melhor desempenho desde 1989, ano do início das transformações. Ainda sem dados oficiais sobre 1996, acredita-se que o crescimento fique em torno de 7%.

Por outro lado, tais mudanças resultaram também em problemas. O trabalho autônomo e a legalização do uso de dólares aprofundou as diferenças sociais. Os trabalhadores independentes, em sua maioria ligados ao setor do turismo, muitas vezes conseguem em um dia de trabalho o que os profissionais do Estado levam um mês para ganhar. Além disso, podendo cobrar em dólar por seus serviços, passam a ter acesso às lojas do governo, que só aceitam a moeda. Nelas, há toda variedade de produtos importados.

Os cubanos tentam vencer o racionamento recorrendo à ajuda dos estrangeiros. Abordam os turistas pedindo-lhes produtos de higiene, material escolar, alimentos ou mesmo dinheiro, em troca de pequenos serviços, como a lavagem de um automóvel. Alguns escrevem para os leitores de revistas editadas em es-



Devido à crônica escassez de alimentos, muitos terrenos baldios das cidades cubanas foram transformados em hortas

AMÉRICA LATINA

CUBA



Em 1995, um grande número de cubanos tentou deixar o país, buscando emigrar para os Estados Unidos. Centenas de cidadãos de Cuba foram detidos por militares norte-americanos

panhol ou português solicitando-lhes, ao invés de intercâmbio, sabonetes, cremes dentais ou desodorantes. Entre as mais procuradas estão as publicações filatélicas. Outras conseqüências foram o reaparecimento da prostituição e a disseminação da venda de produtos importados no mercado negro.

As duas maiores conquistas continuam sendo saúde e educação. Há um professor para cada 42 habitantes e 92% das crianças concluem o 1º grau. No Brasil, a taxa é de 33%. Em Cuba, o acesso à faculdade é uma realidade até mesmo para os filhos de camponeses.

A saúde é gratuita. A taxa de mortalidade infantil é de oito em cada mil crianças nascidas vivas, cifra inferior à de qualquer outro país latino-americano. Na ilha, há um médico para cada 193 habitantes e uma enfermeira para cada 143.

A qualidade dos profissionais de saúde de Cuba atrai milhares de estrangeiros todos os anos, que vão ao país tratar de problemas como

o vitiligo ou a retinose pigmentar. Parte do dinheiro arrecadado com os tratamentos, que chegam a custar menos da metade do preço cobrado em um hospital dos EUA, é investida nos serviços de atendimento à população.

Os cubanos contam também com o programa de médicos e enfermeiros de família criado na década de 60, que permite o atendimento 24 horas de grupos de 600 pessoas. De dia, os profissionais são encontrados em seus consultórios e durante a noite, no caso de uma emergência, em suas casas. A experiência tem obtido tanto sucesso que foi introduzida em diversos países, inclusive no Brasil, onde municípios como Niterói (Rio) e Pedreira (São Paulo) têm alcançado excelentes resultados.

Além das reformas econômicas, está em processo de implementação uma gradual abertura política. Os filmes *Morango e chocolate* e *Guan-tanamera*, filmadas na ilha com uma temática crítica à realidade do país,

são exemplos desse fato. Recentemente, a rede de televisão CNN recebeu permissão para instalar uma sucursal em Havana e ser a primeira empresa de comunicação norte-americana a ter presença fixa na ilha, o que ocorrerá se o governo dos EUA autorizar.

No final de 1996, o papa João Paulo II recebeu Fidel Castro no Vaticano e deverá retribuir a visita em janeiro de 1998. O histórico encontro serviu para reforçar a campanha mundial de oposição ao embargo econômico à ilha. A Igreja Católica, por sua vez, espera que a prática religiosa seja mais facilitada em Cuba, onde o número de batismos quintuplicou nos últimos anos. Em 1994, o Estado cubano deixou de ser ateu, tornando-se laico.

Cada vez fica mais claro que a simpatia e solidariedade internacionais que Cuba vem recebendo há quase quatro décadas resultam da sua longa resistência às pressões da única potência do Planeta no período pós-Guerra Fria.



Junto a membros das milícias estudantis da Universidade de Havana, Fidel Castro celebra a conquista do pico Turquino, ponto mais alto de Cuba, em 6 de janeiro de 1960

Uma história de tensas relações

As relações entre Cuba e Estados Unidos se deterioraram ano a ano desde 1959, dando início a uma rivalidade agravada por sucessivos atritos. O mais recente ocorreu em fevereiro de 1996. Dois aviões norte-americanos com quatro membros da organização Irmãos para o Resgate foram derrubados pela aviação cubana. As duas aeronaves e uma terceira, que fugiu, haviam decolado de Miami para lançar em Cuba panfletos contra o governo de Fidel.

O antagonismo em relação a Cuba tem também conotações eleitorais nos EUA. De olho nos votos dos exilados cubanos, o presidente Bill Clinton apoiou a Lei Helms-

Burton, aprovada no Congresso.

O objetivo da lei é ampliar o embargo a Cuba, que já dura 35 anos e que, desde a sanção da norma em março de 1996, só será amenizado ou extinto com autorização prévia do Congresso dos Estados Unidos.

A regra permite a empresas e cidadãos norte-americanos processar em tribunais dos EUA estrangeiros que estão usando, em associação com o governo cubano, propriedades confiscadas pós-59. Até o final de 1996, mais de 200 sociedades mistas, formadas com companhias de 50 países, atuavam em Cuba.

Na prática, a lei é uma tentativa de impor o embargo a todos os países e impedir que continuem investindo em Cuba. "O recado para to-

dos os nossos aliados é claro: juntem-se a nós para isolarmos Cuba", afirmou o porta-voz do Departamento de Estado, Nicholas Burns.

O governo norte-americano mantém uma lista de executivos de empresas estrangeiras que mantêm negócios em Cuba, que teriam visto de entrada nos EUA negado ou mesmo expulsos do país. Algumas empresas já foram comunicadas pelo Departamento de Estado de que estão na lista, que teria até companhias brasileiras. A Cimentos Mexicanos, quarta maior fabricante de cimento do mundo, já sinalizou que pretende interromper o contrato com o governo cubano.

O chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia manifestou "repúdio e

condenação por considerar a medida unilateral e com efeitos extraterritoriais". A União Européia, Canadá, México, Japão e a Organização dos Estados Americanos (OEA) também se opuseram à norma.

Em janeiro, Bill Clinton adiou por mais seis meses a adoção completa da lei. O dispositivo que prevê sanções a companhias estrangeiras que investem em Cuba permanecerá "congelado" se outras nações pressionarem o governo cubano para que implemente reformas.

A Lei Helms-Burton é apenas mais um capítulo na interferência dos Estados Unidos na vida de Cuba. Os primeiros desentendimentos com o governo de Fidel Castro surgiram quando este reviu as condições das concessões dadas por Batista às empresas estrangeiras. Com os primeiros confiscos de propriedades norte-americanas, as pressões políticas e econômicas ficaram mais fortes.

No início de 1960, Cuba aproximou-se da União Soviética, passando a trocar açúcar por petróleo e reestabelecendo relações diplomáticas. Em junho do mesmo ano, empresas petrolíferas norte-americanas, instaladas em Cuba, recusaram-se a refinar o petróleo da URSS e suspenderam as suas remessas, alegando falta de pagamento. O governo cubano confiscou então as propriedades dessas multinacionais. Em represália, os EUA cancelaram a importação do açúcar de Cuba, produto que era o sustentáculo de sua frágil economia.

Em um novo acordo comercial, a URSS assegurou a compra da produção de açúcar por uma quan-

tia fixa acima do mercado e garantiu o suprimento de petróleo a Cuba. Em janeiro de 1961, os EUA romperam relações diplomáticas com Cuba, mas fizeram questão de manter a sua presença na ilha. "O rompimento (...) não tem efeito sobre a base naval de Guantánamo. As relações do tratado sob o qual mantemos a base não podem ser abolidas sem a aprovação dos EUA", dizia nota oficial do governo.

*O embargo comercial
mantido pelos
Estados Unidos
em relação a Cuba
já provocou prejuízos
de US\$ 60 bilhões
à economia
da ilha caribenha*

Três meses depois, já na gestão John Kennedy, exilados cubanos treinados pela CIA invadiram a praia Girón, na Baía dos Porcos, com a missão de derrubar Fidel. Após 72 horas de combates, as Forças Armadas cubanas derrotaram os invasores. Nos meses seguintes, Castro declarou que o seu país tornara-se "a primeira República Democrática Socialista da América".

Em janeiro de 1962, o governo norte-americano conseguiu a exclusão cubana da OEA. Quase todos os países latino-americanos romperam relações com Cuba. Em deter-

minado momento, apenas o México mantinha embaixada em Havana. Logo em seguida, veio a decretação do embargo comercial.

O governo cubano diz que o embargo já causou mais de US\$ 60 bilhões de prejuízos à economia, obrigando a população a conviver com um permanente racionamento de alimentos, energia e bens de consumo.

A crise entre EUA e Cuba chegou ao momento mais crítico na segunda metade de 1962, com a instalação de mísseis soviéticos em território cubano e o bloqueio naval à ilha imposto por Kennedy. Houve o temor da declaração da 3ª Guerra Mundial. No final, houve um acordo: a URSS retirava os mísseis e os EUA comprometiam-se a fazer o mesmo com seus mísseis baseados na Turquia e a não invadir Cuba.

O país vive preparado para um eventual ataque militar dos Estados Unidos. Em 1995, mais de 300 quilômetros de túneis foram construídos como defesa contra ataques aéreos. O Exército mantém-se pronto para mobilizar milhões de civis em caso de invasão.

Segundo o jornal *Miami Herald*, em fevereiro de 1996 o que seria uma preocupação excessiva para muitos esteve bem próxima de se tornar real. O diário afirmou que o Pentágono chegou a cogitar um bombardeio de mísseis à base de onde haviam decolado os caças cubanos que derrubaram os aviões da Irmãos para o Resgate. De acordo com o jornal, o próprio Pentágono descartou a possibilidade, devido à provável reação cubana, que poderia causar baixas superiores às sofridas pelos EUA no Iraque. (FRJL) ◆

A língua é a nossa pátria



Prêmio Nobel da Paz 1996, José Ramos Horta, líder da Resistência de Timor Leste, defende a expansão da língua portuguesa em seu país como a única forma de preservação da identidade cultural

Beatriz Bissio

Há 22 anos, o povo da pequena ilha de Timor Leste é vítima de um genocídio. Mas só o Prêmio Nobel da Paz concedido em 1996 a Dom Ximenes Belo, bispo de Dili, a capital, e ao jornalista e diplomata José Ramos Horta, tirou essa tragédia do esquecimento. A sangrenta invasão da ilha pelas tropas indonésias em 1975, pouco depois de Portugal, a potência colonial, ter se retirado, foi então lembrada com riqueza de detalhes. Manchetes de jornais e telejornais de todo o mundo destacaram a causa timorense, por muitos considerada perdida.

A partir do Nobel, é difícil acreditar que os grandes centros de decisão internacional continuem fazendo vista grossa para o que vem

ocorrendo nesse longínquo território. Nos meios mais próximos à problemática timorense, confia-se em que o Nobel tenha servido para colocar de forma definitiva essa questão na agenda da comunidade mundial (ver em **cadernos do terceiro mundo** n° 197 a matéria "Timor: Reconhecimento tardio").

A convite da PUC de Campinas, José Ramos Horta esteve no Brasil no final do ano passado, pouco antes da cerimônia de entrega do Prêmio Nobel, em Oslo. Durante a sua breve passagem pelo Rio de Janeiro, concedeu entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, na qual mostrou-se confiante nas mudanças que o Prêmio Nobel imprimirá no destino de seu povo e falou dos planos da Resistência timorense para o futuro do país.

✧ *O Prêmio Nobel coloca quem o recebe e a causa que representa no centro do interesse internacional. De que forma ele influenciará o futuro da luta timorense?*

– Haverá um impacto profundo no povo da região, na medida em que o Comitê do Prêmio Nobel reconhece a nossa luta pela soberania. Mas o impacto será ainda maior na própria Indonésia, já que, aí, o Prêmio Nobel da Paz irá beneficiar o movimento pró-democracia.

✧ *Há condições para uma mudança profunda na Indonésia?*

– A sociedade indonésia – sobretudo o meio estudantil, acadêmico e os sindicatos – tem uma consciência muito clara dos problemas que a afetam. O fosso entre os que têm e os que não têm nada, a per-

seguição feroz às populações indígenas, a destruição de muitas propriedades em Bali para dar lugar a campos de golfe, assim como a destruição do meio ambiente da Nova Guiné Ocidental pelas corporações mineiras norte-americanas (Freeport e Coppermine), são problemas que não podem ser resolvidos superficialmente. A sociedade indonésia sabe que são problemas estruturais a serem resolvidos com seriedade. Por isso a oposição indonésia não aceitará somente mudanças aparentes.

✧ *Que papel terá o partido de Megawati Sukarnoputri, a filha do presidente Sukarno, na construção da Indonésia democrática?*

– Megawati Sukarnoputri lidera o movimento pró-democracia na Indonésia, que ainda é muito débil. As várias forças de oposição não conseguiram formular um programa comum, e ainda há falta de penetração de Megawati e o seu movimento nas províncias mais distantes. Mas acredito que, apesar de toda a repressão do regime, nos próximos dois ou três anos o movimento pró-democracia irá consolidar-se. Megawati ainda não produziu nenhum trabalho que sirva para avaliarmos as suas verdadeiras capacidades e intenções. Mas as forças que a apóiam – onde há líderes sindicais e expressivos dirigentes muçulmanos – são muito progressistas.

✧ *Acredita que o Prêmio Nobel pode ajudar na libertação do líder da Resistência timorense, Xanana Gusmão?*

– Vai ajudar não só na sua libertação como de todo o povo de Timor Leste. O Nobel é um tributo, sobretudo para Xanana, que continua detido na Indonésia em condições extremamente precárias. As pressões psicológicas persistem, mas desistiram dos maus-tratos, porque Xanana tornou-se uma figura internacional como Nelson Mandela, e um líder extremamente popular na Indonésia.

✧ *Circula uma versão de que a invasão de Timor Leste pela Indonésia teria levado Saddam Hussein a invadir o Kuwait...*

– A invasão do Kuwait pelo Iraque trouxe Timor Leste ao debate internacional porque havia similaridades entre as duas situações. A primeira declaração de Saddam Hussein sobre a invasão foi a um jornalista inglês, em Bagdá: “A imprensa internacional nunca se preocupou com Timor Leste quando a Indonésia o invadiu. Por que agora está fazendo esse escândalo com o Kuwait?”, perguntou ele. A negligên-

cia da comunidade mundial e a cumplicidade da imprensa internacional em relação a Timor Leste levaram à invasão do Kuwait pelo Iraque. O direito internacional caiu em descrédito.

✧ *Algumas mudanças das potências mundiais em relação a Timor Leste são visíveis. Uma delas é a atitude dos Estados Unidos. Por que o governo norte-americano está revendo as suas posições?*

– Por duas razões. A primeira é que há nos Estados Unidos uma forte corrente de opinião pública, na imprensa, nas ONGs, nos sindicatos e no Congresso, em apoio ao direito timorense à autodeterminação. No Congresso norte-americano já se fala em referendun em Timor Leste. Além disso, os próprios interesses estratégicos norte-americanos na região só serão contemplados se a Indonésia transitar para a democracia. O movimento pró-democracia na Indonésia cresce rapidamente e se os Estados Unidos não o apoiarem e ficarem

Uma surpresa

José Ramos Horta, jornalista de profissão, sempre encarou a sua intensa atividade internacional em favor de Timor Leste como uma responsabilidade a ser assumida com naturalidade. Nunca se dedicou a essa causa em busca do reconhecimento do seu povo. O Prêmio Nobel o apanhou completamente de surpresa.

“Sempre achei que Dom Ximenes Belo, bispo de Timor Leste, ganharia o Prêmio Nobel algum dia. Não tinha, no entanto, qualquer esperança de que fosse em 1996. Havia muitas outras questões, em particular a Bósnia, que achava que iriam prevalecer. Imaginei que o Nobel da Paz 1996 seria de Richard Holbruck, o negociador na Bósnia. Em relação a mim, nunca pensei realmente que fosse escolhido.”

agarrados ao regime do general Suharto pode haver uma transição violenta, com instabilidade em toda a região. Isso não é de interesse do Ocidente.

✧ *No Brasil houve quem interpretasse as motivações para a entrega do Prêmio Nobel a dois representantes da luta do povo de Timor Leste como fruto do medo que os Estados Unidos teriam da Indonésia - em pleno processo de industrialização - se transformar num adversário no terreno econômico. O que acha disso?*

- É uma interpretação de quem desconhece o processo de escolha do Comitê Nobel da Paz. Trata-se de um organismo independente. Além disso, os membros não gostam da pressão norte-americana.

A verdade, como já mencionei, é que Washington hoje tem interesses na região, e em particular na Indonésia, que coincidem com os pontos de vista do movimento sindical indonésio. Os Estados Unidos exigem que haja na Indonésia reformas estruturais, com respeito à liberdade sindical, melhoras salariais etc. Isso não tem a ver com o amor dos norte-americanos pelos trabalhadores indonésios. Tem a ver sim com o fato de que, na Ásia, e não somente na Indonésia, o trabalho escravo permite colocar no mercado ocidental produtos baratos que afetam os interesses norte-americanos.

✧ *Passando à questão interna, mais precisamente ao resgate da identidade cultural depois de duas*

gerações de timorenses formadas em língua indonésia, como a Resistência vê o futuro de Timor sob esse aspecto?

- Com muita preocupação. Nós acreditamos que a língua portuguesa deve ser reintroduzida e expandida com toda força e rapidez porque ela garante a própria sobrevivência de Timor Leste como entidade específica na região. Ela nos coloca mais perto de Portugal, do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa.

Por outro lado, tentaremos difundir o tétum - a principal língua timorense - como língua nacional. Seremos um país bilíngüe: teremos o português como língua oficial e o tétum como língua nacional.

✧ *Há professores suficientes de língua portuguesa em Timor?*

- Algum dia precisaremos da ajuda de milhares de professores de Portugal, do Brasil e dos países africanos que falam o português. Não só de professores, mas de técnicos nas mais variadas áreas do desenvolvimento, inclusive em administração pública, vital para o funcionamento de qualquer nação. Os graves problemas que enfrentam os países pobres, no meu ponto de vista, decorrem em boa medida da ausência de administração pública.

Se Timor Leste se tornar independente daqui a três ou quatro anos, haverá centenas de universitários timorenses formados, mais com pouca ou nenhuma experiência no uso do português. E essa opção não é só por amor à pátria lusa, mais por razões pragmáticas.

A expansão da língua portuguesa não só exigirá a presença de milhares de professores como de técnicos que, pela sua convivência com a população do nosso país, ajudarão a preservar a identidade do povo timorense.

✧ *Como o país viabilizará a sua economia, após a independência?*

- Nossa prioridade é desenvolver a agricultura para alimentar o povo; em segundo lugar, desenvolver a pequena indústria, para processar os produtos locais. E, além disso, temos a riqueza estratégica que é o petróleo, gás natural, mármore, café e turismo.

O projeto político da Resistência inclui, ainda, a atração de capitais da região e do mundo, para transformar Timor Leste numa espécie de Cingapura ou Hong Kong. Sabemos que pagaremos um preço por isso, mas, também, será importante para transformar Timor Leste num pólo de desenvolvimento.

✧ *Com relação ao petróleo do Mar de Timor; que foi determinante para que a Austrália se aliasse à Indonésia, neutralizando-a em relação à luta pela autodeterminação de Timor Leste, quais são as possibilidades de exploração? As jazidas já estão avaliadas?*

- Muitas empresas transnacionais já começaram a explorar petróleo no Mar de Timor. Passaram da fase de prospecção para a de exploração comercial, que começará já nesse ano. Segundo estimativas de geólogos australianos, em algumas zonas hoje exploradas

pela Austrália e Indonésia, há reservas entre três a sete bilhões de barris de petróleo.

◇ *Qual é a posição da Resistência em relação a esse petróleo?*

– No Conselho Nacional da Resistência Maubere já discutimos que privilegiaremos em primeiro lugar a cooperação da Petrogal, empresa portuguesa de petróleo. E se tivermos que escolher entre empresas estrangeiras a prioridade absoluta será para as portuguesas e a Petrobras brasileira. Uma empresa petrolífera não é uma organização filantrópica. Mas há parceiros econômicos em que podemos ter maior confiança e que nos permitem um trabalho mais fácil que outros.

Também tomamos a decisão de

privilegiar a formação de técnicos de petróleo – em exploração, prospecção e economia petrolífera – já que não temos um único timorense sequer com conhecimentos nessa área. Agora estamos tentando a cooperação com a Pontifícia Universidade de Campinas para trazer timorenses para se formarem aqui, no Brasil.

◇ *É de se prever que em alguns anos, talvez poucos, haverá uma consulta popular sobre o futuro de Timor. Acredita que o povo timorense preferirá manter algum vínculo com Portugal ou a autonomia completa?*

– É difícil dizer com certeza. Eu, pessoalmente, como todos na Resistência, defendo a tese da inde-

pendência, mantendo relações estreitas com Portugal e os demais países de língua portuguesa. Mas, num plebiscito, organizado pela ONU, haverá três opções: independência, livre associação com a potência administrante, ou seja, Portugal, ou integração num outro Estado independente, que neste caso seria a Indonésia. Essa última opção está de antemão derrotada: quase 100% do povo ficaria contra. Restam duas opções apenas. Não me surpreenderia que a maioria votasse por livre associação com Portugal, negociando depois um tratado de autonomia, semelhante ao da ilha da Madeira ou de Açores, com Portugal, ou ao de Porto Rico com os Estados Unidos.

◇ *Há gratidão pela atitude de Portugal durante todos esses anos...*

– Sim, há essa gratidão. Mas há algo muito mais profundo: em Timor, os chefes mais importantes são os tradicionais. E tanto eles quanto os seus descendentes continuam vinculados à monarquia portuguesa, que tem em Timor muito mais força que a República: as suas bandeiras continuam guardadas nas casas sagradas dos timorenses. É um fato concreto.

Se os chefes tradicionais decidirem que devemos manter algum tipo de vínculo com esse país, tal opção facilmente pode triunfar.

◇ *Na eventual realização do plebiscito, haveria em Timor a possibilidade de se evitar que o governo de Suharto tentasse incluir a população indonésia na votação, como acontece agora com o Mar-*

Lembranças

A vida de jornalista tem encantos especiais. Um deles é a possibilidade de conhecer e até chegar a fazer amizade com pessoas maravilhosas, com as quais, em outras profissões, a máxima intimidade que teríamos seria ler ou ouvir a respeito delas. Trabalhando em um meio como **cadernos do terceiro mundo**, esse privilégio se multiplica, pois há dirigentes de causas desprezadas pela grande imprensa que passamos a tratar não só profissionalmente, mas aos quais nos unem muitos ideais. Foi o que aconteceu com José Ramos Horta e com outros dirigentes da Resistência de Timor Leste, como Roque Rodrigues e Mari Alkatiri.

Os conhecemos há mais de vinte anos. Eles, na denúncia do genocídio que sofria o seu povo; nós, na luta para abrir espaços para divulgar essa e outras lutas. Estivemos com Ramos Horta em Lisboa, Maputo, Luanda, no Rio. Quando o reencontramos agora, já consagrado como um dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz 1996, constatamos que nada havia mudado nele: a mesma modéstia, a coerência de sempre, só que agora a mídia lhe abre generosos espaços.

(Beatriz Bissio)

rocos, no caso do Saara Ocidental?

- Felizmente não temos o problema do Saara Ocidental. No nosso caso, o território é pequeno e o conflito é sentido muito mais intensamente pela própria população transmigrante indonésia.

No ano de 1995, estatísticas oficiais indonésias revelaram que das cinco mil famílias aprovadas para a transmigração para diferentes regiões do país, só uma aceitou ir para Timor Leste.

Qual a posição em relação a esses civis indonésios?

- Não temos qualquer ressentimento. Já dissemos que em Timor Leste independente os indonésios que lá estão, que são pobres, serão bem-vindos. Poderão partilhar conosco as riquezas do país.

Não há perigo de um revan-chismo?

- Seria totalmente inaceitável. Para nós é um fato sagrado que tem que haver anistia, uma reconciliação nacional entre os timorenses e uma política de total magnanimidade em relação aos transmigrantes. Eu seria o primeiro a denunciar o governo que quisesse instituir uma política de vingança contra alguém.

O que muda na sua vida pessoal como Prêmio Nobel da Paz?

- Em termos pessoais, posso dizer que é muito estressante, tanto física como emocionalmente. As expectativas, as pressões, as solicitações, são enormes.

E a vida pessoal?

- Totalmente sacrificada. Felizmente (ou infelizmente) não sou casado, sou separado. Tenho um filho de 18 anos que é o meu melhor amigo. Pouco nos vemos, mas ele entende as razões disso; ele ainda está em Moçambique mas vai ficar agora comigo na Austrália para entrar na universidade.

Caso Timor venha a ser independente, já foi discutida a forma de governo que seria adotada?

- Já temos discutido muito. A Constituição portuguesa é excelente, é muito progressista e constitui um exemplo para nós. Um governo em Timor-nesses moldes será a resposta mais adequada a essa nossa realidade: um sistema semipresidencialista, unicameral.

Para se chegar até lá ainda falta, no entanto, o passo decisivo do início da negociação entre o regime indonésio e a resistência maubere. Timor Leste já apresentou a sua proposta para o diálogo, uma formulação teórica que é de sua autoria. Quais seriam exatamente os passos a serem dados?

- Numa primeira fase, a Indonésia tiraria seu exército de nosso território, gradualmente, e libertaria todos os presos políticos, aceitando a presença da ONU e um representante do secretário-geral em Timor Leste.

Numa segunda fase, haveria total desmilitarização do território, redução de funcionários civis indonésios em Timor Leste, liberalização de partidos políticos

timorenses e eleições para uma Assembléia Territorial. Isto constituiria uma autonomia genuína de Timor durante cinco anos. Esta autonomia pode ser prorrogável por mútuo acordo por dois terços de maioria da Assembléia. Nessa altura, essa decisão da Assembléia seria submetida a um referendun. Não é ainda o referendun sobre a autodeterminação; é um referendun sobre a prorrogação da autonomia. Isto é uma salvaguarda soberana do povo: pela sua importância, essa decisão não pode ficar apenas nas mãos de uma Assembléia.

Se a Assembléia por si só diz que não quer a prorrogação, obviamente terminou a fase dois. Passamos para a fase três. Caso a Assembléia recomende a prorrogação, se realiza o referendun. O povo dizendo não, passamos para a fase três. Se o povo opta pela prorrogação, a autonomia tem mais cinco anos.

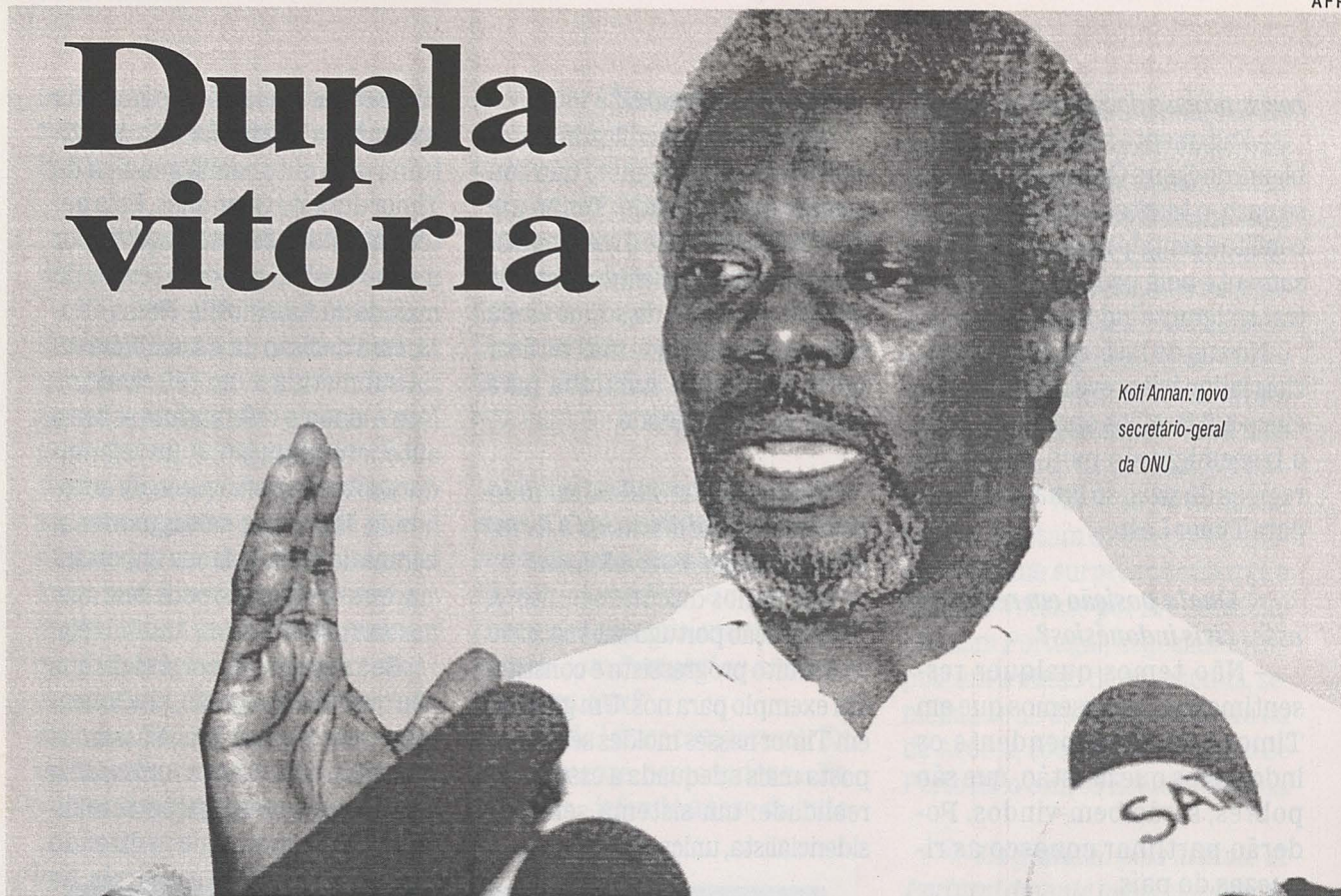
O processo terminará sempre na fase três, em que o estatuto do território - independência ou estado associado a Portugal - é finalmente resolvido. Essa é, em essência, a proposta que apresentamos desde 1989.

O Comitê de Descolonização da ONU apóia essa proposta da Resistência maubere?

- O nosso plano de paz tem tido um apoio muito grande das Nações Unidas e de muitos países. É a única alternativa viável neste momento.

O regime do general Suharto não o aceita porque não se interessa por qualquer plano que não reconheça a anexação de Timor Leste pela Indonésia.

Dupla vitória



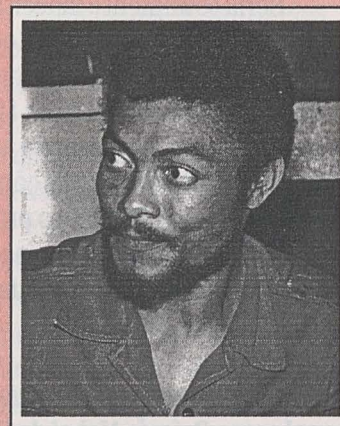
Kofi Annan: novo secretário-geral da ONU

Reeleição do presidente e escolha de Kofi Annan para substituir Boutros-Ghali no comando da ONU são comemorados em Accra, capital de Gana

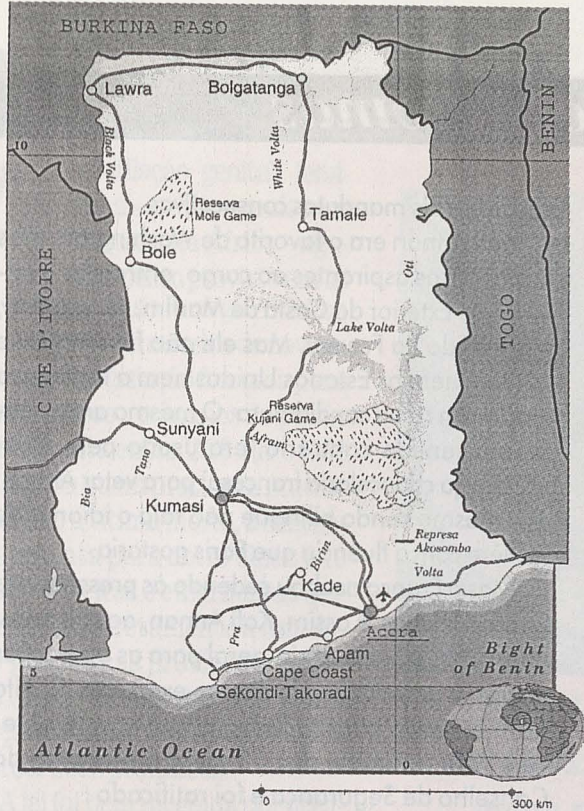
O governo de Gana teve duas vitórias em dezembro passado: nas eleições gerais, o presidente Jerry Rawlings foi reeleito para mais quatro anos no governo e o diplomata Kofi Annan, natural do país africano, foi confirmado como secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Quando ficou claro que o titular anterior da ONU, o egípcio Boutros Boutros-Ghali, não se reelegeria e o seu cargo seria ocupado por um

outro africano, Gana exerceu forte pressão em favor de Annan, que disputava a indicação com outras destacadas personalidades do continente. Por seus antecedentes funcionais na própria organização, Annan tinha credenciais para vencer. Convencido desse potencial, o presidente Rawlings enviou o vice-ministro de Assuntos Exteriores, Mohammed Ibn Chambas, a quatro países do norte da África e o delegado permanente de Gana na ONU, Victor Gbeho, a oito nações subsaarianas para "fazer campa-



Desde que tomou o poder pela primeira vez, em 1979, o prestígio de Jerry Rawlings permanece inabalável



População: 16.944.000 habitantes
Área: 238.540 km²
Capital: Acra (1.200.000 hab. em 1984)
Festa nacional: 6 de março, independência (1957)
População urbana: 33%
Principais produtos: cacau (39%), alumínio (22%), madeira (13%)
Saúde: um médico para cada 22.970 habitantes (dados de 1990); 57% da população consome água potável (1988-90)
Expectativa de vida: 51,5 anos (homens) e 55 anos (mulheres)
Comportamento: A prática secular da poligamia está desaparecendo.
Idiomas: inglês (oficial). Das línguas nativas o gã é a principal. Falam-se também o haussa e o fanté.
Governo: O presidente Jerry Rawlings, que acaba de ser reeleito, governou o país pela primeira vez nos anos 70, quando tomou o poder em 4 de junho de 1979. Naquela altura Rawlings era tenente e se insurgiu contra o general William Frederick Akuffo, que foi detido junto com outros altos oficiais, acusado de corrupção e luzilado. Rawlings convocou eleições nesse mesmo mês e quem ganhou foi o Partido Nacional Popular (PNP), dos seguidores do líder da independência, Kwame N' Krumah. O presidente Hilla Limann, no entanto, se afastou da linha histórica do PNP, aderindo às políticas do FMI. Em 31 de dezembro de 1981, Jerry Rawlings, cujo prestígio junto à população estava no auge, tomou novamente o poder com uma plataforma nacionalista e socializante. Depois de uma década à frente do Executivo, em 1991 o líder ganês iniciou um processo de abertura democrática em meio a uma séria crise econômica. Uma nova Constituição foi aprovada e se realizaram eleições legislativas e presidenciais, nas quais ele venceu. Foi reeleito, em fins de 1996, com forte apoio internacional e interno.
A sociedade: O povo de Gana procede de seis grandes grupos étnicos: akans (ashantis), 44%, localizados no centro-sul; ewés (13%) e ga-abanghes (8%) no sul e sudeste; mole-dagbanis (16%) no norte. (Fonte: Guia do Mundo)

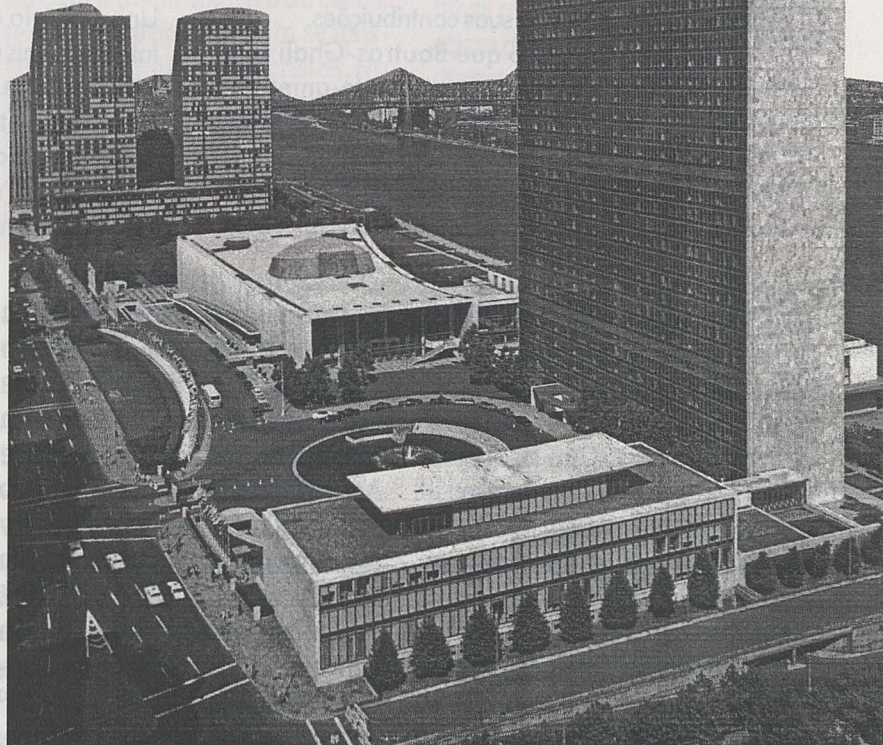
nha" em favor dele.

O esforço rendeu frutos e Annan finalmente converteu-se no primeiro cidadão da África subsaariana a alcançar a Secretaria-Geral das Nações Unidas.

Sonho de muitos anos

A família de Annan assinalou que o novo secretário durante muito tempo acalentou a ambição de chegar ao topo da hierarquia da ONU. Sua irmã caçula, Esi Quainoo, recordou que há muitos anos esse ganês formado em Genebra escreveu uma carta ao seu pai dizendo: "Algum dia dirigirei essa organização." Falecido no ano passado, aos 91 anos de idade, Reginald Annan foi ministro regional de Ashanti, entre 1966 e 1969. Ashanti é a região mais populosa desse país da África ocidental. A mãe do novo secretário-geral, Esi Annan, de 88 anos,

Sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque (EUA)



Fotos Cedoc

A guerra dos idiomas

Por trás da escolha de Kofi Annan para a Secretaria-Geral da ONU houve algumas batalhas. Primeiro, a de Boutros Boutros-Ghali, o primeiro secretário-geral a perder o direito à reeleição. Os seus antecessores, o peruano Javier Pérez de Cuéllar, o austríaco Kurt Waldheim e o tailandês U Thant, cumpriram dois mandatos.

Contra Boutros-Ghali insurgiram-se os Estados Unidos, que, através da atual secretária de Estado, Madeleine Albright, vetaram o seu nome enfrentando os 14 membros do Conselho de Segurança que tinham votado no diplomata egípcio. A má vontade de Washington em relação a Ghali tem origem no fato de ele ter-se empenhado em fortalecer a Organização das Nações Unidas em detrimento da liderança dos Estados Unidos. Mas a justificativa apresentada por Albright foi outra: ele seria um líder com pouco pulso para impor os fortes cortes de despesas que a crítica situação da ONU exige. Curiosamente, a crise financeira da organização internacional em grande medida decorre do fato dos Estados Unidos estarem terrivelmente atrasados nos pagamentos de suas contribuições.

Quando ficou claro que Boutros-Ghali não teria condições de mudar o veto norte-americano, iniciava-se uma outra batalha: a de escolher o africano que passaria a ocupar o cargo. Tinha de ser um africano porque na ONU cada continente tem direito a ocupar a Secretaria-Geral

durante dois mandatos consecutivos.

Kofi Annan era o favorito de Washington, mas havia outros aspirantes ao cargo, entre eles o ministro do Exterior da Costa de Marfim, Amara Essy, o preferido da França. Mas ele não fala inglês, e por isso nem os Estados Unidos nem a Inglaterra aceitavam a sua candidatura. O mesmo argumento, em sentido contrário, era usado pelo *Quai d'Orsay* (a chancelaria francesa) para vetar Annan, que mesmo sendo bilingüe não fala o idioma de Molière com a fluência que Paris gostaria.

Mas a França acabou cedendo às pressões dos Estados Unidos. E assim, Kofi Annan, aos 58 anos, até então sub-secretário-geral para as operações de paz, e anteriormente diretor-executivo do Alto Comissariado para os Refugiados (Acnur), obteve o voto unânime dos 15 países membros do Conselho de Segurança e foi ratificado mais tarde pelos 185 países da Assembléia Geral da ONU.

Economista, Annan é formado pelo Instituto Universitário de Estudos Internacionais de Genebra e também tem um grau em administração, pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).



Boutros Ghali

qualificou a nomeação de seu filho de "presente divino". "Vivi preocupada durante os 30 anos que Kofi ficou longe. Agora sou uma mãe orgulhosa", disse Esi Annan. O novo secretário-geral da ONU passou o Natal com a sua mãe em Gana, durante a visita que realizou ao país com sua esposa sueca e uma das filhas. O casal tem três filhos. A presença do "filho ilustre" de Gana também encheu de alegria o resto de seus compatriotas.

Quando a França levantou o seu veto à candidatura de um africano anglófono, fontes diplomáticas de Gana contabilizaram a mudança como uma vitória da diplomacia de Acra. Até a imprensa de oposição congratulou o presidente Jerry Rawlings pela vitória de Annan na disputa pelo cargo máximo da ONU.

Annan dedicou 30 anos de sua vida a ascender nas fileiras da burocracia da ONU, até atingir o 37º andar da sede de Nova Iorque,

como subsecretário-geral encarregado das missões de paz.

Em 1º de janeiro subiu ainda mais um andar, até ocupar o escritório do Secretariado-Geral. Essa foi a segunda grande vitória de Gana no sistema da ONU. Em 1965, Alex Quaison-Sackey – então representante permanente de Gana perante a ONU – converteu-se no primeiro africano negro a ser escolhido para presidir a Assembléia Geral. (Edward Ameyibor) ♦

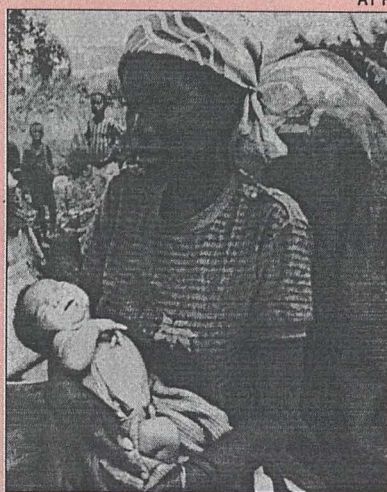
Ponto da 'bancada do batom'

A mutilação genital feminina – prática muito arraigada na África – agora é delito previsto em lei em Burkina Faso (antigo Alto Volta). Adotada em meados de novembro, a nova legislação fixa uma pena de seis meses a três anos de prisão e uma multa entre US\$ 300 e US\$ 1.800 para quem praticar a mutilação; caso a vítima morra, a sentença aumenta para entre cinco e 10 anos. Parteiras e enfermeiras que praticam secretamente a mutilação genital nas províncias (estados) serão castigadas com a sentença máxima e serão proibidas de exercer suas profissões.

A lei foi bem recebida por organizações de direitos humanos, especialmente após a detenção de quatro pessoas desde sua aprovação, uma delas após a hospitalização de uma menina de sete anos. Também foi muito bem acolhida pela maioria da população, que confia na sua eficácia na luta contra essa prática ancestral. Várias parlamentares anunciaram que se esforçarão em fazer com que as penas venham a ser mais severas.

Cinco por cento dos casos diários de complicações no Departamento de Ginecologia do hospital Yalgado em Ouagadougou, o maior do país, são provocados pela intervenção. Estima-se que 70% das mulheres grávidas do país foram mutiladas. Em algumas províncias a cifra chega a 100%.

A mutilação genital feminina é praticada em grande parte no norte e centro da África e os avanços na sua proibição são lentos. Os países africanos com grandes popula-



Nova lei pune em Burkina Faso quem praticar a mutilação feminina

ções muçulmanas são os que apresentam o maior número de casos, porém a prática também se alastrou a algumas nações cristãs. No entanto, não tem qualquer respaldo no Alcorão nem na Bíblia. A prática não existe em países muçulmanos da Ásia.

Controle do desejo

Sem alguma forma de mutilação, alega-se popularmente que a mulher sucumbirá diante do desejo sexual. Para evitar esse perigo, muitos defendem a mutilação. A extração do clitóris e dos lábios da vulva, conhecida como infibulação, e a costura dos tecidos ao redor da vagina produzem infecções, gangrena, infertilidade, relações sexuais dolorosas, dificuldades no parto e, até mesmo, a morte.

A nova lei é resultado de oito anos de campanhas de conscienti-



zação e trabalho duro de parlamentares e do Comitê Nacional pela Luta contra a Mutilação (CNPE). “Trata-se de uma nova arma para nos ajudar a erradicar a prática”, assinalou Mariane Lamizana, presidente do CNPE, organização que trabalha em coordenação com os 25 países membros do Comitê Interafricano de Luta contra Práticas Daninhas à Saúde da Mulher (Ciaf).

Entre os que aprovam a nova lei está Beatrice Ilboudo, mulher analfabeta que não aceita que suas filhas menores, gêmeas de 12 anos, sejam mutiladas. “Tive dificuldades durante a minha gravidez e não quero que as minhas filhas passem por esses problemas. Minhas primeiras filhas foram menos afortunadas pela influência da minha família”, disse Beatrice.

Alguns líderes tradicionais que também respaldam a lei têm dado impulso aos esforços das mulheres para erradicar a prática nas áreas rurais, sob domínio de chefes religiosos e políticos. É o caso de Kam-songuin Naba, chefe dos mossi, maioria étnica em Burkina Faso e um dos reinos tribais mais antigos da África. Para Naba, líder religioso do CNPE, a prática chegou com o Islã, nos séculos XIV e XVI, e o povo a adotou mesmo sem saber o motivo. ♦

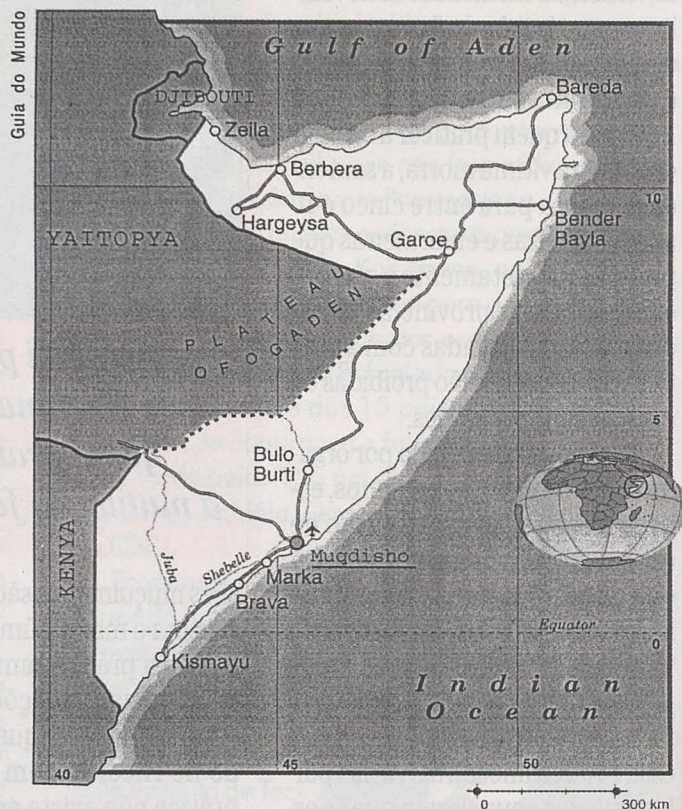
(Brahima Ouedraogo)

A beira de uma nova crise

Vítimas das rivalidades dos clãs que ainda controlam áreas do país, os somalis necessitam com urgência da ajuda humanitária internacional



Fotos: AFP



A instabilidade política que ainda domina a Somália deixou de ser manchete na grande imprensa, mas pode conduzir o país africano a uma nova crise humanitária. Essa tragédia – nos moldes da que se viveu após a renúncia do presidente Mohamed Siad Barre e que ocasionou a desastrosa intervenção de militares norte-americanos – só tem uma maneira de ser evitada: o envio urgente de ajuda pela comunidade internacional.

A advertência foi feita por funcionários da Organização das Nações Unidas, que calculam em US\$ 46 milhões o custo da implementação dos programas de reabilitação, segurança e desenvolvimento comunitário na Somália.

Esse custo seria ainda maior se as regiões que necessitam de ajuda com urgência fossem abandonadas. Assim pensa Dominik Langenbacher, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) na Somália. Langenbacher entendeu um pe-

tido formal de ajuda à comunidade internacional.

O representante da União Européia, Sigurd Illing, afirmou que os países doadores estão dispostos a cooperar, porém advertiu que os programas de assistência se chocam com a dificuldade de encontrar no país um parceiro com representatividade jurídica. A situação da Somália mostra alguns sinais de recuperação na região norte, mas a violência e a anarquia institucional continuam no sul.

A estratégia dos programas ela-



A intervenção de forças de paz, lideradas pelos Estados Unidos, não acabou com a crise na Somália, onde grande parte da população ainda depende de ajuda externa

borados pelo Pnud e outras agências da Organização das Nações Unidas consiste em apoiar os avanços obtidos nas áreas nas quais se recuperou a estabilidade.

Na região de Bari, ao nordeste, e no corredor Boroma-Hargeisha-Berbera, ao noroeste, surgem organizações políticas que asseguram um mínimo de segurança, serviços básicos e governabilidade. A União Européia parece disposta a negociar programas de assistência com representantes dessas organizações regionais embrionárias.

Em contrapartida, no sul do país, onde se encontram a capital Mogadíscio, Baidoa e Chisimayu, ainda há enfrentamentos armados esporádicos, repetindo o cenário que marcou a Somália ao longo desta década.

Origens da guerra civil

O afastamento do presidente Mohamed Siad Barre, em 26 de janeiro de 1991, precipitou a guerra civil estimulada por rivalidades entre pelo menos cinco clãs que disputam o controle dos 637 mil km² do território somali. O conflito destruiu a infra-estrutura do país, em particular os sistemas de produção e distribuição de alimentos. A alimentação dos 9,3 milhões de somalis passou a depender da ajuda externa e quase 1,5 milhão de pessoas encontram-se à beira da inanição.

As operações militares lançadas a partir de 1992 e 93 – sob o comando dos Estados Unidos e da ONU – com o objetivo de dar assistência à Somália, foram malsucedidas. As tropas estrangeiras se retiraram em 1995. Limitadas ao sul do país, as ações bélicas deixam na metade do país um área de transição, onde surgem algumas estruturas de governo. Mas a economia da zona continua estagnada. Na área de transição, as agências da ONU propici-

am a aplicação de programas de fortalecimento político e econômico para impedir o retorno do caos.

Cerca de 430 mil somalis buscam asilo em países vizinhos. Aproximadamente 280 mil vivem na Etiópia, 125 mil no Quênia e 25 mil em Djibouti. John McCallin, chefe do escritório regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), diz que dezenas de milhares de somalis são refugiados na Europa. Mas a melhora em algumas regiões fez com que muitos tenham começado a retornar, assinalou McCallin. Os cinco programas propostos pelas agências da ONU se ocuparão de problemas de Emergência, Reintegração, Reabilitação, Governabilidade e Segurança Alimentar.

Por problemas de segurança, os funcionários das Nações Unidas desempenham suas funções a partir de Nairóbi, capital do vizinho Quênia. As tarefas no terreno são confiadas a membros de organizações não-governamentais. ♦

Violência gera violência

Herança da guerra, as armas ligeiras constituem o novo desafio à estabilidade política da região

A paz chegou aos países da África Austral após várias décadas de guerras civis. Mas na região ainda há uma enorme quantidade de armas ligeiras, que representam uma nova ameaça. A proliferação de armas leves está sendo aos poucos reconhecida como um desafio potencial para a prosperidade econômica, mas o fato foi ignorado pelos governos durante muito tempo.

“Anos de conflitos e guerras transformaram a região em um supermercado de armas ligeiras”, assinala o pesquisador Glenn Oosthuesen, que realizou estudo sobre o assunto. “Boa parte do armamento usado nas guerras de libertação e em conflitos posteriores à independência em Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul já não está nas mãos das autoridades”, afirma.

Os controles policiais deficientes facilitam o movimento dessas armas por toda a região, tendo como destino preferido a África do Sul. Além disso, estima-se que existem cerca de seis milhões de fuzis AK 47 em Moçambique. Durante a guerra civil iniciada em 1975 e que durou 17 anos, as grandes potências e também o regime de minoria branca da África do Sul encheram de armas essa ex-colônia portuguesa.

A guerra terminou oficialmente

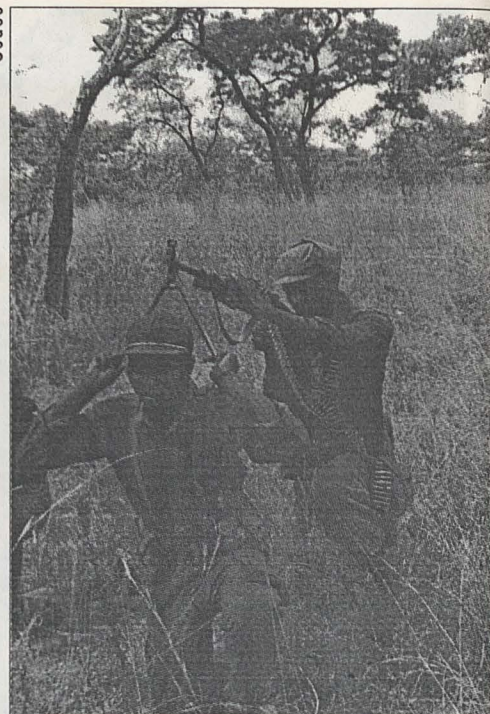
em 1992, mas deficiências no processo de desarmamento fizeram com que muitos civis retivessem grande quantidade de armas, segundo Oosthuesen no trabalho intitulado “Proliferação e Controle de Armas Ligeiras na África Meridional”. Oosthuesen é pesquisador do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais da Universidade de Witwatersrand, em Johannesburgo.

A contribuição de Angola a essa situação consiste em milhões de minas terrestres e de rifles automáticos, pistolas e munições usadas clandestinamente, alimentando o florescente mercado negro de armas na sub-região. A guerra civil durou 20 anos em Angola, a partir de 1975. Estudos calculam em nove milhões o número de minas terrestres em território angolano.

A polícia fronteiriça de Angola acredita que 90% da população possuem armas, mas cifras da ONU indicam que há um milhão de armas entre os 11 milhões de habitantes. “O aumento da criminalidade incrementa a demanda por armamentos, tanto por parte dos delinquentes como da população civil, que deseja proteger-se”, diz Bill Sass, do Instituto de Estudos de Segurança.

A empresa financeira sul-africana Nedcor patrocinou no ano passado um projeto sobre Delito, Vio-

Cedoc



As armas usadas em guerras de décadas passadas ainda matam

lência e Investimento, revelando que as violações às leis custaram à África do Sul em 1995 o equivalente a 5,6% do PIB previsto para 1996.

Por enquanto, não tem sido possível saber quantas armas ilegais circulam pela África do Sul, mas estima-se que variam entre 400 mil e oito milhões. No país ainda funcionam diversas empresas dedicadas à fabricação e venda de armas. A Associação Sul-Africana de Proprietários de Armas tem uma palavra de ordem: “Melhor ter uma arma e não necessitar usá-la, do que necessitar de uma e não tê-la”.

A crescente criminalidade tem feito aumentar a avidez por armamentos. O país tem o recorde mundial de estupros e está entre os primeiros em casos de homicídio. Os países que formam a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Ilhas Maurício, Namíbia, Tanzânia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue – não conseguiram definir políticas coerentes de controle de armas. (Gumisai Mutume) ♦



Uma liberdade só virtual

A argumentação de que na Internet há liberdade total e o sistema age como uma verdadeira democracia é contestada por pesquisadores norte-americanos que demonstram o poder exercido pelas corporações das telecomunicações

Brian Winston e Paul Walton*

Desde a época do Éden a Humanidade não se encontrava num estado de graça como o que atualmente desfrutam os usuários da Internet. Nessa nova dimensão do espaço cibernético, assinalam alguns crentes, a liberdade real é finalmente possível. Nesse mundo virtual, afirmam, a democracia impera, ninguém é mais poderoso que o seu semelhante. Lá, nada depende dos grandes chefões das telecomunicações e, em definitivo, é um território livre e sem regras.

No entanto, esse tipo de afirmação impede um debate mais razoável sobre as mudanças tecnológicas e a política social. De fato, a atual

propaganda em favor da Internet não nos diz absolutamente nada a respeito de suas conotações sociais nem das formas culturais que está produzindo.

A Internet é uma espécie de híbrido (utilizando-se do computador) entre o intercâmbio telefônico e um sistema de radiodifusão. Trata-se, como é notório, de uma rede mundial de computadores que trocam dados por via telefônica. Aí está o primeiro problema da afirmação de que seria uma democracia verdadeira: a União Internacional de Telecomunicações informa que a metade da Humanidade está a mais de duas horas de distância de um telefone.

Ou seja: só tem acesso à Internet a metade mais rica, excluindo

os despossuídos. E mais: o Instituto de Tecnologia da Georgia (EUA) na mais ampla pesquisa já realizada sobre a Internet (1994), descobriu que 80% dos usuários são brancos, 70% são norte-americanos e 30% têm curso universitário.

A mitologia da Internet assinala que a rede foi criada de forma espontânea por usuários de computadores que se comunicavam via *modem*. Mas, na verdade, a principal linha da Internet foi inicialmente operada pelo governo dos Estados Unidos. A argumentação em favor da criação espontânea cita como "prova" a aparente ausência de mecanismos de fixação de preços e de controles.

Isso é mais aparente do que real e está mudando de forma rápida.

Em meados de 1995, a National Science Foundation entregou a coluna vertebral da rede aos gigantes das telecomunicações: Sprint, American e Pacific Bell, que agora serão os guardiões dos principais pontos de acesso.

Foi essa determinação que levou em julho de 1995 aos *cyber-radicals* a informar no *The Guardian*, de Londres, que estavam fundando a Frente de Libertação da Internet, "pequena organização secreta de especialistas em computação, capazes de entrar em qualquer rede vinculada à Internet. Esta é uma amigável advertência às corporações dos Estados Unidos".

Antes da entrega da rede às grandes corporações multinacionais, os fundamentalistas da Internet estavam presos à ilusão de que o seu sistema estava fora das regras do jogo do capitalismo.

Então, o que há mesmo a respeito desse potencial democrático da rede?

Estudiosos revelam que em me-

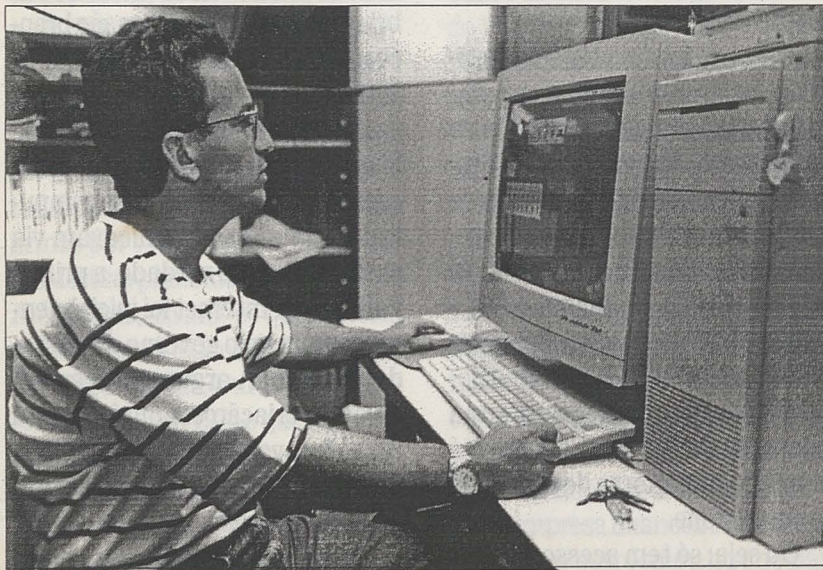
ados da década dos 80, os Estados Unidos atingiram uma fase em relação à vigilância de certos indivíduos, ao confisco de equipamentos de computação e à clausura de conferências e boletins eletrônicos que lembrava a época da repressão anticomunista dos anos 50. Um exemplo seria a operação Sun Devil, de maio de 1990, que incluiu o confisco de 42 computadores e de 23 mil disquetes. O governo Bill Clinton tem insistido na necessidade de regulamentar o uso de programas codificados que consolidem a segurança do intercâmbio diário de informações pela rede.

De fato, investidores têm se queixado do fato de a Internet ter a sua coluna vertebral nos Estados Unidos, fato que, na sua interpretação, faz com que o correio eletrônico, por exemplo, esteja sujeito à vigilância norte-americana. Já aconteceu que, por pressão do Estado sobre os provedores do serviço, usuários da rede tiveram os seus computadores

desconectados, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá. Em 1995, a America Online – o maior provedor individual nos Estados Unidos, desconectou meia dúzia de usuários por dia por "utilizar a rede de forma abusiva".

No início dos anos 90, inúmeros grupos norte-americanos, entre eles o Electronic Frontier Foundation, The American Civil Liberties Union (Aclu) e outras organizações de defesa da liberdade de expressão começaram a lutar contra as tendências em favor da privatização e das políticas de controle do fluxo de mensagens. Está claro que mesmo na Internet o Estado pode monitorar os intercâmbios de mensagens via computador. E não só o Estado: alguns jornais têm informado que no Reino Unido forças de segurança privadas se reuniram na GreenNet para monitorar as mensagens dos ativistas de campanhas de protesto.

No entanto, é verdade que todas as tecnologias em matéria de comunicação têm um potencial democrático. Mas a história demonstra que o normal é que esse potencial seja reprimido. O perigo da atual campanha propagandística sobre a Internet é que, ao se colocar a ênfase exclusivamente nas possibilidades tecnológicas, desvia-se a atenção do que efetivamente está acontecendo na rede. Ou seja: a liberdade na Internet não é uma dádiva inevitável. Como aconteceu sempre, temos que lutar por ela. ♦



Para Brian Winston e Paul Walton, o Estado tem como verificar o conteúdo das mensagens enviadas via computador

* Brian Winston e Paul Walton são, respectivamente, diretor e chefe de pesquisa do Centro de Estudos de Jornalismo da Universidade de Cardiff (País de Gales)

**A partir de dezembro
a Editora Terceiro Mundo
tem mais um endereço:**

<http://etm.netune.com.br>

E-mail: caderno@ax.apc.org



No site na Internet da Editora Terceiro Mundo os navegantes do ciber-espaço encontram a produção da nossa equipe e também os serviços prestados por nós

Visite-nos e faça-nos chegar as suas sugestões!



BRB
O BANCO
SEM
FRONTEIRAS

BRB
BANCO DE BRASÍLIA

O BANCO DA SUA CONTA